



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial – PPGADT



ADSON CARDOSO DE FRANÇA

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA AS ESCOLAS DA
REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA

Juazeiro-BA
2026



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial – PPGADT



**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA AS ESCOLAS DA
REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA**

Pré-Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

Linha de pesquisa II: Sociedade, Economia e Construção do conhecimento.

Orientadora: Anna Christina Freire Barbosa. Mestre em Economia, em Sociologia e Doutora em Ciências Sociais.

Coorientador: Dr. Alexandre Boleira Lopo. Cientista, Mestre em Ciências da Educação e Doutor em Ciências.

Juazeiro-BA
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

F837e França, Adson Cardoso de

A educação ambiental como política pública para as escolas da rede de ensino municipal de Juazeiro-BA / Adson Cardoso de França. Juazeiro-BA, 2026.
225 fls.: il.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Anna Christina Freire Barbosa.
Coorientador (a): Prof. Dr. Alexandre Boleira Lopo.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências sociais. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT, Campus III. 2026.

Contém referências, anexos e apêndices.

1. Políticas públicas. 2. Educação ambiental. 3. Rede educacional – Juazeiro-BA.
4. Consciência ecológica. I. Barbosa, Anna Christina Freire. II. Lopo, Alexandre Boleira.
III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais.
IV. Título.

CDD: 372.357

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO


ADSON CARDOSO DE FRANÇA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA AS ESCOLAS DA REDE DE
ENSINO MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA**


Tese apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Linha de Pesquisa: II – Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.

Aprovada em: 24 / 02 / 2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANNA CHRISTINA FREIRE BARBOSA**
Data: 02/03/2026 18:24:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra Anna Christina Freire Barbosa
Universidade do Estado da Bahia
(PPGADT/ UNEB - Orientadora)
Avaliadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **RENATA SIBERIA DE OLIVEIRA**
Data: 04/03/2026 09:59:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Renata Sibéria de Oliveira
Universidade de Pernambuco –(UPE)
Avaliadora Externa

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE RODRIGUES BOMFIM**
Data: 02/03/2026 20:27:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bomfim
Universidade do Estado da Bahia
(PPGADT/ UNEB)
Avaliador Interno

LUCIA MARISY
SOUZA RIBEIRO DE
OLIVEIRA:26413710
578
Assinado de forma digital por
LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO
DE OLIVEIRA:26413710578
Dados: 2026.03.09 09:17:28
-03'00"

**Profa. Dra. Lúcia Marisy Souza Ribeiro de
Oliveira**
Universidade Federal do Vale do São Francisco
(PPGADT/UNIVASF)
Avaliadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **PAULO ROBERTO RAMOS**
Data: 04/03/2026 22:16:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Roberto Ramos
Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF)
Avaliador Externo

“À minha amada avó, **D.^a Maria Perpétua Costa de França**, a mais forte e inspiradora mulher que conheço. Desde a minha infância, você tem sido não apenas minha avó, mas minha guia, minha protetora e minha fonte constante de amor e sabedoria. Cuidar de você ao longo dos anos tem sido uma jornada de aprendizado inestimável, repleta de momentos preciosos e lições de vida que moldaram não apenas quem sou como pessoa, mas também minha abordagem à ciência e ao conhecimento. Esta tese é dedicada a você, minha querida avó, em reconhecimento e gratidão por tudo que você fez por mim. Seu amor incondicional e sua força incansável são a inspiração por trás de cada palavra escrita aqui. Que este trabalho honre sua dedicação e me inspire a continuar buscando o conhecimento, assim como você sempre me incentivou a fazer. Com todo o meu amor e gratidão”.

Adson Cardoso de França

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas e instituições que tornaram possível a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, à Deus, dono da minha existência, dos meus saberes e das minhas conquistas, minha gratidão eterna.

Aos meus queridos pais, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a perseguir meus sonhos, meu mais profundo agradecimento.

À minha orientadora, Prof^ª. Dra. Anna Christina Freire Barbosa e ao meu Coorientador, Prof. Dr. Alexandre Boleira Lopo, minha gratidão pelas orientações perspicazes, paciência e apoio incansável ao longo deste processo. Seus conhecimentos e orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, cuja colaboração e apoio foram inestimáveis durante esta jornada. Suas contribuições enriqueceram minha pesquisa e minha experiência acadêmica.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), minha sincera gratidão por proporcionarem o ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico e profissional. O apoio da instituição e do programa foi fundamental para o sucesso deste trabalho.

Por fim, expresso meu profundo reconhecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro concedido, que viabilizou a realização desta pesquisa.

A todos vocês, meu mais sincero obrigado. Este trabalho não seria possível sem o apoio e contribuições de cada um de vocês. Que este seja apenas o início de uma jornada de descobertas e realizações compartilhadas.

“Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos. Cada um precisa dar resposta e encontrar grandes ou pequenas soluções para declarar amor ao planeta e agradecer a Deus-Criador que não desiste de nós, Criaturas”.

Papa Francisco

RESUMO

As constantes transformações e degradações que o meio ambiente vem sofrendo estão intrinsecamente ligadas às mudanças climáticas, emergidas tanto por fenômenos atmosféricos quanto por ações antrópicas. Considerando essa problemática, torna-se imperativa a busca por medidas que mitiguem tais impactos, sendo o ambiente educacional uma via fundamental para discussão e conscientização. Este trabalho, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, objetivou construir e propor uma Política Municipal de Educação Ambiental para Juazeiro-BA, de sorte a promover a integração de concepções ecológicas e socioambientais nas escolas da rede municipal de ensino a partir dos princípios da agroecologia e do desenvolvimento territorial. Para tanto, desenvolveu-se uma metodologia dialética, de natureza qualitativa, que incluiu: pesquisa de campo com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes da Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), gestores, coordenadores pedagógicos e professores; revisão de literatura para fundamentação teórica; e realização de eventos participativos, como encontro intersetorial de órgãos municipal, seminários e audiências públicas, para construção coletiva da política. O processo resultou na elaboração de produtos técnicos específicos, quais sejam: uma Cartilha Educacional sobre a Política de Educação Ambiental, um Relatório Técnico-Conclusivo detalhando todas as etapas do processo (diagnóstico, articulação intersetorial, validação acadêmica e institucional) e a organização de um Fórum para Coordenadores, Gestores e Comunidade em Geral de Juazeiro-BA. Os resultados evidenciaram a necessidade de diretrizes claras para a educação ambiental no município, a carência de formação continuada para os docentes e a fragmentação das iniciativas existentes. A política proposta estabelece princípios, objetivos e diretrizes para a implementação transversal e interdisciplinar da educação ambiental, com ênfase na valorização dos saberes locais, na convivência com o semiárido e nas práticas agroecológicas como eixos estruturantes do desenvolvimento territorial. Espera-se que a implementação desta política pública promova uma mudança de paradigma nas escolas, contribuindo para a sustentabilidade socioambiental do território e fortalecendo a construção de sistemas educacionais alinhados com os princípios da agroecologia.

Palavras-Chave: Educação ambiental; Agroecologia; Desenvolvimento territorial; Políticas públicas; Transversalidade.

ABSTRACT

The constant transformations and degradation that the environment has been undergoing are intrinsically linked to climate change, arising from both atmospheric phenomena and anthropogenic actions. Considering this issue, the search for measures to mitigate such impacts becomes imperative, with the educational environment representing a fundamental pathway for discussion and awareness-raising. This study, developed within the scope of the Graduate Program in Agroecology and Territorial Development, aimed to construct and propose a Municipal Environmental Education Policy for Juazeiro-BA, in order to promote the integration of ecological and socio-environmental perspectives in schools of the municipal education system, based on the principles of agroecology and territorial development. To this end, a dialectical methodology of a qualitative nature was adopted, which included: field research with data collection through semi-structured interviews with representatives of the Municipal Department of Education (SEDUC), the Municipal Department of the Environment (SEMA), school managers, pedagogical coordinators, and teachers; a literature review to provide the theoretical foundation; and the organization of participatory events, such as intersectoral meetings among municipal bodies, seminars, and public hearings, aimed at the collective construction of the policy. The process resulted in the development of specific technical products, namely: an Educational Booklet on the Environmental Education Policy, a Technical-Conclusive Report detailing all stages of the process (diagnosis, intersectoral articulation, academic and institutional validation), and the organization of a Forum for Coordinators, Managers, and the General Community of Juazeiro-BA. The results highlighted the need for clear guidelines for environmental education in the municipality, the lack of continuing education for teachers, and the fragmentation of existing initiatives. The proposed policy establishes principles, objectives, and guidelines for the transversal and interdisciplinary implementation of environmental education, with an emphasis on the valorization of local knowledge, coexistence with the semi-arid region, and agroecological practices as structuring axes of territorial development. It is expected that the implementation of this public policy will promote a paradigm shift in schools, contributing to the socio-environmental sustainability of the territory and strengthening the construction of educational systems aligned with the principles of agroecology.

Keywords: Environmental education; Agroecology; Territorial development; Public policies; Transversality; Juazeiro-BA.

RESUMEN

Las constantes transformaciones y degradaciones que viene sufriendo el medio ambiente están intrínsecamente vinculadas al cambio climático, surgido tanto por fenómenos atmosféricos como por acciones antrópicas. Considerando esta problemática, se torna imperativa la búsqueda de medidas que mitiguen dichos impactos, siendo el ámbito educativo una vía fundamental para el debate y la concienciación. Este trabajo, desarrollado en el marco del Programa de Posgrado en Agroecología y Desarrollo Territorial, tuvo como objetivo construir y proponer una Política Municipal de Educación Ambiental para Juazeiro-BA, con el fin de promover la integración de concepciones ecológicas y socioambientales en las escuelas de la red municipal de enseñanza, a partir de los principios de la agroecología y del desarrollo territorial. Para ello, se desarrolló una metodología dialéctica, de naturaleza cualitativa, que incluyó: investigación de campo con recolección de datos mediante entrevistas semiestructuradas a representantes de la Secretaría de Educación (SEDUC), de la Secretaría de Medio Ambiente (SEMA), gestores, coordinadores pedagógicos y docentes; revisión de la literatura para la fundamentación teórica; y la realización de eventos participativos, como encuentros intersectoriales de órganos municipales, seminarios y audiencias públicas, para la construcción colectiva de la política. El proceso resultó en la elaboración de productos técnicos específicos, a saber: una Cartilla Educativa sobre la Política de Educación Ambiental, un Informe Técnico-Conclusivo que detalla todas las etapas del proceso (diagnóstico, articulación intersectorial, validación académica e institucional) y la organización de un Foro para Coordinadores, Gestores y la Comunidad en General de Juazeiro-BA. Los resultados evidenciaron la necesidad de directrices claras para la educación ambiental en el municipio, la carencia de formación continua para los docentes y la fragmentación de las iniciativas existentes. La política propuesta establece principios, objetivos y lineamientos para la implementación transversal e interdisciplinaria de la educación ambiental, con énfasis en la valorización de los saberes locales, la convivencia con el semiárido y las prácticas agroecológicas como ejes estructurantes del desarrollo territorial. Se espera que la implementación de esta política pública promueva un cambio de paradigma en las escuelas, contribuyendo a la sostenibilidad socioambiental del territorio y fortaleciendo la construcción de sistemas educativos alineados con los principios de la agroecología.

Palabras clave: Educación ambiental; Agroecología; Desarrollo territorial; Políticas públicas; Transversalidad.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Contribuições da pedagogia freireana para a Educação Ambiental	28
Quadro 2	- As DCNEA na Perspectiva da Transversalidade	36
Quadro 3	- Critérios de Inclusão e Exclusão e riscos da pesquisa	44
Quadro 4	- Etapas para construção da Política Pública de Educação Ambiental	48
Quadro 5	- Passos para Coleta e Tratamento dos Dados.	49
Quadro 6	- Caminhos da pesquisa - Caracterização Metodológica da pesquisa	52
Quadro 7	- Produtos técnicos propostos na pesquisa	54
Quadro 8	- As Perspectivas e Necessidades que devem conter uma Política Pública de Educação Ambiental	67
Quadro 9	- Diálogo comparativo das falas dos entrevistados	73
Quadro 10	- O trabalho da educação ambiental e sua relação com a realidade local	73
Quadro 11	- Formação continuada sobre Educação Ambiental	74
Quadro 12	- Abordagem Teórica e as semelhanças com os achados das pesquisa	79

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Educação ambiental e seus objetivos à luz das PCNs	32
Figura 2 -	Pontos que norteiam a educação ambiental na BNCC.	33
Figura 3 -	GT 1: professores da rede municipal em círculo discutindo a proposta.	57
Figura 4 -	GT 2: coordenadores pedagógicos.	58
Figura 5 -	GT 3: técnicos da SEMA e sociedade civil	58
Figura 6 -	GT 4: equipe técnica da SEDUC	59
Figura 7 -	Alunos tiram dúvidas sobre a cartilha de educação ambiental.	60
Figura 8	Alunos durante a apresentação	60
Figura 9 -	Assinatura do termo de Compromisso	61
Figura 10 -	Termo de Compromisso	62
Figura 11 -	Proposição da Equipe Gestora.	77
Figura 12 -	Proposição da Equipe de Coordenadores Pedagógicos.	78
Figura 13 -	Proposição da Equipe de Professores.	79
Figura 14 -	Proposição da Equipe Técnica SEDUC	80
Figura 15 -	Proposição da Equipe SEMA e Sociedade Civil	81

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Público Alvo da Pesquisa.

47

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CF - Constituição Federal

DCNEA - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

DCRJ - Documento Curricular Referencial de Juazeiro

EA - Educação Ambiental

MEC - Ministério da Educação

PPGADT - Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial

PPP - Projeto Político Pedagógico

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

SEDUC - Secretaria de Educação e Juventude

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. JUSTIFICATIVA	17
3. REVISÃO DE LITERATURA	20
3.1 TERRITORIALIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DE JUAZEIRO (BA)	20
3.2 A AGROECOLOGIA COMO EIXO ESTRUTURANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO TERRITÓRIO DE JUAZEIRO-BA	24
3.4 A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NO CONTEXTO ESCOLAR	26
3.5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DAS LEIS EDUCACIONAIS	30
3.6 A INTERDISCIPLINARIDADE E A TRANSVERSALIDADE COMO PONTO DE PARTIDA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	35
3.7 POLÍTICA PÚBLICA E SUA CONOTAÇÃO JURÍDICA	38
3.8 POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	40
4. OBJETIVOS	44
4.1 OBJETIVO GERAL	44
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
5. METODOLOGIA	45
5.1 COMITÊ DE ÉTICA	45
5.2 LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	46
5.3 PÚBLICO ALVO	48
5.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	48
5.5 COLETA DE DADOS	55
5.6 ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	57
5.7 PRODUTOS DA PESQUISA	58
5.8 CONSTRUÇÃO DA CARTILHA TÉCNICA DE APOIO À POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	59
5.9 CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO DAS ETAPAS PARA CONSTRUÇÃO DO TEXTO DA LEI DE POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
6.1 O PAPEL DA SEDUC NO DESENVOLVIMENTO AÇÕES E PROJETOS QUE AS ESCOLAS DESENVOLVEM VOLTADAS PARA A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	70
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JUAZEIRO-BA	74
6.3 PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO-BA	81
7. CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA SEDUC	104
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA ESCOLAR	108
APÊNDICE C - PRODUTO 01: RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO	118
APÊNDICE D - PRODUTO 02: CARTILHA CONHECENDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE JUAZEIRO-BA	164
APÊNDICE E - ENCONTRO INTERSETORIAL DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS E SOCIEDADE CIVIL PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	173
APÊNDICE F - PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTREGUE A SEDUC E SEMA	179
ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)	216
ANEXO B - DOCUMENTO DA CAPES PARA VALIDAÇÃO DE EVENTO ORGANIZADO	221

1. INTRODUÇÃO

As ações humanas sobre os recursos naturais vêm produzindo consequências significativas ao meio ambiente, dentre as quais se destacam as mudanças climáticas, que geram impactos de curto, médio e longo prazo em escala global. Essas ações antrópicas intensificaram-se a partir da Revolução Industrial, período marcado pela ampliação dos processos produtivos, pela busca incessante por recursos naturais e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, fatores que contribuíram para o aumento da degradação ambiental (Garrafa; Machado, 2020).

Nesse cenário de aprofundamento das crises socioambientais, as Conferências das Partes (COP) consolidam-se como espaços centrais da governança climática global, responsáveis pela pactuação de compromissos internacionais voltados à mitigação e adaptação às mudanças do clima (UNFCCC, 2015). A realização da COP 30 no Brasil, na cidade de Belém do Pará, reforça a centralidade dos territórios historicamente vulnerabilizados, como a Amazônia e o semiárido nordestino, no debate climático contemporâneo, evidenciando a urgência de políticas públicas territorializadas e socialmente comprometidas (ONU, 2023).

A partir da atuação profissional enquanto professor da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA há mais de dez anos, aliada à formação acadêmica como mestre em Extensão Rural e à atual trajetória como estudante do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNEB), compreende-se que os impactos ambientais globais se expressam de forma concreta no território do semiárido, incidindo diretamente sobre o cotidiano escolar.

Essa vivência profissional e formativa possibilitou identificar lacunas na sistematização das ações de educação ambiental nas escolas públicas, bem como a necessidade de políticas públicas educacionais territorializadas, capazes de articular o saber local, a prática pedagógica e os princípios da sustentabilidade.

Nesse contexto, municípios como Juazeiro-BA, inseridos no semiárido brasileiro e marcados por desafios como escassez hídrica, desertificação e desigualdades socioambientais, demandam estratégias educativas capazes de articular o território, o cotidiano escolar e a formação de sujeitos críticos, sendo a educação ambiental um instrumento essencial para o fortalecimento da consciência socioambiental e da sustentabilidade local (Santos, 2006; Jacobi, 2003; Leff, 2015).

Diante da intensificação dessas ações e de seus efeitos socioambientais,

observa-se, ao longo das últimas décadas, o surgimento de políticas públicas ambientais construídas a partir de conferências internacionais que reúnem diversos países. Um exemplo emblemático é o Acordo de Paris, firmado em 2015 por 195 países, cujo objetivo central consiste na redução das emissões de gases de efeito estufa, com vistas à mitigação das mudanças climáticas e à promoção do desenvolvimento sustentável (Baldino, 2020).

As medidas públicas voltadas à temática ambiental têm sido amplamente debatidas no cenário internacional, com o intuito de estabelecer compromissos coletivos capazes de minimizar os impactos ambientais decorrentes do avanço tecnológico e dos modelos de produção e consumo vigentes. Nesse sentido, as conferências mundiais buscam oferecer respostas à ameaça das mudanças climáticas, reafirmando o compromisso dos governos signatários com a proteção do meio ambiente e com a adoção de práticas sustentáveis (Wechinewsky; Wiszniewski, 2023).

Nesse contexto, torna-se fundamental que as unidades escolares e suas equipes pedagógicas compreendam o processo de construção da educação ambiental de forma interdisciplinar e transversal, integrando-a às disciplinas previstas no currículo escolar.

Para que isso ocorra de maneira efetiva, faz-se necessário um marco orientador que direcione o desenvolvimento dessas ações no ambiente escolar, materializado em políticas públicas que definam atribuições, competências, responsabilidades e garantias para todos os profissionais envolvidos, assegurando a implementação da temática ambiental no cotidiano educacional (Chagas; Tamaio, 2021).

A implementação de políticas públicas consolidadas em forma de lei apresenta-se como um instrumento essencial para assegurar a inserção da educação ambiental no contexto escolar. Conforme destacam Lehfeld, Sales e Silva (2023), é imprescindível atribuir uma conotação jurídica à temática ambiental no âmbito educacional, institucionalizando-a por meio de dispositivos legais que garantam as etapas de produção normativa, formação dos sujeitos envolvidos e efetiva implementação das ações propostas.

A formulação de políticas públicas no âmbito governamental constitui-se como um mecanismo de materialização das demandas sociais e ambientais do Estado. Esse processo envolve a articulação entre os poderes Executivo, Legislativo e

Judiciário, cabendo ao Executivo o planejamento e a execução das ações propostas, enquanto o Legislativo atua na apreciação e normatização das políticas apresentadas. Assim, as estratégias consolidadas em forma de lei devem ser organizadas de modo a garantir sua viabilidade e efetividade na prática (Giusto; Ribeiro, 2019).

No campo da educação ambiental, a criação de políticas públicas pode orientar a elaboração de propostas curriculares específicas, bem como fomentar processos de formação inicial e continuada dos professores. Essas ações contribuem para o desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas voltadas à conscientização ecológica, à preservação dos recursos naturais, à compreensão dos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente e à promoção de atitudes sustentáveis no contexto escolar (Farias; Neiman; Pereira, 2020).

Considerando a necessidade de implementação da educação ambiental nas unidades escolares de forma sistematizada e respaldada legalmente, estados e municípios devem organizar-se em consonância com os dispositivos legais vigentes. Nesse sentido, o município de Juazeiro, localizado no norte do estado da Bahia, apresenta-se como um território estratégico para a inserção das temáticas ambientais nas escolas da rede municipal de ensino, evidenciando a necessidade da criação de uma Política Municipal de Educação Ambiental.

Tal iniciativa demanda uma ação intersetorial entre a Secretaria de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), visando à construção coletiva de uma política pública ambiental consistente e contextualizada. Ressalta-se que a Política Municipal de Educação Ambiental representa um importante avanço para a educação de Juazeiro-BA, na medida em que possibilita a consolidação, por meio de lei, de diretrizes, princípios, definições e objetivos fundamentais da educação ambiental no ensino formal.

Essa política contribui diretamente para a formação de sujeitos críticos, comprometidos com o cuidado, o respeito e a preservação do meio ambiente, reafirmando o papel das políticas públicas como instrumentos de transformação social.

Diante do exposto, emergiu a seguinte questão norteadora desta pesquisa: Como se estruturam os processos de formulação, planejamento e implementação de uma política pública de educação ambiental nas escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, de modo a subsidiar práticas pedagógicas contextualizadas

e comprometidas com a transformação da realidade socioambiental local?

Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por dialogar com seus pressupostos ao articular território, políticas públicas e sustentabilidade. Ao propor a educação ambiental como política pública estruturante para as escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, a pesquisa estabelece as bases conceituais e institucionais que sustentam a discussão apresentada no capítulo seguinte, dedicado à justificativa do estudo.

2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa nasce da minha trajetória acadêmica e profissional, marcada pela atuação no campo da educação pública e pelo acompanhamento direto das fragilidades existentes no tratamento das questões socioambientais nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Juazeiro-BA. A vivência no cotidiano escolar, aliada à observação das práticas pedagógicas e da gestão educacional, evidenciou a ausência de uma política pública estruturada de Educação Ambiental capaz de orientar, integrar e fortalecer as ações desenvolvidas no município de forma contínua, sistemática e territorialmente contextualizada.

Esse interesse individual passou a convergir com uma necessidade institucional concreta, explicitada pela cobrança formal do Ministério Público às Secretarias Municipais de Educação (SEDUC) e de Meio Ambiente (SEMA) para a elaboração e implementação de uma Política Municipal de Educação Ambiental.

Diante desse cenário, uniram-se os interesses acadêmico-científicos do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial à demanda legal e social do município, possibilitando o desenvolvimento de um produto técnico-científico comprometido tanto com a produção do conhecimento quanto com a transformação da realidade socioambiental local.

Como resultado desse processo, foi construída coletivamente a proposta de Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA, consolidada em nove etapas participativas, realizadas entre os anos de 2024 e 2025, envolvendo gestores, professores, técnicos das secretarias, representantes da sociedade civil e instituições parceiras.

Esse percurso culminou na aprovação institucional da política e na produção de três produtos técnicos reconhecidos pela CAPES: a proposta da Política de Educação Ambiental, o Relatório Técnico-Conclusivo, e a Cartilha Técnica orientadora da política, instrumentos fundamentais para a implementação, acompanhamento e socialização da política no âmbito da rede municipal.

Diferentemente de iniciativas fragmentadas anteriormente identificadas por meio de diagnóstico junto a gestores, professores e técnicos da SEDUC e da SEMA, a política proposta institui diretrizes claras, núcleos escolares de Educação Ambiental, ações de formação continuada e mecanismos de articulação intersetorial entre educação e meio ambiente. Dessa forma, supera-se a atuação isolada e

pontual observada em algumas unidades escolares, promovendo uma abordagem integrada, permanente e alinhada às realidades territoriais de Juazeiro-BA.

A relevância da proposta temática reside na inserção da Política Municipal de Educação Ambiental no Plano Municipal de Educação e em seus desdobramentos legais, configurando-a como instrumento normativo vinculante e orientador das práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Tal institucionalização fortalece o papel da Educação Ambiental como eixo estruturante do currículo, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e com o Documento Curricular Referencial de Juazeiro (DCRJ, 2022), que reconhecem a temática ambiental como transversal, contínua e essencial à formação integral dos estudantes.

Nesse contexto, torna-se significativo analisar as implicações dessa política pública na vida dos estudantes da rede municipal, especialmente diante das recorrentes práticas de degradação ambiental e do uso inadequado dos recursos naturais. A Educação Ambiental, compreendida como prática social e política, contribui para o fortalecimento de valores éticos, ecológicos e cidadãs, estimulando o cuidado, a proteção e a preservação da natureza como condição indispensável à manutenção da vida e da dignidade humana.

Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Paulo Freire (1992), que, embora mais conhecido por suas contribuições à pedagogia crítica e à educação popular, defendeu a conscientização crítica e a ação coletiva como caminhos para a transformação da realidade. Ao compreender a educação como prática de liberdade, Freire reconhece que a formação dos sujeitos deve capacitá-los a ler o mundo, identificar as contradições sociais e ambientais e agir de forma coletiva na busca por soluções sustentáveis e socialmente justas.

Do mesmo modo, as reflexões de Arne Naess (1989), ao propor a ecologia profunda, reforçam a necessidade de uma mudança de paradigma na relação entre sociedade e natureza, superando visões utilitaristas e promovendo uma ética ecocêntrica, baseada na interdependência entre os seres humanos e os ecossistemas. Essa abordagem amplia o entendimento da Educação Ambiental para além de ações pontuais, integrando dimensões éticas, políticas, culturais e territoriais.

A pesquisa também se justifica pela consonância com as diretrizes internacionais expressas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas

(ONU, 2015), especialmente no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à educação de qualidade, à sustentabilidade ambiental, à justiça social e à redução das desigualdades.

Nesse sentido, a Educação Ambiental se configura como instrumento estratégico para a materialização dos ODS em nível local, fortalecendo o papel dos governos municipais na promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, ao articular fundamentos teóricos, exigências legais, demandas institucionais e especificidades territoriais, esta pesquisa contribui de forma inovadora para a consolidação da Educação Ambiental como política pública estruturante em Juazeiro-BA.

Ao mesmo tempo, reafirma o papel da escola como espaço privilegiado de formação crítica, participação social e construção da cidadania, fomentando nos estudantes a capacidade de compreender, intervir e transformar a realidade socioambiental em que estão inseridos, à luz do referencial teórico que será desenvolvido a seguir.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Territorialidade e Educação Ambiental no contexto socioambiental de Juazeiro (BA)

O entendimento da Educação Ambiental no contexto escolar exige a consideração do território como ponto central de análise. Assim, o território não se restringe a um espaço físico delimitado, mas corresponde a um espaço vivido, produzido e apropriado por diferentes sujeitos sociais, marcado por relações de poder, práticas culturais, econômicas e ambientais. Nesse sentido, Milton Santos (2007) define o território como o “território usado”, ou seja, o resultado da interação entre os sistemas naturais e as ações humanas, sendo indissociável das dinâmicas sociais que nele se desenvolvem.

Diante desse entendimento, Haesbaert (2014) compreende a territorialidade como o conjunto de práticas e sentidos atribuídos ao espaço pelos sujeitos, envolvendo pertencimento, identidade e apropriação. Assim, a territorialidade expressa a forma como grupos sociais se relacionam com o ambiente, constroem modos de vida e produzem impactos socioambientais. Para Saquet (2020), pensar o território implica reconhecer sua dimensão histórica e relacional, o que reforça a necessidade de abordagens educativas que considerem as especificidades locais.

No campo da Educação Ambiental, estudos recentes têm enfatizado a importância da territorialização das práticas pedagógicas, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioambientais. Pesquisas desenvolvidas nos últimos cinco anos apontam que ações educativas contextualizadas favorecem maior envolvimento dos estudantes, pois dialogam diretamente com os problemas ambientais vivenciados em seu cotidiano, como o uso da água, o descarte inadequado de resíduos, a degradação do solo e as desigualdades socioespaciais (Loureiro, 2021; Jacobi; Tristão, 2022).

No contexto de Juazeiro (BA), município inserido na região semiárida do Vale do São Francisco, a territorialidade assume papel estratégico para a Educação Ambiental. A cidade apresenta características socioambientais específicas, como a dependência dos recursos hídricos do rio São Francisco, a expansão urbana acelerada, a presença da agricultura irrigada e os contrastes socioeconômicos entre áreas centrais e periféricas. Assim, dissertações recentes desenvolvidas em

programas de pós-graduação da região destacam que essas condições influenciam diretamente as práticas escolares e demandam propostas pedagógicas sensíveis à realidade local (Silva, 2021; Santos, 2023).

Ademais, estudos empíricos apontam que, quando a Educação Ambiental é trabalhada de forma descontextualizada, tende a se limitar a ações pontuais e pouco significativas. Em contrapartida, abordagens que partem do território como estudos do bairro, do rio, da comunidade e das práticas locais contribuem para a formação de uma consciência crítica e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes (Carvalho, 2020; Loureiro, 2021). Essa perspectiva dialoga diretamente com os pressupostos da Educação Ambiental crítica, que defende a articulação entre conhecimento científico, saberes locais e participação social.

No âmbito escolar de Juazeiro, pesquisas recentes indicam que projetos de Educação Ambiental vinculados ao território possibilitam maior integração entre escola e comunidade, favorecendo práticas interdisciplinares e o desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade socioambiental. Essas iniciativas contribuem para que os estudantes compreendam os problemas ambientais não como fenômenos abstratos, mas como questões concretas que afetam sua qualidade de vida e exigem posicionamento ético e político (Tristão; Jacobi, 2022).

Dessa forma, a territorialidade se configura como elemento fundamental para a consolidação de políticas públicas e práticas pedagógicas em Educação Ambiental no município de Juazeiro. Ao considerar o território como espaço de vivência, aprendizagem e intervenção, a Educação Ambiental fortalece sua função social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a transformação da realidade socioambiental local.

Além disso, a contribuição teórica de Milton Santos permite aprofundar a compreensão da Educação Ambiental como prática política e socialmente situada. Ao analisar o meio técnico-científico-informacional, Santos (2008; 2012) evidencia que os avanços técnicos e científicos não se distribuem de forma homogênea no território, produzindo desigualdades socioambientais que se manifestam de maneira intensa em contextos periféricos e semiáridos.

Assim, esse entendimento tem sido retomado por teses de doutorado recentes que investigam a relação entre educação, território e justiça socioambiental, destacando que a escola pode atuar como espaço de resistência e reapropriação crítica do território (Pereira, 2021; Rocha, 2024). Tais estudos defendem que a

Educação Ambiental, ao incorporar a leitura crítica do espaço vivido, possibilita aos estudantes compreenderem os conflitos socioambientais como expressão das contradições do uso do território, promovendo a formação de sujeitos capazes de questionar modelos de desenvolvimento excludentes e de participar ativamente da construção de alternativas sustentáveis no âmbito local.

A partir dessas reflexões, essa perspectiva reforça a atualidade do pensamento miltoniano para a formulação de práticas pedagógicas e políticas públicas em Educação Ambiental comprometidas com a transformação da realidade socioambiental. Assim, ao reconhecer o território como espaço de vivência, conflitos e potencialidades, a Educação Ambiental passa a subsidiar a atuação do poder público e da escola na construção de ações educativas contextualizadas, participativas e socialmente referenciadas, contribuindo para o fortalecimento de uma política municipal de Educação Ambiental voltada às especificidades do território de Juazeiro (BA).

3.2 A agroecologia como eixo estruturante das políticas públicas de Educação Ambiental e do desenvolvimento sustentável

Importante compreender que a agroecologia vem sendo reconhecida, no campo acadêmico e institucional, como um referencial teórico e prático capaz de orientar políticas públicas comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. Segundo Altieri (2018), a agroecologia se constitui como uma abordagem científica que integra princípios ecológicos, sociais e culturais à produção de alimentos, contrapondo-se ao modelo agroindustrial hegemônico, responsável por significativos impactos ambientais e sociais.

Essa perspectiva amplia o debate ambiental ao articular produção, território e justiça social, elementos centrais para a formulação de políticas públicas sustentáveis. No âmbito da Educação Ambiental, a agroecologia assume um papel estratégico ao favorecer processos formativos críticos e contextualizados. Carvalho (2020) destaca que a Educação Ambiental deve contribuir para a formação do “sujeito ecológico”, capaz de compreender as relações entre sociedade e natureza de forma ética e política.

Nessa direção, a agroecologia oferece bases concretas para a Educação Ambiental ao possibilitar práticas pedagógicas que relacionam conhecimento

científico, saberes populares e realidade territorial, fortalecendo a dimensão crítica da educação.

Autores da Educação Ambiental crítica enfatizam que essa área não pode ser compreendida como um conjunto de ações isoladas, mas como uma política pública estruturante. Loureiro (2021) afirma que a efetividade da Educação Ambiental depende de sua institucionalização por meio de políticas públicas que orientem currículos, programas e práticas pedagógicas. Assim, a agroecologia, ao ser incorporada às políticas públicas de Educação Ambiental, contribui para a consolidação de ações educativas contínuas, integradas e socialmente referenciadas.

A relação entre agroecologia e políticas públicas também é destacada por Caporal e Costabeber (2020), ao afirmarem que a agroecologia ganha maior alcance e impacto social quando articulada a políticas públicas educacionais, ambientais e de desenvolvimento rural. Segundo os autores, a ausência de políticas públicas compromete a continuidade das experiências agroecológicas, enquanto sua presença fortalece processos educativos voltados à sustentabilidade, à autonomia dos sujeitos e ao fortalecimento dos territórios.

Do ponto de vista territorial, a agroecologia dialoga diretamente com a concepção de território como espaço vivido, defendida por Milton Santos (2007). Para o autor, o território é resultado das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas no espaço. Nesse sentido, a agroecologia, quando integrada às políticas públicas de Educação Ambiental, contribui para a valorização do território como espaço educativo, reconhecendo suas especificidades ambientais, culturais e sociais. Essa abordagem favorece a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais.

Complementarmente, Haesbaert (2014) destaca que os processos de territorialização estão diretamente ligados às formas de apropriação do espaço e às políticas implementadas pelo Estado. A incorporação da agroecologia nas políticas públicas de Educação Ambiental pode ser compreendida como uma estratégia de fortalecimento da territorialidade, ao promover práticas educativas que valorizam o pertencimento, a identidade local e o uso sustentável dos recursos naturais.

Estudos recentes reforçam essa articulação entre agroecologia, Educação Ambiental e políticas públicas. Silva (2021), ao analisar práticas educativas no contexto escolar do Vale do São Francisco, evidencia que ações pedagógicas

fundamentadas na agroecologia contribuem para o desenvolvimento da consciência ambiental e para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade.

De forma semelhante, Santos (2023) demonstra que a inserção da agroecologia em políticas públicas de Educação Ambiental no semiárido baiano favorece a compreensão do convívio com as condições climáticas locais e estimula práticas sustentáveis adaptadas ao território.

No campo das políticas públicas, Jacobi e Tristão (2022) ressaltam que a Educação Ambiental crítica deve estar articulada a estratégias institucionais que promovam a participação social e a transformação das realidades socioambientais. Nesse contexto, a agroecologia se apresenta como um eixo estruturante das políticas públicas de Educação Ambiental, ao possibilitar a integração entre educação, sustentabilidade e desenvolvimento territorial.

Dessa forma, compreende-se que a agroecologia, ao ser incorporada às políticas públicas de Educação Ambiental, contribui de maneira significativa para a promoção do desenvolvimento sustentável. Sua abordagem integrada fortalece processos educativos críticos, valoriza os saberes locais e orienta práticas pedagógicas comprometidas com a justiça socioambiental, consolidando-se como um referencial teórico e prático essencial para a formulação e implementação de políticas públicas no campo da Educação Ambiental.

3.3 Educação Ambiental Crítica, Governança Pública e Gestão Socioambiental no Território de Juazeiro-BA

A Educação Ambiental, quando concebida como política pública, extrapola o campo das práticas pedagógicas pontuais e passa a integrar os processos de governança pública e de gestão socioambiental do território. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental Crítica assume centralidade ao articular educação, participação social e planejamento estatal, contribuindo para a transformação das relações entre sociedade, natureza e poder público (Loureiro, 2021).

Carvalho (2020) destaca que a Educação Ambiental Crítica tem como objetivo a formação do sujeito ecológico, compreendido como um sujeito histórico, social e territorialmente situado. Tal formação envolve não apenas a apropriação de conhecimentos científicos, mas também o desenvolvimento de valores éticos, atitudes participativas e práticas sociais comprometidas com a justiça socioambiental. Assim, a Educação Ambiental passa a constituir-se como um

instrumento político-pedagógico estratégico para o fortalecimento da cidadania e da gestão democrática do território.

Ao dialogar com a dimensão territorial, Santos (2007) enfatiza que o território não se restringe a um espaço físico, mas se configura como o espaço vivido, apropriado e produzido pelas relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Nesse sentido, pensar políticas públicas de Educação Ambiental requer reconhecer as especificidades do território e as dinâmicas que o constituem.

Em municípios como Juazeiro-BA, situado no Semiárido nordestino e inserido no contexto do Vale do São Francisco, tais dinâmicas são marcadas por desigualdades socioambientais, pressões sobre os recursos naturais, conflitos de uso da água e desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Haesbaert (2014) e Saquet (2020) reforçam que o território é atravessado por múltiplas territorialidades, expressas nas formas como diferentes grupos sociais se relacionam com o espaço. No contexto de Juazeiro, essas territorialidades se manifestam nas práticas agrícolas irrigadas, na agricultura familiar, nas comunidades ribeirinhas, nas populações urbanas periféricas e nos sujeitos que vivenciam cotidianamente os impactos ambientais e sociais decorrentes dos modelos de desenvolvimento adotados.

Dessa forma, a Educação Ambiental, ao ser institucionalizada como política pública municipal, deve considerar essas múltiplas realidades e promover ações contextualizadas e socialmente referenciadas.

Com isso, Jacobi e Tristão (2022) ressaltam que a consolidação da Educação Ambiental como política pública depende de processos de governança ambiental baseados na articulação intersetorial e na participação social. Para os autores, políticas públicas eficazes demandam a integração entre diferentes secretarias, conselhos, instituições educacionais e a sociedade civil organizada.

No caso de Juazeiro, essa articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente mostra-se fundamental para o enfrentamento dos problemas socioambientais locais e para a construção de práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade.

Com isso, estudos recentes desenvolvidos no território do Vale do São Francisco evidenciam a relevância da abordagem territorial na Educação Ambiental. Santos (2023), ao analisar práticas pedagógicas no Semiárido baiano, aponta que a Educação Ambiental contextualizada fortalece o vínculo dos estudantes com o

território, ampliando a compreensão crítica sobre os problemas ambientais locais e incentivando o protagonismo juvenil.

De modo semelhante, Silva (2021) destaca que a inserção da territorialidade nas práticas educativas contribui para tornar a Educação Ambiental mais significativa, ao dialogar com as vivências, saberes e desafios cotidianos das comunidades escolares.

No âmbito da gestão pública, Secchi (2020) afirma que políticas públicas devem ser formuladas a partir de diagnósticos consistentes, definição clara de objetivos e adoção de instrumentos capazes de orientar a ação governamental. Aplicada à Educação Ambiental, essa compreensão reforça a necessidade de políticas municipais que apresentem diretrizes, estratégias de implementação, mecanismos de monitoramento e avaliação.

Nesse contexto, a elaboração de cartilhas orientadoras e relatórios técnicos configura-se como instrumento fundamental para subsidiar a atuação das secretarias municipais e garantir maior efetividade às ações propostas.

Além disso, Loureiro (2021) e Jacobi e Tristão (2022) alertam que políticas de Educação Ambiental precisam incorporar a dimensão da justiça socioambiental, reconhecendo que os impactos ambientais afetam de forma desigual os diferentes grupos sociais. Em territórios como Juazeiro, essa abordagem torna-se ainda mais relevante diante das vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais historicamente presentes no Semiárido.

Assim, a Educação Ambiental, articulada à governança pública, pode contribuir para a construção de estratégias educativas que promovam o direito ao ambiente equilibrado, à informação e à participação social.

Diante dessas reflexões teóricas e empíricas, compreende-se que a Educação Ambiental Crítica, integrada à governança pública e à gestão socioambiental, constitui um eixo estruturante para a formulação de uma Política Municipal de Educação Ambiental em Juazeiro-BA. Ao valorizar o território, os saberes locais e a participação social, essa política se apresenta como instrumento estratégico para o fortalecimento da cidadania, a promoção da sustentabilidade e a construção de práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento socioambiental do município.

3.4 A Temática da Educação Ambiental inserida no Contexto Escolar

Diante do avanço das ações antrópicas e da necessidade de adoção de medidas de enfrentamento e prevenção dos impactos ambientais, torna-se imprescindível a difusão da temática ambiental no contexto educacional. Nesse sentido, o campo da educação configura-se como espaço estratégico para a construção de conhecimentos científicos e críticos sobre as questões ambientais, possibilitando que o ensino voltado à temática ambiental contribua para a formação de sujeitos capazes de compreender, analisar e intervir de forma responsável na realidade socioambiental.

De modo a possibilitar uma abordagem integrada e contextualizada, com problematizações ancoradas tanto no contexto local quanto no global, a educação ambiental favorece a reflexão crítica dos estudantes acerca das questões ambientais e de suas implicações socioambientais (Barbosa; Oliveira, 2020).

Nesse sentido, o ambiente educacional configura-se como um espaço privilegiado para a disseminação das propostas ambientais, uma vez que essa temática pode ser trabalhada de forma interdisciplinar e transversal no interior das disciplinas curriculares.

Assim, as práticas didático-pedagógicas devem contribuir para o fortalecimento das discussões socioambientais, considerando as especificidades do contexto sociocultural dos estudantes. Tal perspectiva possibilita a construção de novas formas de percepção da realidade, promovendo mudanças de postura e de paradigmas no que se refere aos princípios ambientais e à relação sociedade-natureza (Neiman; Oliveira, 2020).

Ao inserir a temática ambiental no contexto escolar, ampliam-se as oportunidades de compreensão e conscientização das questões socioambientais para toda a comunidade escolar. Conforme destacam Choque e Teresa (2021), é possível desenvolver, no âmbito das práticas pedagógicas, atividades que promovam novos olhares sobre a dimensão ecológica e ambiental, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, socialmente responsáveis, com valores orientados para a sustentabilidade e capazes de enfrentar os desafios impostos pela realidade socioambiental contemporânea.

Conforme destacado anteriormente, embora seja amplamente reconhecido por suas contribuições à pedagogia crítica e à educação popular, Paulo Freire também

oferece importantes aportes teóricos para a educação ambiental. Em sua obra *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1992), o autor enfatiza a centralidade da conscientização crítica e da práxis entendida como ação-reflexão, princípios que podem ser aplicados de maneira significativa ao campo da educação ambiental.

Nesse sentido, a seguir são apresentadas algumas formas de aplicação dos pressupostos freireanos à educação ambiental, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1: Contribuições da pedagogia freireana para a Educação Ambiental

Princípios	Ação-reflexiva
Conscientização Ambiental	Importância da conscientização como primeiro passo para a transformação social. Na perspectiva da educação ambiental, isso significa ajudar os estudantes a compreenderem profundamente os problemas ambientais que enfrentamos, incluindo questões como mudanças climáticas, poluição, perda de biodiversidade e degradação do ecossistema.
Diálogo e Participação	Defesa de um modelo de educação baseado no diálogo e na participação ativa dos alunos. Na educação ambiental, isso pode envolver a criação de espaços de discussão abertos e inclusivos, nos quais os estudantes possam compartilhar seus conhecimentos, experiências e preocupações sobre questões ambientais e colaborar na busca de soluções.
Contextualização	Busca pela importância de conectar o conteúdo educacional à realidade vivida pelos estudantes. Na educação ambiental, isso significa relacionar os conceitos e princípios ambientais a questões locais e globais que afetam diretamente as comunidades dos estudantes, tornando o aprendizado mais significativo e relevante.
Empoderamento e Ação	Capacitação dos sujeitos para agir de forma crítica e transformadora em suas comunidades. Na educação ambiental, isso envolve capacitar os estudantes a se tornarem agentes de mudança, engajando-se em práticas sustentáveis, participando de projetos de conservação e advocacia ambiental e promovendo a conscientização em suas comunidades.

Fonte: Produção do próprio autor com base em Freire (1992).

Nesse entendimento, compreende-se que os princípios fundamentais da pedagogia de Paulo Freire (1992) podem ser mobilizados de forma eficaz nos processos de ensino e aprendizagem relacionados às temáticas ambientais. Sua abordagem centrada no sujeito, de caráter dialógico, participativo e transformador, contribui para a construção de uma base sólida voltada à conscientização crítica e à

ação coletiva, elementos essenciais à promoção da sustentabilidade ambiental.

Nessa perspectiva, Kolcenti, Médice e Leão (2020) argumentam que a educação voltada às questões ambientais constitui-se como um instrumento de transformação social, ao fomentar a construção de uma sociedade mais ecológica, sustentável e comprometida com a justiça socioambiental. Para os autores, a educação ambiental deve promover a formação de sujeitos capazes de confrontar criticamente a exploração desordenada dos recursos naturais e de assumir o papel de agentes transformadores dos territórios em que vivem, por meio da adoção de novas posturas, valores e práticas.

À luz das contribuições de Pedrini (2014), observa-se que a Educação Ambiental (EA) vem se consolidando, ao longo do tempo, como um campo de debate presente em diferentes espaços, tais como universidades, políticas públicas e movimentos sociais. Todavia, o autor destaca que, apesar da expansão da área, persiste a necessidade de aprofundamento e amadurecimento das bases teóricas e metodológicas que orientam as pesquisas e as práticas em Educação Ambiental, de modo a fortalecer sua consistência epistemológica.

Ademais, Pedrini (2021) ressalta que a sustentabilidade socioambiental pode ser fortalecida a partir do comprometimento das instituições escolares com práticas educativas sustentáveis, orientadas pelo cuidado com o meio ambiente. Segundo o autor, as demandas contemporâneas impostas pela crise ambiental exigem ações educativas eficazes, sendo a escola um espaço estratégico para a construção de respostas críticas frente ao avanço da degradação dos recursos naturais.

Ruscheinsky (2012), em *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*, alerta para a urgência de superar posturas de submissão, ceticismo e apatia frente à legislação ambiental e às questões ecológicas. O autor enfatiza que a humanidade não possui o direito de usurpar os recursos naturais, violar normas ambientais ou negligenciar princípios éticos fundamentais à harmonia ecológica, defendendo, assim, a consolidação de políticas sociais que tenham o meio ambiente como eixo estruturante.

Diante desse conjunto de reflexões, compreende-se que as unidades escolares se configuram como espaços-tempo privilegiados para a promoção de ações socioculturais capazes de contribuir de forma significativa para a formação cidadã. Inseridas nos processos de construção da sociedade, as escolas desempenham papel central na constituição de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com

a transformação socioambiental.

Nessa direção, Dourado (2015), em sua obra *Escolas Sustentáveis*, afirma que as instituições de ensino podem se tornar referências concretas de educação para a sustentabilidade socioambiental, desde que consigam articular de maneira integrada seus documentos curriculares, a gestão escolar, os espaços físicos e a participação ativa da comunidade. Tal alinhamento entre os diferentes atores envolvidos é condição fundamental para a efetivação de mudanças significativas na realidade ambiental.

Dessa forma, observa-se que a temática ambiental se apresenta como uma demanda cada vez mais urgente da sociedade contemporânea, especialmente no contexto escolar. A educação ambiental, quando trabalhada desde a infância, contribui para a formação de sujeitos conscientes das dimensões éticas, ecológicas e socioambientais, favorecendo mudanças de comportamento e, a longo prazo, transformações culturais na relação entre sociedade e natureza. Nesse processo, crianças e jovens tornam-se importantes aliados nas discussões, reflexões e na construção de atitudes sustentáveis no presente e no futuro.

Nunes e Essondon (2022), em estudos que abordam a educação ambiental como caminho para o desenvolvimento sustentável, destacam que:

“A UNESCO, entende que a Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente em que vivem e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuro” (Nunes; Essondon, 2022, p.1554).

Assim sendo, pode-se perceber que a UNESCO busca descrever o sentido de uma educação socioambiental, compreendendo-a como um processo que ressalta a relação das pessoas com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e administrar seus recursos de maneira adequada e sustentável.

Diante do entendimento dos autores citados, compreende-se que o oferecimento de uma educação socioambiental pode possibilitar aos sujeitos a preparação para o exercício da cidadania, promovendo sua integração participativa nos processos sociais, culturais, políticos e econômicos ao longo de sua vida presente e futura.

3.5 A Educação Ambiental na Perspectiva das Leis Educacionais

A Constituição Federal do Brasil (CF) (1988) mostra a importância da

preservação do meio ambiente como um direito fundamental de todos os cidadãos. Nesse entendimento, a lei estabelece que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial na busca da qualidade de vida saudável, e tanto o poder público quanto a sociedade têm o dever de protegê-lo e preservá-lo para as presentes e gerações do amanhã.

Visto isto, a CF (Brasil, 1988) assegura princípios e diretrizes para a educação ambiental. Ela reconhece a importância do cuidado com o meio ambiente, no que tange a preservação e prevê a educação ambiental como um meio fundamental na promoção e na conscientização ecológica e a sustentabilidade.

Nesse entendimento, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) dispõe sobre o meio ambiente, assegurando a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e atribuindo tanto ao Poder Público quanto à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse sentido, o inciso VI do referido artigo estabelece a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública voltada à preservação do meio ambiente.

Outro documento educacional importante são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997) que por sua vez apresenta o entendimento de que são documentos elaborados pelo Ministério da Educação do Brasil que estabelecem diretrizes para o ensino nas diversas etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Assim, para delinear os objetivos da educação ambiental nos PCNs foi criada a Figura 1, que detalha 5 objetivos desse documento:

Figura 1: Educação ambiental e seus objetivos à luz das PCNs.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1997).

Vale destacar que os PCNs não são prescritivos, ou seja, não determinam exatamente o que deve ser ensinado em cada unidade de ensino ou sala de aula, mas oferecem diretrizes gerais que podem ser adaptadas de acordo com as características e necessidades de cada contexto educacional. Assim sendo, os PCNs (1997) fornecem orientações para a inserção da educação ambiental nos diferentes componentes curriculares, direcionando para atividades e conteúdos que podem ser abordados em cada área do conhecimento.

Diante desse entendimento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) reconhecem a educação ambiental como um componente fundamental dos PCNs. Nessa perspectiva, ela visa promover não apenas a conscientização, mas também a compreensão crítica e o engajamento ativo dos estudantes frente às questões ambientais.

Diante desse entendimento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) reconhecem a educação ambiental como um componente fundamental dos PCNs. Nessa perspectiva, ela visa promover não apenas a conscientização, mas também a compreensão crítica e o engajamento ativo dos estudantes frente às questões ambientais.

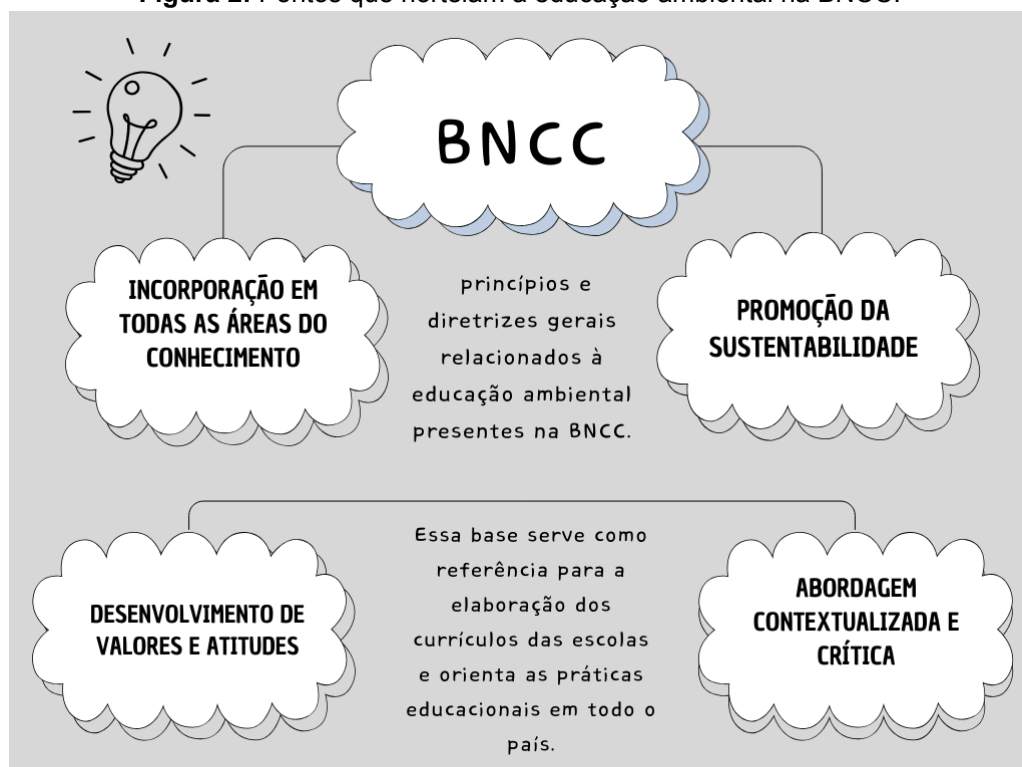
Assim, a inclusão da educação ambiental no currículo de ensino é importante para fomentar atitudes e comportamentos sustentáveis entre as gerações por vir. Nisso, envolve o ensino de princípios ecológicos, biodiversidade, conservação e a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente no seu relacionamento.

Além disso, outro documento de grande relevância que referencia a educação ambiental nos currículos de ensino é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reconhecida como o documento mais recente da educação básica brasileira. A BNCC (Brasil, 2017) foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017; contudo, seu processo de implementação nas unidades escolares ocorreu de forma gradual, tendo início em 2018 e se estendendo nos anos subsequentes.

A BNCC (Brasil, 2007) visa estabelecer diretrizes para a educação básica no país, ressaltando a educação ambiental como um dos temas transversais que devem ser abordados ao longo de todo o currículo. Esse documento destaca a importância da educação ambiental para promover a consciência e ação responsável tendo em vista o meio ambiente, tal como para desenvolver habilidades e posturas que colaborem para a sustentabilidade.

A seguir, a Figura 2 ilustra alguns pontos importantes assegurados à educação ambiental à luz da BNCC.

Figura 2: Pontos que norteiam a educação ambiental na BNCC.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2017).

Diante desse entendimento, compreende-se que a BNCC defende que a educação ambiental deve ser trabalhada de forma integrada em todas as áreas do conhecimento, não se limitando somente às disciplinas de ciências naturais ou geografia. Isso leva a entender que os aspectos ambientais devem ser trabalhados de forma interdisciplinar em todas as unidades curriculares.

A BNCC (BRASIL, 2017) também destaca a relevância de promover a consciência sobre a sustentabilidade e de incentivar práticas que contribuam para a preservação do meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais, evidenciando a centralidade da promoção da sustentabilidade no processo educativo.

Seguindo essa compreensão, além do entendimento sobre questões ambientais, a BNCC contempla a importância de desenvolver valores e atitudes que promovam o respeito e cuidado com o meio ambiente, tal como a responsabilidade individualizada e coletiva tendo em vista à preservação.

Nesse sentido, a BNCC ressalta ainda a necessidade de garantir a abordagem das temáticas ambientais de maneira contextualizada, considerando as realidades local e global, e promovendo uma reflexão crítica sobre as relações entre sociedade e meio ambiente (Brasil, 2007).

Além dos documentos nacionais, faz-se imprescindível considerar o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), que constitui o principal instrumento de orientação curricular para as redes de ensino do estado, alinhado às diretrizes da BNCC, mas atento às especificidades socioculturais, ambientais e territoriais baianas.

O DCRB reafirma a educação ambiental como um eixo estruturante da formação integral dos estudantes, defendendo sua abordagem de forma transversal, interdisciplinar e contextualizada, considerando os diferentes biomas, territórios e realidades socioambientais presentes no estado da Bahia. Nessa perspectiva, a educação ambiental é compreendida não apenas como um conjunto de conteúdos, mas como uma prática pedagógica voltada à construção da cidadania ambiental, da justiça socioambiental e do compromisso coletivo com a sustentabilidade (BAHIA, 2022).

De modo complementar, o Documento Curricular Referencial da Bahia (Modalidades – Volume 3), recentemente lançado, amplia essa compreensão ao contemplar as diversas modalidades de ensino, como a Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, reforçando que a educação ambiental deve respeitar os saberes locais, as identidades culturais e os modos de vida das comunidades.

Assim, o documento enfatiza a necessidade de práticas educativas que promovam a leitura crítica da realidade, o enfrentamento das desigualdades socioambientais e a valorização da relação entre educação, território e sustentabilidade. Portanto, o DCRB consolida-se como um importante referencial teórico-prático para a implementação de políticas públicas de educação ambiental no contexto baiano, fortalecendo o papel da escola como espaço de formação crítica e de transformação socioambiental (BAHIA, 2023; ANDRADE, 2019).

3.6 A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como Ponto de Partida para a Educação Ambiental

Ao considerar a implementação de atividades voltadas à educação ambiental, torna-se necessário compreender os princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade, de modo que esses conteúdos sejam integrados aos contextos das disciplinas que compõem o currículo escolar. Segundo Cenci e Rossini (2020), é fundamental compreender o processo interdisciplinar para que a proposta da

educação ambiental nas unidades escolares ultrapasse os limites da sala de aula e contribua, de forma efetiva, para a transformação do sujeito a partir de uma perspectiva ecológica.

Silveira, Oliveira e Elias (2021) proporcionam a entender que a educação e o meio ambiente estão integrados por um conjunto de ações que direcionam os sujeitos a refletirem o meio em que fazem parte e que vivem. Diante disso, os autores entendem que é através da educação ambiental que os professores desenvolvem atividades de sensibilização, construindo coletivamente informações e trocas de saberes, gerando assim, gradativamente um olhar crítico.

Nesse sentido, é importante saber que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) norteiam as ações e práticas educativas que objetivam a implementação da educação ambiental no Brasil. Nesse entendimento, ela é implantada dentro da temática meio ambiente de forma transversal, argumentando que a problemática de temas tidos como transversal, adentra diversos meios do conhecimento (BRASIL, 1998).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a questão ambiental deve ser trabalhada de forma contínua, com integração e participação de diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a contextualização do tema em articulação com outras disciplinas. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) já alertavam para a compreensão de que o estudo da temática ambiental evidencia a necessidade de recorrer a outros campos do saber, valorizando, assim, a interdisciplinaridade.

É a partir desse entendimento que Neto, Ferreira e Kaminiski (2021) alertam para a importância da Educação Ambiental nos âmbitos de ensino, destacando:

“Diante desse perfil, a escola se apresenta como um local privilegiado para desenvolver ações de sensibilização às questões relacionadas à educação ambiental, tendo no seu cotidiano imensurável tema que podem ser colocados para o debate, discussão e reflexão por parte daqueles que a constituem.” (Neto, Ferreira, Kaminiski, 2021, p. 144).

Assim, Neto, Ferreira e Kaminiski (2021) defendem a necessidade de se trabalhar a Educação Ambiental de forma significativa, de modo a ampliar seus impactos na sociedade. Ademais, os autores ressaltam a importância de que os espaços educacionais promovam momentos de sensibilização envolvendo todos os sujeitos, com vistas ao cuidado, à conservação e à preservação do meio ambiente.

Diante desse entendimento, percebe-se que uma política pública de educação ambiental que trabalha temas que perpassam os currículos de ensino, de modo que

as questões ambientais, por sua vez, se enquadram como temas transversais. Partindo dessa ótica, é importante trazer compreensões a respeito de políticas públicas e temas transversais.

Nesse sentido, os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (BRASIL, 2019) orientam quanto às temáticas transversais:

“Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) buscam uma contextualização do que é ensinado, trazendo temas que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu desenvolvimento como cidadão. O grande objetivo é que o estudante não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade” (BRASIL, p. 7, 2019).

Desta forma, percebe-se que a transversalidade proporciona uma melhor compreensão de visão de mundo, pois não se trata de algo isolado e disciplinar, pelo contrário, as temáticas se integram a várias áreas do conhecimento, proporcionando saberes amplos, consolidados e contextualizados.

Com base nisso, Brasil (2019) permite compreender que o sentido transversal pode ser entendido ou indicado como algo que atravessa ou passa no meio. Sendo assim, TCTs na contextualização educacional, são certos assuntos que não fazem parte de uma área do conhecimento na sua particularidade, mas que atravessam as áreas do conhecimento, integrando-se a elas. Assim, tais assuntos de alguma forma fazem do contexto do sujeito.

“Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional” (Brasil, p. 7, 2019).

Desta forma, a temática transversal proporciona a orientação para a necessidade de se integrar ao ato ou prática educacional gerando condições para que o conhecimento seja teoricamente gerado de forma sistematizada e contextualizada à realidade presente da sociedade. Pois a transversalidade oferece condições para que o indivíduo compreenda a realidade na qual atua e da qual faz parte.

Prosseguindo com essa linha de compreensão, sabe-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) foram instituídas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Essas diretrizes para ensino da educação ambiental estabelece orientações assegurando a inclusão da Educação Ambiental nos currículos das unidades de ensino do Brasil. De acordo com Brasil

(2012) às DCNEA destacam vários pontos relacionados à transversalidade, a seguir o Quadro 2 aborda esses pontos:

Quadro 2: As DCNEA na Perspectiva da Transversalidade.

Pontos importantes n DCNEA Relacionados à Transversalidade	
Interdisciplinaridade e contextualização	As DCNEA destacam a importância de uma abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental, integrando conceitos, conteúdos e práticas ambientais em diferentes áreas do conhecimento. Isso implica em contextualizar os temas ambientais dentro do currículo escolar, relacionando-os com os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos.
Integração Curricular	As DCNEA enfatizam a necessidade de que a Educação Ambiental seja uma prática integrada ao currículo escolar, permeando todas as disciplinas e não se limitando a uma área específica do conhecimento. Isso requer uma visão ampla e holística das questões ambientais, que vai além das abordagens fragmentadas e isoladas.
Participação e diálogo	As DCNEA destacam a importância da participação da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, gestores, funcionários e pais, no processo de implementação da Educação Ambiental. Isso envolve promover o diálogo, a troca de saberes e a construção coletiva de conhecimentos e práticas ambientais.
Formação de Professores	As DCNEA ressaltam a importância de formação continuada de professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que incorporem a transversalidade da Educação Ambiental. Isso inclui capacitar o professor para trabalhar de forma interdisciplinar integrados a temas ambientais em suas práticas no processo de ensino e aprendizagem.

Fonte: Produção do próprio autor com base em Brasil (2012).

Com isso, percebe-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012) para a Educação Ambiental asseguram a transversalidade como um princípio fundamental para o trabalho com a Educação Ambiental, reconhecendo a necessidade da integração curricular, da interdisciplinaridade, do diálogo, bem como da formação de professores para uma abordagem eficaz e significativa da Educação Ambiental no contexto escolar brasileiro.

3.7 Política Pública e sua Conotação Jurídica

O conceito de política pública é amplo, visto que sua elaboração parte da busca por resolver um problema que afeta a coletividade. No campo jurídico, esse termo pode ser entendido como um artefato que promove e garante direitos e deveres à sociedade, sendo utilizado como ato normativo que direciona o desenvolvimento de atividades conforme a temática proposta, assegurando a promoção de direitos individuais e coletivos (MASTRODI; IFANGER, 2019).

A construção de políticas públicas está atrelada ao desenvolvimento de meios, no campo jurídico, que assegurem o cumprimento de deveres por parte do poder público e também da população. Segundo Andrade (2019), a formulação de ações pelo poder público deve estar fundamentada na construção de políticas públicas, uma vez que estas envolvem o aspecto governamental e o processo jurídico-institucional, visando ao desenvolvimento do Estado e, conseqüentemente, ao benefício da população.

A relação entre as políticas públicas e a perspectiva jurídica fundamenta-se na estabilização de expectativas e no desenvolvimento de ações que impactam tanto o âmbito individual quanto o coletivo, de modo que o poder público necessita estabelecer, por intermédio de leis, seus interesses perante a sociedade. Nesse sentido, Carvalho e Coelho (2022) afirmam que os órgãos governamentais devem instituir mecanismos que assegurem a proteção dos direitos fundamentais, por meio de políticas públicas destinadas a orientar e direcionar as ações do Estado.

Ao tratar da implementação de uma Política Municipal de Educação Ambiental, alguns fatores devem ser considerados, tais como crenças, partes envolvidas, setores econômicos, planejamento e viabilidade de execução. Assim, ao ser consolidada em forma de lei, essa política passa a contribuir para a otimização do serviço público, oferecendo à população um aparato administrativo representado por diretrizes fundamentadas em conhecimentos especializados que orientam as ações relacionadas à educação ambiental (ARAÚJO et al., 2020).

Com base em Rawls (2000), filósofo político amplamente reconhecido como um dos pensadores mais influentes do século XX, discutem-se questões relacionadas à formulação de políticas públicas voltadas à garantia da justiça social e da equidade em contextos democráticos.

Em *O Liberalismo Político*, Rawls (2000) analisa a aplicação dos princípios da justiça na formulação de políticas públicas em sociedades pluralistas, considerando a coexistência de diferentes concepções de bem e valores. O autor destaca a necessidade de instituições políticas que respeitem as diversas concepções de vida boa dos cidadãos, ao mesmo tempo em que promovam uma distribuição justa de recursos e oportunidades.

Destaca-se, ainda, que Rawls (2000) enfatiza a importância de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos básicos e das liberdades individuais, bem como daquelas voltadas à redução das desigualdades sociais e econômicas.

Para o autor, o papel do governo consiste em garantir o acesso igualitário a oportunidades significativas, independentemente das condições sociais e econômicas dos indivíduos.

Diante desse entendimento, Rawls (2000) destaca que o desafio da justiça consiste em organizar as instituições básicas de modo que contribuam para o bem-estar dos cidadãos, garantindo oportunidades equitativas, liberdades fundamentais e proteção contra a injustiça.

Em consonância com essa perspectiva, Sen (2000) enfatiza que as políticas públicas desempenham um papel central na promoção da justiça social e na redução das desigualdades. Assim, ambos os autores compartilham uma visão convergente quanto à importância das políticas públicas na garantia de oportunidades iguais e no desenvolvimento das capacidades humanas como elementos essenciais para uma sociedade justa e equitativa.

3.8 Política Municipal de Educação Ambiental

O marco norteador das políticas ambientais no Brasil é a Lei nº 9.795 (BRASIL, 1999), que dispõe sobre a educação ambiental em âmbito nacional. Desse modo, ao se buscar a elaboração de políticas municipais, devem ser considerados os princípios e diretrizes estabelecidos na referida lei. Destaca-se, inicialmente, o art. 2º, que define a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, possibilitando a formulação de políticas públicas voltadas à promoção dessa temática no contexto educacional.

A educação ambiental já é um tema abordado em forma de lei desde do ano de 1973, visto que foi a partir daí que surgiu a Secretaria Especial do Meio Ambiente, esta que buscava tratar dessa temática. Sendo assim, segundo Rocha (2021) ao serem desenvolvidas as primeiras ações governamentais para tratar da implementação dessas estratégias educativas com foco na proposta ambiental, surgiu a Lei 9.795 (Brasil, 1999), focando principalmente na busca pela conscientização das pessoas sobre os problemas ambientais e a busca por soluções que preservam o meio ambiente.

É necessário considerar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que salientam a importância de as unidades de ensino adotarem uma abordagem ambiental integrada, contemplando as dimensões da natureza e do contexto sociocultural, bem como os aspectos relacionados à produção, ao trabalho

e ao consumo. Essa perspectiva busca superar práticas descontextualizadas, muitas vezes acríticas, ingênuas e naturalistas, que ainda se fazem presentes nas práticas pedagógicas das unidades de ensino e que comprometem a efetividade da educação ambiental (BRASIL, 2001).

Então, essa educação deve proporcionar aos alunos a se colocarem perante as questões polêmicas dos dias atuais, como o desmatamento dos biomas, a acumulação de poluentes em meio a sociedade, o aquecimento global, as mudanças climáticas, juntamente com suas consequências à saúde das pessoas e ao meio ambiente.

Os autores ainda sugerem que o currículo e as didáticas de ensino direcionado para as Ciências da Natureza, ofereçam contribuições para o favorecimento e fortalecimento das questões socioambientais inerentes ao contexto sociocultural. Nesse caso, isso possibilitaria uma nova realidade, uma mudança de postura em direção a um novo comportamento cultural, havendo uma mudança de paradigma no que diz respeito aos princípios ambientais. Assim, os autores refletem a ideia que:

“A Educação Ambiental, hoje, apresenta-se como uma das estratégias que pode contribuir na formação de cidadãos ativos em relação a sua realidade. O processo de aprendizagem que a envolve deve ser centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura e sociedade. Deve ser um processo crítico, criativo e político, com a preocupação de construir conhecimentos a partir da discussão e envolvimento com os processos avaliativos dos problemas comunitários, assim como do olhar observador dos estudantes que, como protagonistas exercem um importante papel de sensibilização social por meio de uma realidade individual e coletiva na comunidade em que vivem, fruto das percepções e vivências apreendidas cotidianamente, fator que gera resultados positivos a curto e longo prazo.” (DA SILVEIRA, DE OLIVEIRA e ELIAS, 2021, p. 108).

Diante disso, Neto, Ferreira e Kaminiski (2021) nos permite refletir que o conhecimento ambiental se destaca como um plano de reconstrução dos saberes e ressignificações da identidade dos sujeitos. Pois, segundo os autores, a educação na perspectiva socioambiental é um instrumento de grande eficácia para a construção de novos conceitos, e conseqüentemente mudanças de hábitos e posturas, desenvolvendo assim, um novo olhar para dias mais promissores (acho que fica muito pessoal, tem que ter embasamento teórico).

Com base nisso, Dias (2023) em livro: “Educação Ambiental *Princípios e Práticas*” fala que a educação ainda continua sendo o meio promissor que afasta a humanidade da rota da colisão com a barbárie, mas que os processos educacionais

precisam ser renovados diante dos desafios e cenários vividos pela humanidade. O autor enfatiza que a humanidade necessita de ser mais solidários, cooperativos, pacientes e que o sentido da vida seja referência para as nossas ações.

Então, com base nos teóricos discutidos, compreende-se que é urgente políticas públicas que fomentem uma compreensão de mundo que perceba que há uma necessidade nos dias de hoje, de cuidado com meio ambiente frente a tantas alertas que a natureza vem nos dando, o aquecimento global, como tal, é resultado do excesso de combustível fóssil jogado na atmosfera do planeta.

A respeito da relevância que as políticas públicas assumem para os diversos segmentos da sociedade, Secchi (2020) salienta que “uma boa decisão pública é aquela embasada em informações e análises confiáveis, pautadas em princípios e valores socialmente aceitos e que produz efeitos desejáveis para a melhoria do bem-estar coletivo”. Nesse entendimento, o autor ainda enfatiza que “a análise de políticas públicas é a atividade e o campo do conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização do conhecimento aplicado ao enfrentamento de problemas públicos” (SECCHI, 2020, p. 10).

Diante dessa compreensão, o autor diz que para o entendimento do campo da política pública, duas definições são necessárias: o problema público e a política pública. Àquele, trata da finalização ou da intencionalidade de resolução. Esse, diz respeito ao meio ou instrumento para buscar a cabo tal intencionalidade.

Diante de tais reflexões, é importante se atentar que política pública, do ponto de vista teórico, são campos multidisciplinares, ou seja, advindo de outras ciências, e a sua intenção está nas explicações a respeito da natureza da política pública e os seus processos. Com isso, o autor complementa que as políticas públicas repercutem na economia, na educação e nas sociedades.

Para mais, Sacchi, Coelho e Pires (2020) explanam que o termo “política pública” (public policy) está associado ao sentido da terminologia “política”. Assim, ambos falam que políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de atuações políticas somado ao processo de construção e atuação dessas decisões.

Além disso, os autores sintetizam expressando-se:

“Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público... Uma política é uma orientação à atividade ou passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema pública; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política

pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletividade relevante” (Sacchi, Coelho e Pires, 2020. P. 17).

Nesse sentido, o autor prossegue esclarecendo que a política pública constitui um campo do conhecimento que objetiva envolver instituições governamentais e não governamentais em ações voltadas à proposição das mudanças necessárias, as quais decorrem de propósitos, alianças e do desejo coletivo de transformação, resultando em melhorias concretas na vida em sociedade.

À luz desses autores, compreende-se que a política pública parte da reflexão sobre o papel da política na vida social, buscando atender a necessidades, carências ou lacunas existentes, bem como responder a situações de negligência ou omissão por parte do Estado ou da sociedade. Assim, a política pública assume a missão de contribuir para o enfrentamento da ausência de ações estruturantes, promovendo benefícios amplos à coletividade, à natureza e aos seus diversos atributos.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a Educação Ambiental como política pública estruturante para as escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, de modo a subsidiar práticas pedagógicas contextualizadas, participativas e comprometidas com a transformação da realidade socioambiental local.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as estratégias necessárias para a construção de uma Política Pública de Educação Ambiental na Rede de Ensino de Juazeiro-BA.
- Diagnosticar a percepção, as práticas e os desafios relacionados à Educação Ambiental junto à Secretaria de Educação (SEDUC), gestores, coordenadores pedagógicos e professores da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA.
- Sistematizar os fundamentos teóricos e legais que embasam a construção de políticas públicas de Educação Ambiental, com ênfase na agroecologia, transversalidade e interdisciplinaridade.
- Elaborar, de forma colaborativa, a minuta do Projeto de Lei da Política Municipal de Educação Ambiental, por meio da realização de encontros formativos e audiências públicas que envolvam os atores-chave e a comunidade.
- Produzir e disponibilizar instrumentos técnico-pedagógicos de apoio à implementação da política, incluindo uma Cartilha Educacional e um Relatório Técnico-Conclusivo que detalhe todo o processo de construção.

5. METODOLOGIA

5.1 Comitê de Ética

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), com número do CAAE: 76185023.0.0000.0057 e o parecer de aprovação de número: 6.652.229. Sendo necessário, visto que de acordo com a Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16 todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

De maneira, a serem escolhidos os seus critérios de inclusão, exclusão e os possíveis riscos para os participantes da pesquisa, conforme é detalhado no Quadro 3:

Quadro 3: Critérios de Inclusão e Exclusão e riscos da pesquisa - Juazeiro-BA

Critérios	Delineados da Pesquisa
Critérios de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> ● Estudos publicados nos últimos 5 anos. ● Serão incluídos nas pesquisas de campo a equipe pedagógica escolar. ● Pesquisas que relacionam atividades construídas pelas Secretarias de Educação
Critérios de Exclusão	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisas que não tenham comprovação científica. ● Artigo publicado que não seja enquadrado nos estratos da Capes.
Riscos aos participantes da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ● Risco de constrangimento do participante que não conhece sobre a temática. ● Risco do participante ser contra a implementação de uma Política de Educação Ambiental.

Fonte: Elaboração do própria (2024).

O aspecto jurídico precisa ser considerado quando o poder público busca a implementação de ações dentro da sociedade, para que estas tenham efeitos legais dentro do ponto de vista jurídico. Ao serem desenvolvidas as políticas públicas trazem alguns benefícios, tais como a otimização nos serviços públicos, de maneira que a sociedade pode estar diretamente envolvida na construção e execução dos temas propostos, principalmente por meio dos conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios.

Durante o desenvolvimento de um estudo científico que envolve a participação de seres humanos para o levantamento de dados, alguns riscos

necessitam ser considerados. Foi preciso destacar que os participantes poderiam sentir-se constrangidos ao não saberem expressar-se corretamente durante as perguntas realizadas, assim como podemos sentir dificuldades no momento da transcrição das perguntas, sejam estas de forma online ou presencial.

Foram utilizadas algumas medidas para reduzir e/ou evitar os riscos, tais como: Disponibilização de material educativo ou informativo sobre o tema da pesquisa para os participantes revisarem antes de participar, assim como a inclusão de perguntas de sondagem inicial para avaliar o nível de conhecimento dos participantes e ajustar a abordagem conforme necessário durante as interações. Assim como, através da apresentação de informações imparciais e objetivas sobre os benefícios da implementação da política de Educação Ambiental, de modo a permitir que os participantes expressem suas preocupações e pontos de vista de forma respeitosa e aberta durante as interações.

Na seleção das escolas participantes para a pesquisa, foi optado por escolher a princípio cinco instituições piloto que já demonstraram um comprometimento significativo com a temática ambiental, integrando-a de maneira transversal em suas atividades escolares. Essa decisão foi baseada em uma análise cuidadosa das práticas educacionais existentes e da relevância da temática ambiental dentro do currículo escolar.

As escolas selecionadas demonstraram um histórico consistente de abordagem da educação ambiental, incorporando conceitos, projetos e atividades relacionadas ao meio ambiente em diversas disciplinas e iniciativas extracurriculares. Essa integração holística da temática ambiental reflete o compromisso das instituições em promover uma consciência ambiental entre os alunos e na comunidade escolar como um todo.

5.2 Local de Desenvolvimento da Pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) de Juazeiro-BA, com foco na rede municipal de ensino. Para o levantamento de informações essenciais à construção da Política Pública de Educação Ambiental, foram selecionadas cinco escolas de ensino fundamental como unidades piloto: a Escola Municipal Professora Maria José e a Escola Municipal Anália Barbosa,

ambas localizadas no bairro João Paulo II, na sede do município, a Escola Municipal Professora Crenildes Brandão, situada no bairro Coréia, a Escola de Formação Professor Parlim e a Creche de Tempo Integral Beatriz Angelica, situada no bairro Vila Jacaré, também na sede do município.

Essas cinco escolas foram escolhidas em um universo de 157 unidades escolares do município justamente por se tratarem de escolas piloto. Como o trabalho possuía caráter contínuo e aprofundado, envolvendo diferentes etapas de participação dos sujeitos, optou-se por um grupo reduzido de unidades. Gestores, coordenadores pedagógicos e professores de cada escola foram inicialmente entrevistados para levantamento de diagnósticos e percepções.

Adiante, os mesmos participantes integraram grupos temáticos para discussão coletiva e, por fim, contribuíram com sugestões concretas para a formulação da política. Os debates contaram com a participação de representantes das escolas da sede e do interior, totalizando mais sete escolas, bem como de técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Educação, além de membros da sociedade civil organizada e de cooperativas de reciclagem e manejo de resíduos sólidos, garantindo a produção de dados qualitativos e a diversidade de perspectivas no processo participativo.

Essa estrutura intencional permitiu um acompanhamento mais próximo e sistemático das atividades desenvolvidas nas escolas, bem como uma coleta mais qualificada e detalhada das contribuições dos envolvidos, algo que seria inviável se realizado em todas as 157 escolas da rede. A escolha por escolas piloto garantiu maior profundidade ao processo, possibilitando o refinamento das propostas antes de sua eventual ampliação para o conjunto da rede municipal.

Como anunciado, o trabalho desenvolveu-se de forma intersetorial em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), contando com a atuação de três técnicos especializados da pasta. As coletas de dados concentraram-se, majoritariamente, no ano de 2024, por meio de entrevistas e diagnósticos iniciais realizados nas escolas e nas secretarias envolvidas. Já os processos de refinamento, validação e articulação intersetorial foram consolidados ao longo de 2025, com a participação ativa dos setores técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e da SEMA, representados por quatro técnicos de cada secretaria, assegurando o alinhamento entre as dimensões educacional e ambiental da política pública.

5.3 Público Alvo

As partes interessadas na pesquisa envolveram representantes do corpo técnico da SEDUC e da SEMA, seus respectivos secretários, além de um grupo de gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA. Para garantir o anonimato, todos os participantes foram identificados por pseudônimos fictícios. A Tabela 1 detalha os envolvidos na pesquisa:

Tabela 1: Público Alvo da Pesquisa. Juazeiro-BA

Público Alvo	Quantidade
Técnica responsável da SEDUC	4
Técnica responsável da SEMA	8
Diretor da Escola de Formação de Juazeiro	1
Gestor(a) Escolar	12
Coordenador(a) Pedagógico	10
Professor (a)	14
Secretários Municipais	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além do mais, pretende-se com isso, proporcionar que a educação ambiental esteja garantida nas atividades pedagógicas como uma temática primordial e permanente da educação, tendo que estar presente de forma articulada e transversal nos níveis e modalidades da educação da Rede Municipal de Ensino da cidade de Juazeiro-BA.

5.4 Abordagem Metodológica

A presente pesquisa teve uma investigação de campo, complementada por uma abordagem de revisão de literatura para a análise e discussão dos dados coletados. Nesse contexto, delineiam-se etapas estratégicas para a construção da Política Pública de Educação Ambiental, conforme sintetizado no Quadro 4, que organiza o processo em nove encontros sequenciais com planos de execução

específicos.

A Etapa 1 consiste no Diagnóstico Participativo por meio de entrevistas com gestores e coordenadores da rede municipal de ensino. Segue-se a Etapa 2, dedicada à fundamentação teórica e à elaboração da primeira versão da proposta. A Etapa 3 promove a articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, enquanto a Etapa 4 estabelece o diálogo com a Secretaria Municipal de Educação.

Na Etapa 5, realiza-se a validação acadêmica no Encontro Interdisciplinar do PPGADT. A Etapa 6 envolve reunião técnica conjunta entre as secretarias municipais. As Etapas 7 e 8 abrangem, respectivamente, a apresentação formal no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia e o encaminhamento institucional. Por fim, a Etapa 9 culmina no Encontro Intersetorial de Apresentação para coordenadores, gestores escolares, técnicos da SEDUC e SEMA e comunidade em geral. Conforme detalha as informações contidas no Quadro 4:

Quadro 4: Etapas para construção da Política Pública de Educação Ambiental - Juazeiro-BA

Encontro	Plano de Execução da proposta
ETAPA 1	Diagnóstico Participativo: Entrevistas com Gestores e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino
ETAPA 2	Fundamentação Teórica e Primeira Versão da Proposta
ETAPA 3	Articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente
ETAPA 4	Diálogo com a Secretaria Municipal de Educação
ETAPA 5	Validação Acadêmica no Encontro Interdisciplinar do PPGADT
ETAPA 6	Reunião Técnica Conjunta entre Secretarias Municipais
ETAPA 7	Apresentação Formal no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia
ETAPA 8	Apresentação Formal e Encaminhamento Institucional
ETAPA 9	Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essas etapas estratégicas visavam promover o engajamento de diversos atores, estimular o diálogo e assegurar que a Política de Educação Ambiental seja construída de forma inclusiva e alinhada com as necessidades locais. Vale destacar, que os eventos organizados foram propostos com base na portaria da CAPES 171 (Brasil, 2018), na qual o Anexo B apresenta o formulário a ser preenchido para cada

evento organizado.

A presente pesquisa configura-se como de abordagem dialética, com natureza qualitativa. Parte-se do entendimento de que o método corresponde ao caminho ou ao conjunto de procedimentos adotados pela ciência para alcançar determinada finalidade, constituindo-se como um meio sistemático de busca e produção do conhecimento. Nessa perspectiva, o método dialético possibilita a compreensão da realidade a partir de suas relações, transformações e contradições.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 35), o método dialético “parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno”. Complementarmente, Minayo (2014) ressalta que a abordagem dialética, no campo das ciências sociais, permite analisar os fenômenos considerando seu contexto histórico, as relações sociais estabelecidas e os conflitos presentes na realidade investigada.

Dessa forma, a adoção do método dialético, articulado à abordagem qualitativa, mostrou-se pertinente para a compreensão da Educação Ambiental enquanto política pública, possibilitando a análise crítica das diferentes perspectivas dos sujeitos envolvidos e das contradições que permeiam o processo de formulação e implementação da política educacional no âmbito municipal.

Assim, esse tipo de método, para conhecer um certo fenômeno ou objeto, o agente da pesquisa tem que estudá-lo em todos os seus sentidos, suas relações e conectividades, se afastando da ideia de que o conhecimento é algo rígido que não sofre variações com o tempo, até porque a sociedade está em constante mudanças, flexibilidade e transformações.

Para tanto, a análise dos dados adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, uma vez que buscou compreender os significados, percepções e interpretações atribuídos pelos sujeitos participantes ao fenômeno investigado. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite a análise aprofundada das dimensões subjetivas da realidade social, considerando os discursos, sentimentos e opiniões expressos pelos participantes (MINAYO, 2014).

Como técnica de análise, utilizou-se a análise de sentimentos, também denominada mineração de opiniões, a qual se caracteriza por identificar, interpretar e classificar opiniões, percepções e sentimentos expressos em diferentes registros textuais sobre determinado tema. Segundo Liu (2012), essa técnica possibilita a compreensão das avaliações subjetivas dos sujeitos, contribuindo para a

identificação de tendências, posicionamentos e significados presentes nos discursos analisados. Complementarmente, Pang e Lee (2008) destacam que a análise de sentimentos oferece subsídios para uma interpretação mais sistemática e consistente das opiniões, permitindo captar nuances afetivas e avaliativas que nem sempre são evidentes em análises exclusivamente descritivas.

Desse modo, a utilização da análise de sentimentos proporcionou condições para uma compreensão mais ampla, consistente e fidedigna das interpretações e percepções dos participantes acerca da temática investigada, favorecendo uma análise mais efetiva dos dados coletados. Conforme sintetizado no Quadro 5, são apresentados os procedimentos adotados para a organização e análise dos dados da pesquisa.

Quadro 5: Passos para Coleta e Tratamento dos Dados em Juazeiro-BA

Etapa	Descrição	Passo a passo para Execução
Passo 1: Planejamento e Definição dos Instrumentos	Identificação dos instrumentos de coleta (entrevistas semiestruturadas, questionários abertos, observações e grupo focal) e critérios de inclusão/exclusão para dados bibliográficos e participantes.	Critérios de inclusão: Estudos publicados nos últimos 5 anos; equipe pedagógica escolar; - Critérios de exclusão: Pesquisas sem comprovação científica; artigos fora dos estratos da Capes.
Passo 2: Coleta de Dados de Campo	Aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários com os participantes, combinada com observações e grupo focal para capturar opiniões e experiências.	- Entrevistas realizadas via Google Forms ou presencialmente com pseudônimos para anonimato. - Grupo focal para discussões interativas sobre a temática. - Observações durante eventos e atividades escolares.
Passo 3: Coleta de Dados Bibliográficos	Busca e seleção de referências teóricas para fundamentação e discussão.	- Plataformas: Periódicos da Capes e Scielo. - Período: Publicações entre 2019 e 2025.
Passo 4: Organização e Transcrição dos Dados	Registro e transcrição inicial dos dados coletados para facilitar a análise.	- Transcrição verbatim das entrevistas e anotações de observações. - Categorização inicial por temas (ex.: ações da SEDUC, dificuldades pedagógicas, benefícios da política).

Passo 5: Análise e Tratamento dos Dados	Aplicação de técnica qualitativa para interpretação, com cruzamento entre dados de campo e bibliográficos.	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem dialética: Identificação de contradições e sínteses (ex.: realidades distintas entre escolas). - Uso de escala Likert para avaliação quantitativa complementar da política proposta.
Passo 6: Validação e Relato dos Resultados	Verificação da consistência dos achados e elaboração de relatórios.	<ul style="list-style-type: none"> - Triangulação: Comparação entre fontes (entrevistas, literatura, observações). - Discussão: Inferências sobre implicações para a política pública.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com isso, optou-se por essa técnica por entender que a análise de Sentimentos, é uma área recente do mundo da pesquisa e tem a capacidade de constatar informações opinativas em tipos de textos escritos que possuem uma linguagem natural, e designar o sentimento existente, a percepção ou atitude de um público-alvo em relação a um objeto de interesse (Gomes, Texeira e Brito, 2018).

Assim, os instrumentos utilizados na pesquisa qualitativa foram as observações, os questionários e entrevistas, que por sua vez, foram abertas, além do mais, escutas qualificadas de caráter exploratório e informal, envolvendo os secretários de Educação e Meio Ambiente. Isso se justifica pois, pretende-se conquistar a maior quantidade possível de informações sobre determinadas temáticas, com base na visão do entrevistado, e também intenciona-se alcançar um maior detalhamento das temáticas abordadas.

A escuta qualificadas de caráter exploratório e informal, ocorreu por meio de uma conversa aberta, livre e não estruturada, sem aplicação de roteiro prévio, gravações ou registros formais, tendo como objetivo apreender percepções, concepções, intenções e compreensões dos gestores acerca da Educação Ambiental e da atuação das respectivas secretarias. Conforme destacam Minayo (2014) e Flick (2009), procedimentos exploratórios informais podem contribuir significativamente para a compreensão inicial do fenômeno investigado, especialmente nas fases preliminares da pesquisa, ao permitir maior espontaneidade discursiva e liberdade de expressão dos interlocutores.

O uso desse caminho metodológico possibilitou identificar elementos relevantes sobre como as Secretarias de Educação e de Meio Ambiente

compreendem a Educação Ambiental, bem como indícios de articulação intersetorial, prioridades institucionais e desafios enfrentados na implementação de ações ambientais no âmbito municipal. Embora não constitua um instrumento formal de coleta de dados, essa interlocução cumpriu papel importante na delimitação do problema de pesquisa, na reflexão teórica e no refinamento dos objetivos do estudo, funcionando como subsídio qualitativo para a construção analítica da pesquisa. Diante dessas reflexões, essa estratégia metodológica, conforme ressaltam Gil (2019) e Triviños (2015), é legítima quando utilizada como apoio à compreensão do contexto investigado, sem pretensão de generalização ou análise categorial sistemática.

Ademais, vale destacar que o grupo focal, outro instrumento da pesquisa que pode colaborar nas interações e comunicações de análises mais ampla, interdisciplinar e contextualizada. Nessa perspectiva, Gatti (2005) salienta que no âmbito das abordagens qualitativas em pesquisa social, a técnica do grupo focal vem sendo cada vez mais utilizada. Em geral, podemos caracterizar essa técnica como derivada de formas de trabalhos em grupos”.

O autor ainda fala que nesse tipo de instrumento da pesquisa, há uma importância da seleção dos participantes de acordo com alguns critérios, conforme o problema em estudo, desde que eles tenham características em comum que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo. Além do que, os participantes devem ter alguma vivência com a temática para que a sua participação possa proporcionar elementos interligados em experiências do dia-dia.

Desta forma, entende-se que grupo focal é a união de várias pessoas selecionadas por pesquisadores para discutir e comentar uma temática, sendo objeto de pesquisa, tendo em vista sua experiência profissional. A partir disso, pode-se captar conceitos, atitudes, experiências, crenças, sentimentos e reações de uma forma que não seria possível com outros métodos, como: a observação, questionário e entrevista.

Pode-se concluir também à luz de Gatti (2005) que o grupo focal permite fazer aflorar uma multiplicidade de pontos de vistas e processos emocionais, permitindo assim, o surgimento de muitos entendimentos que por outros meios não iria manifestar-se.

Contudo, a proposta desta pesquisa pretende direcionar seus caminhos

metodológicos para uma metodologia com base interdisciplinar, garantindo a integração de saberes, deixando de lado, uma percepção fragmentada para uma concepção completa do conhecimento.

Assim, fazendo referência das classificações metodológicas que esse trabalho pretende percorrer, em relação à natureza da pesquisa, ela se constituirá como pesquisa aplicada. Isso se justifica porque com base em Engel e Silveira (2009) ajudam a compreender que esse tipo de pesquisa objetiva gerar saberes para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Nesse sentido, Nascimento (2016) relata que a pesquisa aplicada é destinada à propagação de conhecimento para solução de problemas específicos, é direcionada a compreensão da verdade para determinada aplicação prática em situações particulares.

Ademais, em relação à abordagem, a pesquisa teve o propósito de ser predominantemente qualitativa. Nesse entendimento, o trabalho se consolidou tendo como foco a interpretação dos participantes envolvidos dos documentos analisados, com um olhar na subjetividade apesar de considerar os aspectos da objetividade. Buscando enfatizar a compreensão dos elementos coletados.

O entendimento dos teóricos Rosental, Frémontier-Murphy (2001), fortalece essa abordagem, uma vez que eles compreendem que a pesquisa qualitativa, tem o objetivo de descrever a complexidade de determinado problema, sendo necessário entender e classificar os processos dinâmicos vividos em grupos, e contribuir no processo de mudança, gerando a compreensão das mais variadas singularidades dos sujeitos.

Em relação a esse tipo de objetivo, Triviños (1987, p. 112), enfatiza dizendo que os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Ele ainda salienta que esses fenômenos e fatos fogem da possibilidade de verificação através da observação.

Nessa perspectiva metodológica, também se faz necessário conhecer a modalidade da pesquisa pretendida, que por sua vez se estabelecerá como pesquisa de campo, e com uma base bibliográfica. Em relação a isso, Fonseca (2002), diz que a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações em que, além dos suportes bibliográficos, se realizam coletas de dados junto a pessoas, com o recurso das mais variadas pesquisas.

Sendo assim, a pesquisa de campo terá um olhar para um aspecto qualitativo. Esse será o caminho que se utilizará com o objetivo de adquirir informações que ajudará no aprofundamento e consolidação da problemática desta pesquisa.

5.5 Coleta de Dados

Para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada, aplicada aos profissionais diretamente envolvidos na pesquisa, pertencentes às cinco escolas piloto selecionadas para o desenvolvimento do estudo. Esse instrumento possibilitou a obtenção de informações aprofundadas acerca das percepções, experiências e contribuições dos sujeitos participantes no contexto da Educação Ambiental. As entrevistas foram realizadas tanto por meio da ferramenta Google Forms quanto de forma presencial, conforme a disponibilidade e o contexto dos participantes, assegurando maior abrangência, diversidade de respostas e representatividade dos profissionais das escolas investigadas.

Como estratégia complementar de coleta de dados, foi realizado grupo focal com representantes de diferentes segmentos da rede municipal de ensino e de órgãos públicos relacionados à temática ambiental. Os participantes foram organizados em Grupos de Discussão (GDs), distribuídos em salas separadas, de modo a favorecer o diálogo específico entre representantes de cada segmento.

Assim, foram constituídos grupos com gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, técnicos da Secretaria Municipal de Educação e técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como sociedade civil.

Em cada grupo de discussão, houve a indicação de um representante ou relator, responsável por conduzir o diálogo, estimular a participação dos membros e sistematizar as contribuições apresentadas. Ao final das discussões, cada relator elaborou um relatório síntese contendo as proposições, sugestões, percepções e encaminhamentos do grupo, os quais subsidiaram a análise dos dados e contribuíram para a construção e o aprimoramento da minuta da proposta da Política Municipal de Educação Ambiental.

Essa dinâmica possibilitou a escuta qualificada dos diferentes segmentos envolvidos, permitindo identificar concepções sobre a Educação Ambiental, propostas para sua inserção na política pública, bem como sugestões de melhorias e ajustes considerados necessários pelos participantes. Dessa forma, o uso

combinado das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais organizados em salas temáticas fortaleceu o caráter participativo, democrático e colaborativo do processo de formulação da Política de Educação Ambiental no âmbito municipal.

Para a pesquisa bibliográfica, foram adotados critérios de inclusão e exclusão na seleção das produções científicas, com vistas a garantir a relevância, atualidade e pertinência dos dados utilizados na fundamentação teórica do estudo. As buscas foram realizadas nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), considerando-se, para fins de análise, trabalhos publicados no período compreendido entre 2019 e 2025.

Além disso, a pesquisa bibliográfica foi articulada à análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das unidades de ensino participantes, com o objetivo de verificar se a temática da Educação Ambiental e o desenvolvimento de atividades relacionadas a essa área estavam previstos e assegurados nesses documentos orientadores. Essa relação permitiu compreender como a Educação Ambiental vem sendo institucionalizada no âmbito escolar, bem como identificar convergências e lacunas entre o referencial teórico, as diretrizes legais e a prática pedagógica expressa nos PPPs.

Dessa forma, a análise integrada da produção científica e dos documentos institucionais contribuiu para uma compreensão mais ampla do lugar da Educação Ambiental no contexto educacional, subsidiando a discussão e a proposição de diretrizes para a formulação da Política de Educação Ambiental no âmbito municipal.

Em articulação com os procedimentos metodológicos anteriormente descritos que envolveram a pesquisa bibliográfica, a análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos, a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a realização de grupos focais, compreende-se, à luz de Prodanov (2013), que a pesquisa de campo desenvolvida neste estudo se insere em uma abordagem de natureza qualitativa.

Tal perspectiva caracteriza-se pelo diálogo contínuo com os sujeitos participantes e pela interlocução permanente com o referencial teórico que sustenta a investigação, possibilitando a compreensão aprofundada das percepções, experiências e significados atribuídos à Educação Ambiental no contexto educacional. Diante dessa explanação metodológica, apresenta-se, a seguir, o Quadro 6, que sistematiza e detalha os caminhos metodológicos adotados ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 6: Caminhos da pesquisa - Caracterização Metodológica da pesquisa em Juazeiro-BA

Crítérios da Pesquisa	Métodos de Abordagem
Método adotado	Dialético
Tec. de análise dos dados	Análise de sentimentos
Instrumentos da pesquisa	Grupo focal, observação, entrevista e questionário aberto
Natureza da pesquisa	Aplicada
Abordagem da pesquisa	Qualitativa
Objetivos da pesquisa	Descritiva
Modalidade da pesquisa	Pesquisa de campo

Fonte: Produção do próprio autor (2024).

Nesse entendimento, e à luz do conjunto de procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa, a base deste trabalho foi consolidada a partir da interdisciplinaridade, compreendida como um instrumento fundamental para o desenvolvimento da proposta, por possibilitar a integração de diferentes áreas do conhecimento, o diálogo entre saberes e a construção coletiva de práticas voltadas à Educação Ambiental no contexto educacional.

Nesse mesmo sentido, considerou-se igualmente relevante conhecer a visão do Secretário Municipal de Educação e do Secretário Municipal de Meio Ambiente do município de Juazeiro. A escuta desses gestores permitiu compreender seus entendimentos acerca da Educação Ambiental, as proposições e contribuições apresentadas por cada secretaria, bem como as propostas que ambos vislumbravam para a consolidação da Política Municipal de Educação Ambiental.

As falas dos secretários evidenciaram a importância dessa política para o fortalecimento e a articulação das ações já desenvolvidas pelas duas secretarias, destacando seu papel estratégico na integração entre educação, meio ambiente e políticas públicas no contexto municipal.

5.6 Análise sobre a Proposta da Política Pública de Educação Ambiental

O método proposto para avaliar a eficácia da política pública de educação ambiental apresentada, foi por meio de questionário produzido com base na escala Likert, esta que é uma abordagem que combina elementos quantitativos e qualitativos de pesquisa. A escala Likert, desenvolvida por Rensis Likert, é uma

ferramenta comumente utilizada para medir atitudes e opiniões dos participantes em relação a determinados temas, permitindo uma análise estatística das respostas (Ferreira; Giannini; Latorre, 2016).

Nesse contexto, a escala Likert foi adaptada para abordar questões relacionadas à política pública de educação ambiental apresentada. Os técnicos da SEDUC, SEMA e a equipe pedagógica das escolas envolvidas na pesquisa foram convidados a participar da entrevista e responder às perguntas do questionário.

As respostas dos participantes foram classificadas em uma escala de cinco pontos, que inclui "Discordo totalmente", "Discordo parcialmente", "Indiferente (Neutro)", "Concordo parcialmente" e "Concordo totalmente". Essa escala permite uma variedade de respostas, fornecendo uma gama mais ampla de perspectivas sobre a eficácia da política pública de educação ambiental.

Além disso, o método proposto buscou extrair dados qualitativos das respostas dos participantes, indo além das análises puramente quantitativas. As entrevistas buscam fornecer as percepções dos entrevistados, acerca das suas experiências e sugestões em relação à política pública de educação ambiental. Esses dados qualitativos podem enriquecer a compreensão dos resultados quantitativos obtidos através da escala Likert, permitindo uma análise mais completa e aprofundada da eficácia da política. Esse enfoque integrado permitiu uma análise detalhada dos pontos fortes e das áreas de melhoria da política, contribuindo para o desenvolvimento de recomendações fundamentadas para o aprimoramento da mesma.

5.7 Produtos da Pesquisa

Os produtos desenvolvidos contaram com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e tiveram como finalidade contribuir para que a Educação Ambiental promova o desenvolvimento integral dos sujeitos, orientando para a melhoria da qualidade de vida. Ademais, buscaram favorecer a construção de relações mais equilibradas e pacíficas das pessoas consigo mesmas, com a sociedade e com o meio ambiente, bem como com os recursos naturais.

Nesse contexto, o Quadro 7 apresenta os produtos técnicos resultantes da pesquisa, contemplando a descrição de cada produto e sua respectiva definição, conforme os critérios estabelecidos no Manual da CAPES (Brasil, 2019, p. 171).

Quadro 7: Produtos técnicos propostos na pesquisa em Juazeiro-BA

Descrição do Produto	Produtos Propostos
<p>1º Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental</p> <p>Público Alvo: Técnicos especialistas em Educação Ambiental e equipe técnica da SEDUC e SEMA, comunidade em geral.</p>	Evento Organizado - Item 8 (Brasil, 2019)
<p>2º Relatório Técnico Conclusivo de todas as etapas realizadas para a construção da Política Pública de Educação Ambiental de Juazeiro-BA</p>	Relatório Técnico Conclusivo - Item 10 (Brasil, 2019)
<p>Construção de Material técnico informativo sobre o Plano Municipal de Educação Ambiental</p>	Material Didático - Item 6 (Brasil, 2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As etapas realizadas, que envolveram encontros com gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos da rede municipal, bem como equipes técnicas da SEDUC e da SEMA, resultaram na construção coletiva da Política Municipal de Educação Ambiental. Esse processo foi consolidado e culminou na elaboração de um relatório técnico-conclusivo que sistematiza todo o percurso de planejamento, execução e discussão da temática. O documento registrou as contribuições de todos os atores envolvidos e serviu como base para os próximos passos institucionais, incluindo a realização de audiências públicas que discutirão a implementação efetiva da política na rede municipal de ensino.

5.8 Construção da Cartilha Técnica de Apoio à Política Municipal de Educação Ambiental

Como produto técnico complementar à Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA, foi elaborada uma Cartilha Técnico-Pedagógica destinada a professores, coordenadores pedagógicos e gestores da rede municipal de ensino, sendo apresentada no **APÊNDICE D - PRODUTO 02: CARTILHA CONHECENDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE JUAZEIRO-BA**. Objetivando traduzir os princípios, objetivos, diretrizes e estratégias da política em linguagem acessível e prática, oferecendo orientações concretas para a implementação da educação ambiental de forma transversal, contínua e

contextualizada no cotidiano escolar do semiárido

O público alvo são docentes de todas as áreas e etapas da educação básica, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e técnicos da SEDUC e SEMA. O processo de Construção envolve a sistematização dos conteúdos da política, mapeamento das principais demandas identificadas nas etapas participativas (formação docente, atividades práticas, integração curricular).

5.9 Construção do Relatório Técnico Conclusivo das Etapas para Construção do Texto da Lei da Política Pública de Educação Ambiental

A construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA seguiu um percurso metodológico dialético e participativo, organizado em nove etapas sequenciais e interdependentes, que podem ser detalhados os processos através do Relatório Técnico Conclusivo das Etapas (**APÊNDICE C - PRODUTO 01: RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO**). O processo foi desenhado para garantir desde o diagnóstico da realidade local até a validação democrática da proposta final, assegurando um constante diálogo entre os dados empíricos, os referenciais teóricos e os atores-chave do território.

As etapas iniciais (1 e 2) foram dedicadas ao Diagnóstico Participativo, por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores e coordenadores pedagógicos, e à Fundamentação Teórica que subsidiou a primeira versão da proposta. Em seguida, o processo avançou para a Articulação Intersetorial (etapas 3, 4 e 6), com reuniões técnicas individuais e conjuntas entre as Secretarias Municipais de Educação (SEDUC) e Meio Ambiente (SEMA). Esses encontros foram cruciais para alinhar a proposta às diretrizes de ambas as pastas e para definir mecanismos concretos de implementação e governança.

Paralelamente, a proposta passou por uma Validação Acadêmica (etapa 5) no âmbito do PPGADT/UNEB e por uma Divulgação Científica (etapa 7) no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, recebendo contribuições que aperfeiçoaram seu rigor conceitual. A Revisão Técnica Institucional (etapa 8), realizada com técnicos das secretarias e professores da rede, permitiu o ajuste fino do texto às realidades administrativa e pedagógica.

O ápice do processo participativo, contudo, deu-se na Etapa 9 – Encontro Intersetorial de Órgãos Municipais e Sociedade Civil para Apresentação e Análise Crítica da Proposta. Realizado em 04 de dezembro de 2025 no Auditório ACM da

UNEB, este evento teve como objetivo socializar amplamente a versão consolidada, submetê-la a uma validação coletiva por Grupos de Trabalho (GTs) e formalizar o compromisso institucional para sua implementação. O encontro reuniu 97 participantes, incluindo professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, técnicos da SEDUC e SEMA, representantes da sociedade civil organizada e alunos da rede municipal, configurando o momento de maior amplitude e diversidade de vozes no processo.

Sendo que no 1º Momento foi realizada a Abertura solene e apresentação da proposta. O Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental foi aberto com apresentação cultural (música ao vivo) e composição da mesa de honra, coordenada pelo doutorando Adson Cardoso de França, que destacou a importância histórica do momento para a educação e o meio ambiente do município.

A partir disso, no 2º Momento, foram formados Trabalho em Grupos Temáticos (GTs). Após a apresentação, os participantes foram divididos em quatro Grupos de Trabalho para leitura, análise e proposições concretas sobre o texto da política:

- GT 1 – Professores da rede municipal
- GT 2 – Coordenadores pedagógicos
- GT 3 - Gestores escolares
- GT 4 – Técnicos da SEMA e representantes da sociedade civil organizada
- GT 5 – Técnicos da SEDUC
- GT 6 - Grupo Estudantil para apresentação da cartilha

Os professores, principais atores da prática pedagógica cotidiana, concentraram-se na análise dos artigos referentes à transversalidade curricular, à formação continuada e às ações práticas dentro da sala de aula. Conforme apresentado na Figura 3:

Figura 3: GT 1: professores da rede municipal em círculo discutindo a proposta em Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No grupo de coordenadores pedagógicos, debateram estratégias de gestão escolar, criação de núcleos de Educação Ambiental nas unidades, cronogramas de formação e mecanismos de monitoramento interno. Conforme apresentado na Figura 4:

Figura 4: GT 2: coordenadores pedagógicos na UNEB em Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da sociedade civil organizada discutiram a articulação intersetorial, o papel dos conselhos municipais e a participação comunitária na política. Conforme apontado na Figura 5:

Figura 5: GT 3: técnicos da SEMA e sociedade civil na UNEB em Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os técnicos da Secretaria Municipal de Educação analisaram detalhadamente a integração da política ao Plano Municipal de Educação, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos programas de formação continuada já existentes na rede. Sendo ilustrado na Figura 6:

Figura 6: GT 4: equipe técnica da SEDUC - UNEB em Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Cada grupo preencheu ficha padronizada de proposições, acatadas e imediatamente incorporadas à versão final da Política Municipal de Educação Ambiental. Sendo também formado o grupo Estudantil para análise da cartilha - Alunos da Escola Municipal Iracema Pereira da Paixão

Enquanto os GTs trabalhavam, os representantes estudantil, alunos da Escola Municipal Iracema Pereira da Paixão participaram de atividade especial: receberam do doutorando exemplares da Cartilha de Educação Ambiental (elaborada no âmbito da pesquisa) e assistiram à explicação lúdica sobre os principais temas da política. Conforme apresentada nas figuras 7 e 8:

Figura 7: Alunos tiram dúvidas sobre a cartilha de educação ambiental - UNEB Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 8: Alunos durante a apresentação - Auditório da UNEB em Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Por fim, em um 3º Momento houve a Plenária final para a sistematização e assinatura do Termo de Compromisso as contribuições dos GTs foram apresentadas em plenária, debatidas e aprovadas por consenso.



Como ato culminante, foi assinado o Termo de Compromisso Intersectorial SEDUC–SEMA para implementação, monitoramento e avaliação contínua da Política Municipal de Educação Ambiental, com as assinaturas do Secretário Cláudio Fernandes (SEMA), da Superintendente Pedagógica, Nilmara Mércia (representando a SEDUC). Conforme apresentado na Figura 9, já a Figura 10, apresenta o termo de Compromisso assinado:

Figura 9: Assinatura do termo de Compromisso - Auditório da UNEB em Juazeiro-BA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 10: Termo de Compromisso

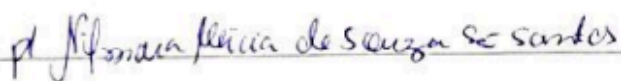
TERMO DE COMPROMISSO INSTITUCIONAL

Nós, **Secretária Municipal de Educação de Juazeiro – BA** e **Secretário Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro – BA**, reunidos no dia **04 de dezembro de 2025**, no **Auditório ACM da UNEB**, por ocasião do Encontro de Apresentação e Análise da Proposta de Política Pública Municipal de Educação Ambiental, declaramos nosso compromisso institucional em:

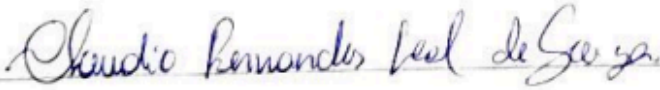
1. **Reconhecer a relevância** do processo participativo que subsidiou a elaboração da proposta de Política Pública de Educação Ambiental;
2. **Apoiar**, no âmbito das respectivas secretarias, as ações necessárias para a **continuidade, aprimoramento e encaminhamento** da proposta, visando sua efetiva implementação no município;
3. **Favorecer o diálogo intersetorial** entre Educação e Meio Ambiente, garantindo que as contribuições de gestores, professores, técnicos, conselhos e demais setores presentes sejam considerados nas próximas etapas.

Este termo reflete a **intenção conjunta** de fortalecer a Educação Ambiental em Juazeiro – BA, respeitando as competências legais de cada Secretaria e os trâmites administrativos necessários.

Juazeiro – BA, 04 de dezembro de 2025.



Secretária Municipal de Educação



Secretário Municipal de Meio Ambiente

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Dessa forma, a Etapa 9 consolidou a legitimidade social, pedagógica e institucional do documento, transformando a política em um instrumento público e coletivo. A proposta, agora validada democraticamente, encontra-se apta para a tramitação nos conselhos municipais de Educação e Meio Ambiente, etapa subsequente à conclusão desta pesquisa. Este encontro representou, portanto, a materialização do método dialético e participativo que norteou toda a investigação, garantindo que a Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA seja reflexo das necessidades e potencialidades identificadas no território. O texto integral da minuta de lei, que consolida a proposta técnica, está apresentado no **Apêndice F - Proposta de Política Pública de Educação Ambiental entregue à SEDUC e SEMA**, e constitui o principal produto técnico-normativo gerado por este trabalho.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 O papel da SEDUC no desenvolvimento ações e projetos que as escolas desenvolvem voltadas para a temática da Educação Ambiental

Inicialmente, buscou-se identificar quais ações vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria de Educação (SEDUC) e pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) com vistas à promoção de atividades relacionadas à Educação Ambiental no contexto escolar da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA. A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que nem todas as escolas dispõem de projetos contínuos que contemplem a temática da Educação Ambiental. Conforme relatado pelo Entrevistado 01 (Técnico da SEDUC), “as ações e projetos, não são todas as escolas que trabalham essa parte da Educação Ambiental, mas algumas sim, a exemplo disso, a Escola Rural de Massaroca”.

O mesmo entrevistado ressalta ainda que há a participação das comunidades circunvizinhas, por meio de visitas às escolas, com o objetivo de conhecer as práticas ambientais desenvolvidas e as ações voltadas à conservação do meio ambiente. No entanto, segundo o relato, tais iniciativas ocorrem de forma pontual e restrita a algumas unidades escolares, não sendo uma prática institucionalizada em toda a rede.

Desse modo, evidencia-se que o trabalho com a Educação Ambiental nas escolas municipais ainda carece de maior estruturação, sendo desenvolvido de forma pontual e sem a existência de um cronograma sistematizado ou diretrizes planejadas pela SEDUC para sua implementação ao longo do ano letivo.

Entretanto, é possível perceber que existem projetos em parcerias com outras instituições para assim fomentar as práticas de educação ambiental dentro das escolas da rede municipal de Juazeiro-BA. Visto que o Entrevistado 02 (Técnico da SEDUC), aponta as atividades realizadas que direcionam a comunidade escolar no desenvolvimento dessas práticas:

“Baseado em projetos tais como, Extra escola: com alguns parceiros a exemplo do SAAE, com SAAE presente, que trata sobre o desperdício da água, provavelmente na semana da água que as escolas trabalham. Tem-se também a empresa ACAVASF, que aborda sobre a questão dos resíduos sólidos com as turmas dos quartos e dos quintos anos e outras empresas parceiras, a exemplo da CHESF, que discute sobre educação ambiental. O Programa Despertar, que é voltado para as comunidades da área rural e que a cada ano trabalha com temáticas sobre questões do meio ambiente e o trato com os resíduos sólidos.”

(Entrevistado 02 -SEDUC).

Observa-se que a SEDUC tem adotado medidas voltadas à implementação de ações relacionadas à Educação Ambiental nas unidades de ensino da rede municipal. Essas iniciativas têm sido desenvolvidas, principalmente, por meio de projetos realizados em parceria com outras instituições. As ações promovidas pelo município encontram respaldo na Lei nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A referida legislação estabelece, em seu artigo 13, a importância da articulação entre diferentes instituições para a promoção de atividades de Educação Ambiental, incentivando parcerias entre órgãos governamentais e não governamentais, bem como entre entidades públicas e privadas (Brasil, 1999).

Desse modo, durante as entrevistas realizadas com os responsáveis técnicos da SEDUC, foram levantados questionamentos acerca da existência de ferramentas específicas para o registro das atividades relacionadas à Educação Ambiental. A partir das respostas obtidas, constatou-se que não há mecanismos destinados exclusivamente ao registro dessas ações. No entanto, as atividades desenvolvidas são registradas em uma plataforma institucional criada pela própria rede municipal de ensino. Conforme relatado pelo Entrevistado 02 (SEDUC), “a SEDUC desenvolveu uma plataforma denominada *Escola Presente*, na qual toda a equipe escolar registra suas atividades, incluindo aquelas que envolvem a Educação Ambiental, trabalhada de forma transversal e interdisciplinar [...]”.

A SEDUC realiza o acompanhamento das atividades relacionadas à Educação Ambiental, principalmente por meio da solicitação de informações e registros junto às escolas acerca das ações desenvolvidas. Conforme relata o Entrevistado 01 (Técnico da SEDUC), “sempre que solicitado, a secretaria tem acesso, mas, na grande maioria das vezes, são solicitados apenas documentos referentes aos projetos que são encaminhados pela própria SEDUC”.

Além disso, o acompanhamento institucional também ocorre por meio do incentivo e da orientação às escolas para a participação em concursos e iniciativas externas voltadas à Educação Ambiental. Esse aspecto reforça a atuação da secretaria no estímulo às práticas ambientais no ambiente escolar, conforme destacado pelo Entrevistado 02 (Técnico da SEDUC), que afirma:

“É através da comunicação, as escolas são comunicadas ou são chamadas para apresentarem os

trabalhos dentro de uma sequência didática, são convidados também para participar de concursos muitas vezes envolvendo produções envolvendo a temática educação ambiental.” Entrevistado 02 (SEDUC)

As informações apresentam que a SEDUC vem acompanhando as atividades que são direcionadas para as escolas, sejam estas desenvolvidas por meio de projetos em parcerias com outras insAs informações obtidas indicam que a SEDUC realiza o acompanhamento das atividades direcionadas às escolas, sejam aquelas desenvolvidas por meio de projetos em parceria com outras instituições, seja as iniciativas construídas de forma autônoma pelas próprias unidades escolares. No entanto, esse acompanhamento não ocorre de maneira homogênea em todos os setores da secretaria, concentrando-se, sobretudo, em áreas específicas responsáveis pela proposição e articulação das ações.

Conforme esclarece o Entrevistado 02 (SEDUC), “toda a equipe não necessariamente, mas a parte pedagógica tem sim, e o setor de Programas e Projetos tem ciência do que as escolas estão trabalhando”. Essa fala evidencia que o monitoramento das atividades de Educação Ambiental está centralizado principalmente nos setores pedagógicos e de programas institucionais.

Para reforçar esse acompanhamento, o Entrevistado 02 (SEDUC) destaca como exemplo o Programa Despertar, apontado como uma iniciativa relevante e de forte atuação, especialmente nas escolas do campo.

As ações de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas da rede municipal ocorrem tanto por meio de parcerias com outras instituições quanto a partir de iniciativas construídas de forma autônoma pelas próprias unidades escolares. Entretanto, cabe destacar que esse acompanhamento ocorre a partir de setores específicos da SEDUC, responsáveis tanto pela proposição das atividades quanto pelo diálogo direto com as unidades escolares. Conforme aponta o Entrevistado 02 (SEDUC), “toda a equipe não necessariamente, mas a parte pedagógica tem sim, e o setor de Programas e Projetos tem ciência do que as escolas estão trabalhando”.

Para reforçar a existência desse acompanhamento institucional, o Entrevistado 02 (SEDUC) cita como exemplo o Programa Despertar, caracterizado como uma iniciativa relevante e de forte atuação, especialmente nas escolas do campo.

Além disso, ao analisar as ações pontuais desenvolvidas pela SEDUC, observa-se que essas práticas se aproximam do que Loureiro (2012) define como uma educação ambiental ainda marcada por iniciativas fragmentadas, muitas vezes dependentes de projetos específicos ou de parcerias externas, sem que haja, necessariamente, uma institucionalização plena da temática no currículo escolar.

Para o autor, a Educação Ambiental precisa ser compreendida como um processo contínuo, crítico e integrado ao projeto político-pedagógico das escolas, superando ações eventuais e comemorativas. Nesse sentido, embora as experiências relatadas demonstrem avanços importantes, sobretudo no estabelecimento de parcerias interinstitucionais, evidencia-se a necessidade de maior sistematização e planejamento por parte da SEDUC, de modo a garantir a continuidade e o alcance das ações ao longo do ano letivo.

De forma complementar, Jacobi (2003) e Layrargues (2011) ressaltam que a efetividade das políticas de Educação Ambiental no contexto escolar está diretamente relacionada à articulação entre gestão pública, comunidade escolar e sociedade civil, bem como à existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas. A ausência de instrumentos específicos de registro e monitoramento das atividades de Educação Ambiental, identificada nas entrevistas, revela um desafio para a consolidação dessas práticas como política pública estruturante.

Ainda assim, o uso de plataformas institucionais, como a mencionada pela SEDUC, pode representar um ponto de partida para a construção de um sistema mais robusto de acompanhamento, alinhado a uma concepção de Educação Ambiental crítica, participativa e emancipatória, conforme defendido por Guimarães (2004).

Diante desses expostos, a partir da escuta qualificada realizada com os secretários municipais de Educação e de Meio Ambiente, evidenciou-se uma convergência de percepções quanto à importância estratégica da Educação Ambiental no contexto escolar, vista como um instrumento fundamental para a formação da consciência crítica dos estudantes e para a transformação de práticas socioambientais historicamente arraigadas no município.

Os secretários destacaram a necessidade de institucionalização da Educação Ambiental por meio de uma política pública municipal, de modo que essa temática seja incorporada de forma contínua e transversal à vida escolar e ao cotidiano dos

alunos, superando ações pontuais. Os secretários também ressaltaram que a construção dessa política responde a uma demanda social e a cobranças do Ministério Público, que vem exigindo do poder público municipal a efetivação de uma política ambiental desde a gestão anterior.

Nesse entendimento, a proposta de uma Política Municipal de Educação Ambiental surgiu a partir dessa cobrança institucional, despertando o interesse em desenvolver um produto técnico para o município capaz de gerar impacto social na vida das pessoas. A partir disso, iniciou-se todo o percurso necessário para que essa intenção pudesse se concretizar.

Com isso, a secretária de Educação afirmou total apoio à efetivação e à consolidação da proposta de Política Municipal de Educação Ambiental, determinando que técnicos da secretaria e professores, especificamente da área de Ciências, se envolvessem sobre o documento, revisando, estudando e contribuindo para seu fortalecimento, como de fato, foi. De igual forma, o secretário de Meio Ambiente colocou à disposição os técnicos da pasta para atuar em parceria com a Educação, reforçando que o município necessita urgentemente desse avanço e que a Educação constitui o principal caminho para a construção de uma consciência ambiental crítica.

Segundo o secretário de Meio Ambiente, práticas inadequadas presentes há anos na cidade, como os maus-tratos a animais por parte de carroceiros, somente poderão ser desconstruídas por meio de um processo educativo iniciado desde os primeiros anos de vida, não vislumbrando outra alternativa de transformação social que não seja aquela articulada pela educação.

6.2 Políticas Públicas sobre Educação Ambiental em Juazeiro-BA

Destaca-se que durante as entrevistas realizadas, os entrevistados da equipe técnica da SEDUC apontaram unanimemente a importância da implementação de uma política pública de educação ambiental dentro do escopo do município de Juazeiro-BA. Principalmente por considerarem a importância da inserção da temática ambiental em todas as fases de ensino, como destaca o Entrevistado 02 (Técnico da SEDUC):

“Ela viabiliza uma amplitude desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, pois se

trabalhando educação infantil desde criança esse adulto vai ser totalmente diferente no que tange às questões ambientais, ele estará preparado para enfrentar esses problemas envolvendo essa temática.” Entrevistado 02 (Técnico da SEDUC).

Essa visão reforça a percepção de que a política municipal vai além de uma formalidade legal, e vem como um instrumento estratégico para preparar cidadãos conscientes, atribuindo à educação ambiental um papel preventivo e transformador ao longo de toda a trajetória escolar. “Assim é fundamental que se tenha um projeto, uma política e que se discute principalmente em nossa região que é muito rica nessa área de irrigação das frutas, no trabalho com os animais, ovelhas e cabras. [...]” (Entrevistado 02 – SEDUC).

Percebeu-se que embora o trabalho com a Educação Ambiental seja desenvolvido de forma mais contínua em algumas escolas do município, as atividades ainda não são trabalhadas de maneira contextualizada e sistemática em toda a rede municipal de ensino. Nesse sentido, a construção de uma política pública específica nasceu para contribuir para o estabelecimento de diretrizes que orientem um trabalho continuado, além de servir como referência para o desenvolvimento das ações nas unidades escolares.

Essa perspectiva é reforçada pelo Entrevistado 04 (Coordenador Pedagógico), ao destacar que “a implementação da política é fundamental para que se percorra todos os processos necessários, inclusive a apreciação tanto pela Câmara Municipal quanto pelo Conselho Municipal de Educação. Eu acho que isso é válido e representa um ganho para a Educação Municipal”. Isso, somou-se com a intencionalidade da secretária de Educação, que garantiu total apoio para que a proposta da política pudesse dar andamento em todas as esferas para se chegar até a aprovação da Câmara de Vereadores.

Nesse sentido, as entrevistas tiveram como objetivo analisar, junto aos técnicos da SEDUC, quais direcionamentos uma política pública de Educação Ambiental deveria contemplar para favorecer o desenvolvimento das atividades no município. Para tanto, foi levantado o questionamento acerca dos elementos que deveriam ser abordados para alcançar maior efetividade no fortalecimento da preservação da vegetação nativa do município de Juazeiro-BA.

A partir das entrevistas, foram sistematizados os principais achados

relacionados aos aspectos considerados essenciais para a construção de uma política pública de Educação Ambiental, os quais foram posteriormente comparados com as contribuições de autores que discutem políticas públicas nessa área. Esse comparativo é apresentado no Quadro 8.

Quadro 8: As Perspectivas e Necessidades que devem conter uma Política Pública de Educação Ambiental

Perspectivas de uma Política Pública de Educação Ambiental em Juazeiro-BA	Necessidades apontadas por teóricos para a Elaboração de uma Política Pública de Educação Ambiental
<p>“[...] o certo seria o fortalecimento dessas questões através de um projeto de lei, palestras, e também o envolvimento de alguns órgãos federais, como, por exemplo, o Exército Brasileiro, que possui conhecimento sobre a fauna e a flora da nossa região, a Caatinga semiárida.” Entrevistado 01 (Professor)</p>	<p>“Para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, além de atividades de formação em educação ambiental para os diversos atores e diferentes esferas da sociedade.” (Maciel et al., p. 14, 2021).</p>
<p>“Olha, no caso de implantação da lei da educação ambiental dentro dessa proposta, colabora para que os sujeitos passem a ter o conhecimento e o cuidado de toda a vegetação da cidade de Juazeiro, o cuidado com o rio, o cuidado com os resíduos” Entrevistado 02 (Coordenador Pedagógico).</p>	<p>“As concepções sobre a necessidade de envolvimento de todos os setores da sociedade com a EA apresentadas nos eventos que discutiram a sua implementação e consolidação aparecem nesse parecer com a criação dos Centros de EA com o intuito de formar células de reflexão em vista de abranger todo o território nacional.” (Lelis; Marques; p. 11, 2021).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A inclusão da preservação da vegetação ribeirinha, destacada pelo Entrevistado 01, converge com a ênfase teórica na formação de atores sociais amplos (Maciel et al., 2021) e na criação de espaços coletivos de reflexão (Lelis; Marques, 2021), revelando uma sintonia entre as demandas locais e as recomendações nacionais, embora os entrevistados priorizem parcerias institucionais concretas, como o envolvimento do Exército, em detrimento de centros abstratos de discussão.

percebe-se que os entrevistados do corpo técnico da SEDUC apontam a necessidade de parcerias com outras instituições para o fomento da política pública de educação ambiental, algo similar ao que é apontado pelos teóricos que abordam a temática. Entretanto, cabe salientar que Maciel et al. (2021) apontam a necessidade de envolvimento de vários setores da sociedade para que se comece a

construir uma política pública. Corroborando essa ideia, Lelis e Marques (2021) trazem a perspectiva de criação de centros de estudos para a discussão da educação ambiental, para que juntos sejam construídos os escopos da política.

A construção de uma política pública de educação ambiental a ser desenvolvida no município de Juazeiro-BA traria benefícios distintos, entre estes, estão as diretrizes para medidas educacionais que versam para a preservação do rio São Francisco e da sua mata ciliar. Segundo o Entrevistado 01 (Gestor Escolar)

“Um ponto importante que poderia ser ressaltado seria a questão do nosso rio. Se houver uma política de melhoramento e acompanhamento em relação a projetos educativos e leis que facilitem o aprendizado das crianças sobre preservar, acredito que isso ajudaria muito o rio. A vegetação próxima com certeza também ajudaria.” **Entrevistado 01** (Gestor Escolar).

O relato apresentado ilustra de forma concreta a perda da biodiversidade local, ao contrastar a abundância observada no passado com a escassez atual de espécies nativas. Tal situação evidencia a urgência da implementação de uma política pública que não se limite à dimensão educativa, mas que também incorpore ações efetivas de restauração ambiental e de fiscalização. Essa perspectiva está alinhada à defesa de uma convivência mais harmônica entre o ser humano e a natureza, conforme ressaltado pelos técnicos da SEDUC.

Nesse sentido, o Entrevistado 01 (Professor) exemplifica: “Vou dar um exemplo: a planta que chamamos de juazeiro, que inclusive dá nome à nossa cidade, quase não é encontrada dentro da cidade. Antigamente, fazia parte da paisagem, e, quando criança, eu via muitas dessas plantas, mas hoje quase não existem, restando apenas em poucos lugares.”

Ressalta-se que os entrevistados apontam que o desenvolvimento de uma política municipal de educação ambiental vem a contribuir para o processo de envolvimento da comunidade, trazendo uma perspectiva de cuidados com o meio ambiente desde o público infantil, com as medidas educativas realizadas nas escolas. Conforme aponta o entrevistado 02 (Coordenador Pedagógico) “A política vem garantir esses ganhos. Então a política de educação ambiental fará com que esses estudantes tenham um conhecimento desde a educação infantil até os jovens e Adultos”.

Essa perspectiva se relaciona com a ampliação da consciência ambiental, especialmente a partir do papel formativo das escolas ao evidenciar a comparação

entre as gerações e apontar que muitos adultos, no contexto atual, apresentam limitações quanto à consciência e à atuação ambiental. Tal constatação reforça o papel propulsor das escolas, conforme destacado por Farias, Neiman e Pereira (2020), ao compreender a Educação Ambiental como uma ferramenta de formação crítica e de transformação comportamental no âmbito da comunidade.

Essa compreensão é corroborada pela fala do Entrevistado 02 (SEDUC), ao afirmar que “a política vai fazer com que os sujeitos reflitam, pensem e que tenham uma consciência para saber atuar em uma nova atitude e em uma nova postura em favor do meio ambiente”.

As perspectivas e os benefícios de uma política municipal de educação ambiental apresentada pelo corpo técnico da SEDUC corrobora com o que aponta Farias, Neiman e Pereira (2020), na qual traz as escolas como propulsoras das causas ambientais. Sendo possível atribuir o papel dos educadores na formação de alunos críticos e participativos em debates acerca de questões ambientais, consequentemente podendo contribuir para melhores condições de vida da comunidade, por meio da preservação das áreas ambientais.

À luz do referencial teórico adotado, os resultados desta seção evidenciam que a demanda por uma política municipal de Educação Ambiental em Juazeiro-BA não se limita a uma exigência normativa, mas emerge como resposta às especificidades territoriais e socioambientais do município. Essa constatação dialoga diretamente com Milton Santos (2007), ao compreender o território como espaço vivido, marcado por relações sociais, práticas produtivas e conflitos ambientais.

As falas dos entrevistados, ao destacarem elementos como o rio São Francisco, a vegetação nativa e as atividades agropecuárias, reforçam a necessidade de uma política pública que considere o território usado e suas dinâmicas, conforme também defendem Haesbaert (2014) e Saquet (2020). Nesse sentido, a política municipal de Educação Ambiental assume o papel de instrumento articulador entre educação, meio ambiente e território, superando abordagens genéricas e descontextualizadas.

Além disso, a ênfase dos entrevistados na formação continuada desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos converge com a perspectiva da Educação Ambiental Crítica defendida por Loureiro (2021), ao compreender a educação como processo permanente de construção de sujeitos conscientes, participativos e politicamente engajados.

A valorização das escolas como espaços estratégicos de transformação social, evidenciada nas falas dos técnicos da SEDUC, reforça o entendimento de Jacobi e Tristão (2022), ao apontarem que políticas públicas eficazes em Educação Ambiental dependem da integração entre gestão educacional, participação social e intersectorialidade.

Assim, os dados analisados confirmam que a construção de uma política municipal de Educação Ambiental em Juazeiro-BA representa não apenas um avanço institucional, mas uma condição essencial para consolidar práticas educativas territorializadas, críticas e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental local.

Apresenta-se, a seguir, um quadro comparativo das falas dos entrevistados da equipe pedagógica, no qual se articulam as percepções de outros profissionais: Entrevistado 05 - Gestor Escolar, Entrevistado 06 Coordenador Pedagógico e Entrevistado 07 - Coordenador Pedagógico com as dos demais integrantes. O quadro tem por finalidade evidenciar convergências, divergências e tensões presentes nos relatos, especialmente no que se refere à transversalidade da Educação Ambiental, à continuidade das ações, ao apoio institucional e às dificuldades enfrentadas no contexto escolar.

Quadro 9: Diálogo comparativo das falas dos entrevistados

Eixo temático	Entrevistado 05	Entrevistado 06	Entrevistado 07	Diálogo com os demais (01-04)
Transversalidade da Educação Ambiental	Relata práticas cotidianas e participação ativa dos alunos no cuidado ambiental	Aponta fragilidade na transversalidade e pouca integração entre disciplinas.	Descreve experiência estruturada por meio de projetos alinhados à BNCC.	Os demais entrevistados reconhecem a transversalidade, mas indicam execução majoritariamente por projetos.
Continuidade das ações	Evidencia ações permanentes no cotidiano escolar.	Ressalta descontinuidade e ações pontuais	Aponta continuidade garantida por planejamento sistemático.	Há consenso parcial de que a continuidade depende da institucionalização dos projetos
Apoio institucional (SEDUC)	Reconhece programas, com foco na prática local.	Valoriza os programas, mas critica dificuldades de execução.	Relata viabilização de projetos por meio do apoio institucional	Os entrevistados reconhecem os programas, mas apontam necessidade de

				maior acompanhamento.
Relação com a realidade local	Destaca a atuação dos alunos como agentes ambientais nos bairros.	Valoriza a abordagem dos dilemas do campo.	Articula práticas locais à preservação global.	Há convergência quanto à importância da contextualização das ações.
Dificuldades docentes	Não identifica grandes dificuldades.	Aponta resistência e acomodação docente.	Não enfatiza dificuldades, destacando o planejamento coletivo.	Reconhecem dificuldades conceituais e metodológicas

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A análise do quadro revela que, embora a Educação Ambiental seja reconhecida como princípio transversal, sua efetivação ocorre de forma desigual nas escolas, oscilando entre práticas contínuas e ações pontuais. As falas dos Entrevistado 05, Entrevistado 06 e Entrevistado 07 evidenciam perspectivas distintas: enquanto Entrevistado 05 e Entrevistado 07 relatam experiências mais estruturadas e articuladas ao planejamento pedagógico, Entrevistado 06 aponta fragilidades na integração interdisciplinar, especialmente no Ensino Fundamental II.

Esse conjunto de percepções dialoga com os entrevistados Entrevistado 01 a Entrevistado 04, que também reconhecem a transversalidade, mas indicam sua materialização predominantemente por meio de projetos isolados. Ademais, os relatos destacam a importância dos programas institucionais da SEDUC, ao mesmo tempo em que apontam desafios relacionados à sua execução e continuidade, reforçando a necessidade de uma política pública municipal que assegure maior sistematicidade às ações de Educação Ambiental.

Em síntese, os resultados da pesquisa confirmam que a efetivação da Educação Ambiental no contexto escolar depende diretamente de sua institucionalização enquanto política pública, superando ações fragmentadas e pontuais. As falas dos entrevistados evidenciam que, embora a transversalidade seja reconhecida, sua concretização exige planejamento, acompanhamento e intencionalidade pedagógica, aspectos que se alinham à compreensão de política pública como processo estruturado de decisão e implementação voltado ao interesse coletivo (SECCHI, 2020).

Portanto, os relatos reforçam a perspectiva da Educação Ambiental crítica, ao indicarem a necessidade de práticas educativas contínuas, contextualizadas e

socialmente comprometidas, capazes de promover a participação, a reflexão e a transformação da realidade socioambiental (LOUREIRO, 2012).

6.3 Perspectivas da Política de Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Juazeiro-BA

A análise dos achados do estudo, realizada a partir da interpretação dialética dos resultados, possibilitou o cruzamento das informações apresentadas pelos entrevistados com os referenciais teóricos investigados, por meio da identificação e análise das contradições internas e externas que permeiam o objeto de estudo. Nesse sentido, com base no levantamento realizado durante a aplicação das entrevistas, as informações foram organizadas em categorias analíticas, o que permitiu a interpretação dos dados e a realização de inferências sobre os resultados obtidos.

No primeiro momento foi analisada a entrevista realizada com as equipes pedagógicas que ficam nas unidades escolares, de modo a buscar sintetizar informações para a construção da política pública de educação ambiental. Assim como identificar e analisar o panorama que as escolas investigadas possuem sobre o andamento de atividades relacionadas à temática ambiental. Com isso, foi questionado aos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores envolvidos como estão sendo executadas ações que versam sobre a temática da Educação Ambiental de forma transversal na escola.

Observa-se que as escolas possuem realidades distintas, visto que possuem unidades que trabalham a temática da educação ambiental de forma pontual, sem uma sequência de conteúdos. Conforme aponta o Entrevistado 01 (Professor): “Sim, essas ações, como eu te disse, são feitas de forma transversal quando o conteúdo propõe, na medida em que o conteúdo dá essa possibilidade.” Entretanto, algumas unidades de ensino possuem alguns projetos que possibilitam um trabalho continuado entre professores e alunos, como é o caso que ocorre com as escolas que possuem o programa Despertar, de maneira que proporciona o desenvolvimento de temáticas socioambientais ao decorrer de todo o ano letivo.

Essas vozes contrastantes revelam uma heterogeneidade na rede municipal: enquanto algumas unidades adotam abordagens transdisciplinares integradas, outras limitam-se a ações pontuais, destacando uma contradição interna entre o

potencial transformador da educação ambiental e sua implementação fragmentada, o que reforça a necessidade de diretrizes uniformes via política pública. “As atividades de educação ambiental não são contínuas; muitas vezes são executadas através de projetos que são realizados de maneira transversal durante as disciplinas da grade curricular.” (Entrevistado 03 – equipe pedagógica escolar). “Aqui na escola nós trabalhamos de uma forma transdisciplinar, de forma a despertar nas crianças e fortalecer a consciência da preservação e dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, a gente trabalha os impactos do consumo desenfreado na sociedade.” (Entrevistado 04 – equipe pedagógica escolar).

A partir da análise sobre o trabalho realizado nas escolas, que envolvem a temática socioambiental de maneira transversal nas respectivas unidades de ensino, buscou-se identificar quais são as proposições apresentadas pela SEDUC para o desenvolvimento destas atividades. Ressalta-se que já existem atividades propostas, conforme aponta o Entrevistado 02: “Vem um material, um projeto, falando sobre educação ambiental e resíduos sólidos.” Destaca-se que também é oferecida autonomia para as escolas para que cada unidade desenvolvam projetos relacionados à temática, de modo que o Entrevistado 03 aponta: “oferece autonomia para que as escolas possam desenvolver suas atividades por intermédio de projetos pedagógicos”.

Essa avaliação positiva do Programa Despertar, mesmo reconhecendo desafios na execução, compara favoravelmente com as proposições mais genéricas da SEDUC, sugerindo que iniciativas específicas e contextualizadas ao campo podem servir de modelo para expansão, embora sua aplicação ainda seja desigual na rede. “A SEDUC tem um programa muito bom, o Despertar, é um trabalho de educação ambiental do Campo [...]” (Entrevistado 06 – equipe pedagógica escolar).

Buscou-se analisar como se dá o trabalho de atividades socioambientais atrelada a realidade da comunidade escolar, é possível observar contradições nas diferentes opiniões apontadas pelos entrevistados. Visto que uma parcela acredita que os trabalhos desenvolvidos conseguem atender a realidade local da escola, entretanto a outra, aponta que as atividades que a unidade desenvolve, ainda não faz parte do contexto que os alunos vivenciam dentro do seu meio familiar, essa diferença é apontada através das informações contidas no Quadro 9.

Quadro 10: O trabalho da educação ambiental e sua relação com a realidade local - Juazeiro-BA

Educação Ambiental e o direcionamento sobre a realidade local	Baixa aplicação das atividades desenvolvidas no contexto escolar dentro do ambiente familiar
<p>“Veja, o município dispõe de alguns programas gerenciados pela Superintendência de Gestão de Projetos e Programas, e um deles é o programa Despertar. Nós verificamos que, assim, esse direcionamento é realizado, porque nós temos muitas atividades e conteúdos voltados para a realidade local.” Entrevistado 01 (Coordenador Pedagógico)</p>	<p>“A gente fala sobre a criação de hortas comunitárias, e também discute a questão do lixo. No entanto, é fora da realidade quando a gente fala em separar o lixo para evitar a poluição do meio ambiente na nossa comunidade. Eu acho que, de maneira geral, a gente não tem o costume de fazer essas ações no dia a dia em nossas casas.” Entrevistado 02 (Coordenador Pedagógico)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Destaca-se que existe uma distinção entre o que é abordado pelos entrevistados, de maneira que o Entrevistado 01, aponta que as atividades de educação ambiental realizada são contextualizadas de acordo com a realidade local. Diferentemente do que é abordado pelo entrevistado 02, que retrata que o tipo de atividade que é desenvolvido na escola, na maioria das vezes não há uma viabilidade de ser aplicado dentro do ambiente doméstico dos estudantes.

A partir do levantamento inicial acerca do desenvolvimento das atividades socioambientais dentro do contexto escolar, buscou-se investigar se existe um meio para o registro das atividades. Nota-se que sobre esse assunto, as realidades das escolas da rede ainda são distintas, pois o Entrevistado 03 (Coordenador Pedagógico), que pertence a uma escola de ensino regular, trata que: “Só por meio de projetos, o município tem sua plataforma de registro de aula, mas na realidade de nossa escola não há um perfil específico para o registro de atividades voltadas para a educação ambiental ou algo semelhante.” Entretanto, o Entrevistado 01 (Professor) aponta outra realidade:

“Porém, existem algumas especificidades na rede, como, por exemplo, o conjunto das escolas de tempo integral, em torno de 9 escolas. Lá na plataforma Educajuá, existe a disciplina de Técnica Agrícola, onde você pode registrar as atividades voltadas para o conteúdo da educação ambiental e sustentabilidade.” **Entrevistado 01**

Essa forma mais informal de registro evidencia uma diferença significativa entre unidades, onde a ausência de ferramentas uniformes compromete o acompanhamento sistemático das ações ambientais. “Fotos, projetos escritos, mas só a nível de comunidade escolar mesmo.” (Entrevistado 02 – equipe pedagógica

escolar). As realidades distintas são apontadas pelos entrevistados, pois apesar de ambos desenvolverem atividades com a temática ambiental, o registro formal não é uniformizado. De maneira que o registro é consolidado apenas em escolas de tempo integral e que possuem em sua grade curricular a disciplina de Técnicas Agrícolas.

Há de destacar que houve questionamento com a equipe pedagógica escolar sobre as dificuldades que os professores possuem para trabalhar interdisciplinarmente e transversalmente a temática da educação ambiental no contexto escolar. É possível apontar que emergiram opiniões distintas por parte dos entrevistados, visto que o Entrevistado 01 aponta que: “Os professores não têm dificuldade, haja vista que existe todo um calendário de formação, e esse calendário de formação é contextualizado na medida em que eles têm a formação voltada para o entendimento do que é interdisciplinaridade”.

Tal posicionamento introduz uma crítica mais estrutural, comparando a suposta preparação formal com a resistência prática dos docentes, especialmente no Fundamental II, e sugere que fatores como acomodação e falta de inovação podem ser barreiras tão relevantes quanto a ausência de formação. “Eu não sei se o professor tem dificuldade, talvez o professor esteja acomodado, e tudo o que é novo para o professor, tudo aquilo que vem a ser de pesquisa, de qualquer coisa, eles não querem fazer, principalmente o Fundamental 2.” (Entrevistado 06 – equipe pedagógica escolar).

Essa realidade é apontada com uma ótica diferente pelos outros entrevistados, que discutem a necessidade de uma maior abordagem sobre esses conceitos, para que os professores consigam desenvolver melhor sua prática pedagógica. O Entrevistado 02 diz que: “Então, assim, eu acho que ainda há uma dificuldade porque a gente precisa melhorar o conhecimento a respeito desses conceitos.”, corroborando com esse pensamento, o Entrevistado 03 aborda: “Os professores ainda sentem dificuldades em trabalhar temáticas transversalmente durante a prática do dia a dia, por conta da necessidade de um maior aprofundamento acerca desses conceitos.”

As dificuldades de entendimento de alguns conceitos apontada por parte dos entrevistados pode estar relacionada a falta de formação continuada sobre o tema, visto que esse momento de discussão pedagógica é proposto pela SEDUC apenas para as escolas que possuem programas específicos, como é o caso do Despertar. De forma que o Entrevistado 01 retrata a realidade da sua unidade escolar: “Bem,

como eu lhe disse, algumas escolas recebem essa formação através do programa Despertar. Eu não diria que ela é contextualizada no direito, de forma que ela é contínua.” Entretanto, uma realidade oposta é apontada pelo Entrevistado 03: “Algumas escolas da rede recebem formação com esse direcionamento, entretanto nossa escola não possui, pois não há nenhum projeto a nível de rede atualmente que envolve nossa escola.” O quadro 10 detalha as distinções entre a realidade de algumas escolas da rede municipal:

Quadro 11: Formação continuada sobre Educação Ambiental

Escolas da Rede Municipal com Formação em Projetos de Educação Ambiental	Escolas que não recebem formações contínuas sobre Educação Ambiental
“Bem, como eu lhe disse, algumas escolas recebem essa formação através do programa Despertar. Eu não diria que ela é contextualizada no direito, de forma que ela é contínua.” Entrevistado 01	“A gente recebeu uma formação bem superficial, mas bem pontual também, foi só naquele período.” Entrevistado 02
“As formações acontecem direcionadas ao coordenador e o coordenador direciona as formações e a construção dos projetos junto com a sequência didática com os professores.” Entrevistado 04	“Algumas escolas da rede recebem formação com esse direcionamento, entretanto nossa escola não possui, pois não há nenhum projeto a nível de rede atualmente que envolve nossa escola.” Entrevistado 03

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por meio da análise dos resultados das entrevistas, destaca-se a necessidade de uma política pública robusta e integrada de Educação Ambiental, que não apenas formalize as práticas existentes, mas também promova uma abordagem mais ampla e contínua no contexto escolar. Sendo assim, foi criado o Quadro 11 para abordar as semelhanças entre as abordagens realizadas por teóricos e os levantamentos realizados nas entrevistas, sobre as opiniões sobre os processos de trabalho direcionado para a criação de hortas dentro do ambiente escolar, com base na necessidade da política de educação ambiental para o processo de abordagem amplo e contínuo nas unidades escolares, de maneira a analisar as perspectivas das realidades das escolas e como os teóricos observam esse panorama:

Quadro 12: Abordagem Teórica e as semelhanças com os achados das pesquisa

Abordagem Teórica sobre as Hortas em Unidades Escolares	Levantamento realizado durante as entrevistas
“Atividades desenvolvidas com a horta na	“Esse trabalho existe, mas só no âmbito das

<p>escola, colaboram para o desenvolvimento e adoção dos alunos de um estilo de vida mais saudável em seus hábitos alimentares.” (BELING; CANCELIER; FACCO, 2020, p. 205).</p>	<p>escolas de tempo integral que têm a disciplina de Educação Agroecológica.” Entrevistado 01</p>
<p>“A horta escolar é capaz de agir como um campo de ensino e aprendizagem dentro da escola, podendo ser acessado em muitos momentos pelos discentes e docentes da instituição que aderiu à técnica como uma ferramenta de ensino.” (Barros et. al. 2020, p.28).</p>	<p>“No momento não existe um trabalho com horta dentro da nossa unidade escolar.” Entrevistado 03</p>
<p>“A horta escolar é o espaço adequado para que os educandos aprendam os benefícios de formas de cultivo mais saudáveis.” (Cribb, 2010, p. 27).</p>	<p>“Infelizmente ainda não conseguimos consolidar o trabalho de criação de hortas, mas é algo que queremos e estamos nos organizando, para criar esse local e criar no aluno esse cuidado e chamar também a comunidade para o trabalho em conjunto.”</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os autores Barros et. al. (2020) defendem a importância de hortas no espaço escolar como uma prática essencial para a educação ambiental. De maneira a destacarem que as hortas escolares não só proporcionam um espaço para o aprendizado prático sobre a produção sustentável de alimentos, mas também promovem o envolvimento dos alunos com questões ambientais, sociais e econômicas.

Observa-se que na rede municipal de Juazeiro-BA, as realidades são distintas para a consolidação desse fato, visto que o entrevistado 01 indica que o trabalho com hortas é restrito a um contexto específico (escolas de tempo integral com disciplina de Educação Agroecológica). Isso sugere uma limitação na implementação das práticas recomendadas pelos teóricos, evidenciando uma contradição parcial, pois o ideal seria a implementação ampla, não limitada a escolas específicas.

Com base no apontamento realizado pelo Entrevistado 04, é possível analisar que a resposta indica uma intenção alinhada com a abordagem teórica, mas reconhece que a prática ainda não foi consolidada. Há um reconhecimento da importância teórica das hortas escolares, mas uma lacuna na implementação prática.

Destaca-se que a implementação das hortas escolares não é universal e está limitada a contextos específicos (escolas de tempo integral com disciplina de

Educação Agroecológica). Algumas unidades escolares não possuem hortas, contrariando a recomendação teórica de uma prática mais ampla e generalizada.

Entretanto, há um reconhecimento da importância das hortas escolares, conforme descrito pelos teóricos, nas intenções e planos futuros de alguns gestores escolares. De maneira que os achados das entrevistas mostram que, embora haja um reconhecimento da importância das hortas escolares, a prática ainda não está amplamente implementada. Existe uma contradição entre a teoria e a realidade prática em muitas unidades escolares, evidenciando uma necessidade de políticas e ações que promovam a implementação das hortas escolares de forma mais abrangente e não restrita a contextos específicos.

Com base nas entrevistas realizadas com a equipe pedagógica, foi possível observar que as ações relacionadas à Educação Ambiental são implementadas de forma transversal em projetos pedagógicos, aproveitando oportunidades dentro do currículo de Ciências Naturais e outros espaços curriculares, entretanto na realidade de algumas escolas da rede, é possível observar um trabalho mais específico dentro das escolas de Tempo Integral que possuem a disciplina de Técnicas Agrícolas. No entanto, a integração dessas ações com a realidade local e a participação da comunidade ainda são desafios a serem enfrentados.

Essas percepções reforçam a demanda por respaldo legal, comparando a prática atual, muitas vezes baseada em crença individual com a segurança e continuidade que uma política pública proporcionaria. “A criação da política pública de educação ambiental, além de trazer a construção de um trabalho linear [...] vai ajudar na construção do ser crítico, pensante, atuante, para que possam pensar na temática ambiental e fazer a mudança no contexto que a gente vive.” (Entrevistado 04 – equipe pedagógica escolar). “O benefício de estar resguardado através dessa política [...] você ganha mais respaldo nesse trabalho.” (Entrevistado 05 – equipe pedagógica escolar).

A criação de uma legislação específica pode ser fundamental para garantir o compromisso e a continuidade dessas iniciativas, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável e consciente na comunidade escolar e além dela. Essa política vem proporcionar diretrizes claras para a implementação de atividades interdisciplinares e transversais, além de incentivar a participação da comunidade e a conscientização ambiental em todos os níveis da educação.

Diante do exposto, após realizadas as entrevistas com as escolas piloto envolvidas, técnicos e secretários, foi formado um grupo de comissão para análise detalhada de cada parte da minuta da Política de Educação Ambiental proposta e garantir a participação de todos os envolvidos na construção da proposta de educação Ambiental de Juazeiro e saber as percepções que cada profissional tem a respeito da temática ambiental. Sendo assim, os grupos de trabalho fizeram inferências e apontaram sugestões para um melhor desenvolvimento das atividades e eixos propostos no texto.

Sendo formado eixos de trabalho com Grupos Temáticos (GTs). Após a apresentação, os participantes foram divididos em quatro Grupos de Trabalho para leitura, análise e proposições concretas sobre o texto da política. GT 1 – Professores da rede municipal, GT 2 – Coordenadores pedagógicos, GT 3 - Gestores escolares, GT 4 – Técnicos da SEMA e representantes da sociedade civil organizada, GT 5 – Técnicos da SEDUC, GT 6 - Grupo Estudantil para apresentação da cartilha.

Cada grupo preencheu ficha padronizada de proposições, acatadas e imediatamente incorporadas à versão final da Política Municipal de Educação Ambiental depois de analisada. Na Figura 11, é possível observar detalhadamente as sugestões apontadas pelo grupo de gestores escolares, que teve como relatora do grupo, Amanda Priscila (Gestora escolar):

Figura 11: Proposição da Equipe Gestora.

FICHA DE PROPOSIÇÕES – 04/12/2025

Grupo de Trabalho GT 1:

Propositores: Gestores

Mediador(a)/Relator(a) do GT: Amanda Pricilla Batista Santos

Apoio:

PROPOSIÇÕES DO GT 1
<ul style="list-style-type: none"> ● Considerando o texto base, realizar neste espaço, as contribuições do Grupo - ajustes no texto base: supressões, edições e/ou acréscimos. ● Acréscimo: <p>I – implementar e assegurar condições para o adequado e pleno funcionamento do Conselho Escolar, na pauta de discussão e andamento da Educação Ambiental, com o apoio da Secretaria de Educação através de uma diretoria de Educação Ambiental;</p> <p>Os gestores também relataram algumas similaridades entre os artigos VI, VII e VIII, mas não conseguiram chegar num consenso sobre suprimir algum ou unificá-los.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Durante o GT de Gestores escolares, surgiram algumas proposições ao texto de lei proposto, o principal ponto abordado foi a necessidade da criação de uma diretoria de Educação Ambiental dentro do âmbito da SEDUC. Para que possa articular as ações propostas na lei, assim como definir melhor as atividades de educação ambiental de maneira mais sistematizada.

O grupo de gestores também apontou que os artigos **V** – mobilizar professores, estudantes, funcionários e famílias em campanhas de conscientização e ações práticas, como limpeza e cuidado dos espaços escolares, hortas, coleta seletiva e reutilização de materiais; **VI**- promover momentos de estudo e formação interna para a equipe escolar, priorizando temáticas ambientais locais, como: uso racional da água, manejo de resíduos, arborização e saúde ambiental dentre outros temas socioambientais; **VII** – fortalecer o protagonismo estudantil nas campanhas e eventos de Educação Ambiental;, poderiam ser unificados ou ser suprimidos, pois na

visão do grupo, estavam similares, o que proporcionou uma revisão para aprimoramento da proposta.

Durante o GT que reuniu os coordenadores pedagógicos, que tiveram como relatores, Carla Regine e Uiliane Soares, também tiveram algumas proposições, destacaram a necessidade que tenha expressamente destacado no capítulo que trata das diretrizes e metas da coordenação pedagógica, formações continuadas para o público com a temática ambiental. Foi solicitado também que fosse disponibilizado o calendário ambiental para que fosse realizado ajuste no Projeto Político Pedagógico (PPP) já para o ano de 2026, assim como detalha a Figura 12:

Figura 12: Proposição da Equipe de Coordenadores Pedagógicos.

Grupo de Trabalho GT – 1 Coordenadores

Propositores: Juliana Maia Ferreira

Cláudia Nina Ramos

Rozilda Barbalho Gonzaga

Maíra dos Santos Silva

Socorro do Livramento Bezerra da Silva

Nice Neide Campinho da Silva

Fernando Nunes

Mediador GT: Carla Regine Reges Silva França

Uiliane Soares dos Santos

Encontro para análise do documento: Política Municipal de Educação Ambiental

Proposições do GT 1:

- Inserção de formação continuada para coordenadores escolares com a temática ambiental;
- Disponibilizar o Calendário Ambiental para ajustes no PPP, com inserção para o ano de 2026.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Durante o Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental, também foi formado o GT dos professores da rede municipal de Juazeiro-BA. Foram realizados apontamentos distintos para contribuir com a minuta de lei proposta, apontam a necessidade de um artigo que discorre sobre a necessidade de tomadas de decisões a serem tomadas com base em evidências científicas e de contexto sócio-histórico. E também no capítulo destinado aos professores, ressaltam a necessidade de apontar sempre representantes docentes

nas tomadas de decisões e com participação de professores de diferentes áreas, para adotar o cunho interdisciplinar. Os professores também solicitaram que dentro da minuta se tornasse expresso a necessidade de um plano de ação anual para as atividades de educação ambiental, para dar mais rigor as atividades realizadas, assim como apresenta detalhadamente a Figura 13:

Figura 13: Proposição da Equipe de Professores.

PROPOSIÇÕES DO GT 1
<p>Inserir no Capítulo III Seção III Art. 6º, Inciso II:</p> <p>Em colaboração com o representante da equipe docente, com participação interdisciplinar.</p> <p>Adicionar no Capítulo II, Seção I, Artigo 2º Inciso III:</p> <p>Ambiente, saúde coletiva e sustentabilidade.</p> <p>Capítulo III – Gestão escolar e Coordenação Pedagógica</p> <p>Acrescentar:</p> <p>As escolas deverão elaborar anualmente <u>uma</u> Plano de Ação em Educação Ambiental, contendo metas, responsáveis, cronograma e integração entre disciplinas, adequados à realidade da escola.</p> <p> </p> <p>Sugestão inserir no documento, onde for possível:</p> <p>Salientar a importância das tomadas de decisões serem baseadas em evidências científicas e contexto sócio-histórico.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A equipe técnica da SEDUC também possui um capítulo destinado às suas ações e estratégias a serem seguidas, sendo assim, também foi formado o GT dessa equipe, como é detalhado na figura 14. A relatora do grupo foi Geisa Gabrielle, foram apontadas sugestões para acrescentar as resoluções apontadas na 27º Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, visto que antes o texto não apontava anteriormente. Assim como foi apontada a necessidade de promover quadrienalmente uma Conferência de Educação Ambiental no município de Juazeiro-BA:

Figura 14: Proposição da Equipe Técnica SEDUC

Grupo de Trabalho GT Equipe Técnica SEDUC:

Propositores: Ednalda Luna de Sousa, Marla dos Santos Rocha, Matheus Vinicius, Sonia Guimarães, Valéria de Souza Santos

Mediador(a)/Relator(a) do GT: Geisa Gabrielle Santos (Formação SEDUC).

Apoio: Matheus Vinicius (SEDUC)

PROPOSIÇÕES DO GT Equipe Técnica SEDUC
<p>Art. 5º - Garantia do uso efetivo da temática da Educação Ambiental dentro no contexto das escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, observando o seu currículo de ensino;</p> <p>Sugestão de Alteração</p> <p>Art. 5º - Garantia do uso efetivo da temática da Educação Ambiental dentro do contexto das escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, observando o seu currículo de ensino;</p> <p>Art. 5º - Planejamento de formações continuadas na rede educacional de ensino para trabalhar as temáticas Mudanças Climáticas como forma de trabalho transversal, considerando as resoluções aplicadas pela Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 e a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas</p> <p>Art. 5º - Realização de eventos culturais/educacionais abertos à comunidade escolar a fim de apresentar projetos desenvolvidos pelos alunos, de forma inter e transdisciplinar, que envolvam a sustentabilidade, ao menos 1 vez no ano.</p> <p>Reorganização da numeração dos incisos do Art. 6.</p> <p>Art. 6º - IV – (VERIFICAR)os resultados dessas avaliações deverão ser apresentadas em Fórum Municipal de Educação Ambiental, bienalmente, garantindo a participação...</p> <p>Art. 6 - V - promover quadrienal a Conferência Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA, em parceria com a Secretaria de meio ambiente...</p> <p>Art. 10- A</p> <p>Iniciar com o Art. 10., para posteriormente abrir uma seção 10A</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Dentro da mesma sala, foi subdividido um outro GT, este que era destinado a participar a equipe da SEMA e também os membros da sociedade Civil que estavam presentes. A relatora do grupo foi Geisa Gabrielle. Ressaltam a necessidade de artigos que destacam a construção de espaço para diálogo entre o poder público e a sociedade civil, para que juntos possam atuar em prol de melhorias para a educação ambiental do município. Outra proposição apontada, é que se fale na necessidade de contratar cooperativas para realizar as coletas seletivas dentro do município, assim como é destacado na Figura 15:

Figura 15: Proposição da Equipe SEMA e Sociedade Civil

FICHA DE PROPOSIÇÕES – 04/12/2025

Grupo de Trabalho GT: Equipes Técnicas da SEDUC e SEMA

Propositores: José Ivo dos Santos, Ademir Fernandes Silva (CDC/PMJ), Tânia Cristina da Silva(MPC), Alexandra Maria da Silva(SEMA), Roseane Pereira Campos Marques (SEMA), Franklin Vieira Costa (SEMA), Maria Alexandrina dos Santos Araújo Macedo (SEMA).

Mediador(a)/Relator(a) do GT: Geisa Gabrielle Santos (Formação SEDUC).

Apoio: Matheus Vinícius (SEDUC)

PROPOSIÇÕES DO GD - Equipe Técnica SEMA E Sociedade Civil
<ul style="list-style-type: none"> Capítulo VI DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE <u>Sessão II – DAS AÇÕES ESPECÍFICAS</u> <p>Art. 16º Inciso I Incluir também e outras Entidades da Sociedade Civil Garantir espaços de diálogo com a sociedade civil no monitoramento das ações e efetivação da política municipal.</p> <p>Art. 17º Contratar as Cooperativas para a coleta seletiva, buscar parcerias com a associação (...) As atividades deverão (substituição) da palavra, ao invés de poderão</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Vale destacar que após as discussões realizadas nos GT, na qual cada grupo deu suas contribuições, à minuta de lei foi adaptada com as melhorias apontadas e assim a versão final foi entregue a SEDUC. Para que assim a equipe técnica pedagógica possa dar segmento e conseqüentemente entregar o jurídico, para que seja dado os segmentos legais por parte do poder público executivo e posteriormente no Legislativo.

Sob a abordagem da Educação Ambiental enquanto política pública, os resultados indicam que a diversidade de práticas observadas nas escolas municipais de Juazeiro-BA reflete a ausência de diretrizes normativas comuns para a rede. A realização de ações pontuais, em contraste com experiências mais sistematizadas, confirma o que apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Brasil, 2012) e a BNCC (Brasil, 2017), ao enfatizarem que a transversalidade e a contextualização só se efetivam quando há planejamento, acompanhamento e intencionalidade pedagógica.

Nesse sentido, a política municipal apresenta-se como instrumento capaz de organizar e orientar as práticas educativas de forma mais equânime entre as unidades escolares.

De maneira complementar, os achados reforçam que a institucionalização da Educação Ambiental é condição essencial para garantir continuidade e efetividade às ações desenvolvidas. Conforme destacam Loureiro (2021) e Farias, Neiman e Pereira (2020), práticas educativas sustentadas apenas por iniciativas individuais tendem a se fragilizar ao longo do tempo, limitando seu alcance formativo.

As demandas por formação continuada, participação docente, protagonismo estudantil e articulação intersetorial, evidenciadas nos Grupos Temáticos, dialogam com Jacobi e Tristão (2022) e com os princípios da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), ao ressaltarem que políticas públicas em Educação Ambiental devem articular gestão educacional, participação social e planejamento pedagógico. Assim, a política municipal proposta consolida-se como mecanismo estruturante para qualificar e dar sustentabilidade às ações na rede municipal de Juazeiro-BA.

7. CONCLUSÕES

Esta tese, desenvolvida no âmbito do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, teve como objetivo central construir e propor uma Política Municipal de Educação Ambiental para as escolas da rede municipal de Juazeiro-BA. O percurso investigativo, ancorado em uma metodologia dialética e participativa, permitiu diagnosticar a realidade local, e também articular atores-chave e consolidar uma proposta técnica e pedagogicamente fundamentada.

O diagnóstico inicial revelou um cenário de fragmentação e dependência de iniciativas pontuais na rede municipal. Embora existam experiências valiosas, notadamente em escolas integradas ao Programa Despertar ou que possuem a disciplina de Técnicas Agrícolas, a Educação Ambiental não se configura como uma prática universal, contínua e sistematizada. A carência de diretrizes claras, a falta de formação continuada específica para os docentes e a ausência de um marco legal municipal foram identificadas como os principais entraves para a consolidação de uma educação ambiental crítica, transformadora e alinhada aos princípios da agroecologia e do desenvolvimento territorial.

O processo de construção da política, materializado em nove etapas participativas, mostrou-se tão significativo quanto o produto final. A realização de entrevistas, fóruns, reuniões técnicas intersetoriais (SEDUC e SEMA) e a validação acadêmica foram fundamentais para garantir que a proposta refletisse as necessidades e potencialidades do território. Este caminho metodológico corroborou a premissa de que políticas públicas robustas e legítimas são aquelas construídas de forma colaborativa, onde o conhecimento técnico-científico dialoga com o saber prático dos gestores, coordenadores, professores e comunidades escolares.

Os produtos técnicos gerados, o Relatório Técnico-Conclusivo, a Cartilha e a organização do Encontro Intersectorial e sociedade civil representam contribuições tangíveis desta pesquisa para o município. Eles cumprem a função de instrumentalizar a implementação da política, traduzindo seus princípios em orientações acessíveis e práticas para o cotidiano escolar. A minuta do Projeto de Lei, elaborada coletivamente, estabelece as bases para que a Educação Ambiental seja, de fato, um componente essencial e permanente da educação do município de Juazeiro, com ênfase na convivência com o semiárido, na valorização dos saberes locais e nas práticas agroecológicas.

Conclui-se que a implementação desta Política Municipal de Educação Ambiental tem o potencial de promover uma mudança de paradigma na rede de ensino de Juazeiro-BA. Ao instituir diretrizes claras, fomentar a formação docente e criar estruturas de gestão participativa, como os Núcleos Escolares de Educação Ambiental, a política proposta supera a lógica de projetos esporádicos e avança na direção de uma educação integral e emancipatória. Espera-se que ela contribua para a formação de cidadãos e cidadãs críticos, éticos e ambientalmente responsáveis, capazes de atuar como agentes de transformação em seu território.

Por fim, este trabalho não se encerra com a defesa da tese, mas se projeta no desafio da implementação e do monitoramento contínuo da política. Recomenda-se, como desdobramentos futuros, a formalização do Projeto de Lei junto à Câmara de Vereadores, a estruturação de um programa permanente de formação de educadores ambientais e a realização de pesquisas avaliativas que mensuram os impactos desta política na percepção, atitudes e práticas da comunidade escolar ao longo do tempo. Dessa forma, a Educação Ambiental deixará de ser uma aspiração nos documentos curriculares para se tornar uma realidade vivida e dinamizada nas escolas de Juazeiro, fortalecendo a construção de um desenvolvimento territorial verdadeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988: : avanços e desafios. CSONline - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 29, 2019. DOI: 10.34019/1981-2140.2019.17574. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17574>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ANDRADE, M. C. **Educação ambiental, currículo e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2019.

ARAÚJO, S. M. V. G.; BORINELLI, B.; CALMON, P. C. D. P.; CAPELARI, M. G. M. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 54(6):1691-1710, nov. - dez. 2020

ALMEIDA, Alex Marino Gonçalves. Análise de Sentimentos/Mineração de Opinião: Uma Revisão Bibliográfica. **RETEC-Revista de Tecnologias**, v. 10, n. 2, 2017.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia – Modalidades – Volume 3**. Salvador: Conselho Estadual de Educação da Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/conselhodeeducacao/publicacoes/1798/documento-curricular-referencial-da-bahia-modalidades-vol-3>

BALDUINO, M. C. J. M. O Acordo de Paris e a mudança paradigmática de aplicação do princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, v. 13, n. 1, p. 172-188, 2020.

BARBOSA, G.; OLIVEIRA, C. T.. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 1, p. 323-335, 2020.

BARROS, R. P. de; CABRAL, M. J. dos S.; LIMA, J. S. de; PINHEIRO, R. A.; SILVA, L. F. da; SILVA, J. E. da; Agroecologia e horta escolar como ferramentas de educação ambiental e produção de alimentos naturais. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 27–33, 2020. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v5i1-1050. Disponível em: https://diversitas.emnuvens.com.br/diversitas_journal/article/view/1050. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. In: SILVA, José da. Direito Constitucional. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2023. p. 501-526.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Temas Transversais**. Brasília (BRASIL): MEC, p. 436, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. MEC. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de junho de 2012. Seção 1, p. 34.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília, DF. Secretaria de Educação Básica, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação Caderno Meio Ambiente [livro eletrônico]: Educação ambiental: educação para o consumo / Ministério da Educação; curadoria Maria Luciana da Silva Nóbrega. - - Brasília, DF : Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022.

BELING, H. M.; CANCELIER, J. W.; FACCO, J. A educação ambiental e o papel da horta escolar na educação básica. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 37, n. 2, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA, 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2020.

CARVALHO, O. F.; COELHO, S. O. P. A confluência do Direito com as políticas públicas no constitucionalismo contemporâneo: aportes para o mapeamento crítico do estado da arte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 124 | pp. 365-434 | jan./jun. 2022.

CENCI, R. D.; ROSSINI, M. C.; Interdisciplinaridade E Educação Ambiental: Um Diálogo Sustentável. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 1733–1746, 2020. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n3.p1733-1746.id830. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/396>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CHAGAS, G. C.; TAMAIO, I. A Educação Ambiental no contexto da escassez hídrica: o racionamento no Distrito Federal entre 2017 e 2018. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 2, p. 409-427, 2021.

CHOQUE, P.; TERESA, J. O papel da afetividade na Educação Ambiental. **Revista de Investigacion Psicologica**, n. 25, p. 101-112, 2021.

CRIBB, S. L. de S. P. Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente (REMPEC)**. V.3, n 1, p. 42-60, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental Princípios e Práticas. Edição Atualizada, revista e ampliada. 1 edição digital. Editora Gaia. São Paulo, 2023.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org). Educação Ambiental [Recurso Eletrônico]: Abordagens Múltiplas. 2. ed., rev. e ampl. - Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2012.

FARIAS, A L.; NEIMAN, Z. ; PEREIRA, M. C. dos S. Educação Ambiental e política pública educacional: uma abordagem interdisciplinar na perspectiva da intervenção social a partir do projeto Ocupe a Praça (São Paulo, SP). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 209–244, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.9827. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9827>. Acesso em: 24 abr. 2024.

FERREIRA, L. P. GIANNINI, S. P. P.; LATORRE, M. R. D. O. Questionário Condição de Produção Vocal-Professor: comparação entre respostas em escala Likert e em escala visual analógica. In: **CoDAS. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, p. 53-58, 2016.

GARRAFA, V.; MACHADO, I. L. O. Proteção ao meio ambiente e às gerações futuras: desdobramentos e reflexões bioéticas. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 263-274, 2020.

GARRAFA, V.; MACHADO, F. **Bioética, ambiente e responsabilidade social**. São Paulo: Loyola, 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em educação, v.10. Brasília-DF, 2005.

GOMES, Fernanda P.; TEIXEIRA, Edeilson M. Silva Irenides; DE BRITO, Parcilene F. Análise de Sentimentos: Uma Revisão Sistemática. In: **ENCOINFO-Congresso de Computação e Tecnologias da Informação**. ENCOINFO, 2017. p. 24-32.

GIUSTO, D. S. M. N.; RIBEIRO, V. M. Implementação de Políticas Públicas: conceito e principais fatores intervenientes. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 4, p. 1–10, 2019. DOI: 10.5212/retepe.v.4.007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12951>. Acesso em: 19 ago. 2023.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha. Educação ambiental crítica e políticas públicas: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 17, n. 2, 2022.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

KOLCENTI, Sandra Gonçalves Ribeiro; MÉDICI, Mônica Strege; LEÃO, Marcelo Franco. Educação Ambiental em escolas públicas de Mato Grosso. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 13, n. 29, 2020.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LELIS, D. A. de J. .; MARQUES, R. Public Policies of Environmental Education in Brazil: An overview from international and national events. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e39910716841, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i7.16841. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16841>. Acesso em: 4 sep. 2024.

LEHFELD, L. de S.; SALES, I. C.; SILVA, J. B. Política Pública Ambiental e a Necessidade Do Monitoramento:: Uma Análise A Partir Do Programa Município Verdeazul. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 23–40, 2023. DOI: 10.25245/rdsp.v11i1.1175. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/artic le/view/1175>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LIBÓRIO, Tânia Ribeiro. A importância dos ODS–Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no desafio da educação para os direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 9, n. 1, p. 275-296, 2021.

LIU, Bing. **Sentiment analysis and opinion mining**. San Rafael: Morgan & Claypool, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental crítica: fundamentos e práticas*. São Paulo: Cortez, 2021.

MACIEL, C. E.; SIQUEIRA, J. F. R.; SILVA, D. S.; ZANON, A. M. Políticas públicas em educação ambiental: o caso do Programa Nacional Escolas Sustentáveis. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 10, n. 2, p. 1-23, 2021.

MASTRODI, J.; IFANGER, A. F. C. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de direito brasileira**, v. 24, n. 9, p. 03-16, 2019. MASTRODI, J.; IFANGER, A. F. C. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de direito brasileira**, v. 24, n. 9, p. 03-16, 2019.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa et al. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. Revista Faculdade Montes Belos, v.4, n.1, set. 2011.

Disponível: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/aimportancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais>. PDF acessado em: 10/12/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>>. Acesso em: [01 de Maio de 2024].

Naess, A. Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy. Cambridge University Press, 1989.

NETO, Antonio Gonçalves Nunes; FERREIRA, Sheila Batista; KAMINSKI, Edna Regina Albini Pereira. Educação Ambiental na escola dos anos iniciais. **Educação Online**, v. 16, n. 36, p. 143-160, 2021.

NEIMAN, Z; OLIVEIRA, L. de. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 36–52, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.10474. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10474>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NUNES, Nei Antonio; BANHAL, Alberto Essendon. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 1547-1570, 2022.

OLIVEIRA, H. M. A. **Perspectiva dos educadores sobre o meio ambiente e a educação ambiental** (Monografia). Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2005.

OLIVEIRA, H. T. Ponto de partida: nebulosas à vista! In: MELLO, S. S, TRAJBER, R. (orgs.) **Vamos cuidar do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação; 2007. Rosental, Claude; FRÉMONTIER-MUPHY, camille, **Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2001.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Climate change and global governance**. Nova York: ONU, 2023.

Freire, Paulo. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PANG, Bo; LEE, Lillian. Opinion mining and sentiment analysis. **Foundations and Trends in Information Retrieval**, v. 2, n. 1–2, p. 1–135, 2008.

PEDRINI, Alexandre Gusmão. Sustentabilidade socioambiental para o ensino básico brasileiro: proposta para “o novo normal”. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 6, p. 531-557, 2021.

PEDRINI, A.G. Paradigmas metodológicas em Educação Ambiental. Carlos Hiroo Saito, (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PEREIRA, Lucas Andrade. **Meio técnico-científico-informacional e educação ambiental: desafios para a escola pública**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Prodanov, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Rawls, John. O Liberalismo Político. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

ROCHA, E. C. A. **Educação ambiental nas escolas brasileiras: uma análise cienciométrica a partir da lei nº 9.795/1999.2021**. 2021. 62 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/675>. Acesso em: 21/08/2023.

ROCHA, Daniela Ferreira. **Território, educação e justiça socioambiental: contribuições da educação ambiental crítica no semiárido nordestino**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, A. R. *Educação ambiental e território: práticas pedagógicas no semiárido baiano*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. Cengage Learning, 2020.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas [livro eletrônico]: **Conceitos, casos práticos, questões de concursos**/ Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

Sen, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. P. *Educação ambiental e territorialidade no contexto escolar do Vale do São Francisco*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2019.

SILVEIRA, Iara Maria Soares Costa; DE OLIVEIRA RUAS, Túlio; ELIAS, Nayara Ferreira. Educação ambiental e suas práticas como exercício da cidadania na escola básica. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 01, p. 106-123, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNFCCC – UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **The Paris Agreement**. Bonn: UNFCCC, 2015.

WECHINEWSKY, P. M.; WISZNIEIWSKI, G.; Acordo de Paris: uma análise das possíveis implicações de ordem internacional ao estado brasileiro. **Academia de Direito**, v. 5, p. 235-260, 2023.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DA SEDUC

- 1) Quais os tipos de ações e projetos que as escolas desenvolvem voltadas para a temática da Educação Ambiental?

EN01: As ações e projetos, não são todas as escolas que trabalham essa parte da Educação Ambiental. Mas algumas sim, a exemplo disso, a Escola Rural de Massaroca. As ações que ela faz em relação à educação ambiental é um projeto itinerante anual ou semestral envolvendo as temáticas ambientais em que todas as crianças, estudantes e professores né... e também os funcionários da escola participam e se envolvem. Há também visita das comunidades circunvizinhas para entender um pouquinho do trabalho que a escola realiza, da parte ambiental e de sua conservação. Isso é pontual em algumas escolas, mas nem todas trabalham né... Essa parte ambiental.

EN02: A temática de educação ambiental no Município de Juazeiro no período de 2021 a 2023 veio baseado em projetos tais como, Extra escola: com alguns parceiros a exemplo do SAAE, com SAAE presente, que trata sobre o desperdício da água, provavelmente na semana da água que as escolas trabalham. Tem-se também a empresa ACAVASF, que aborda sobre a questão dos resíduos sólidos com as turmas dos quartos e dos quintos anos e outras empresas parceiras, a exemplo da CHESF, que discute sobre educação ambiental. O Programa Despertar, que é voltado para as comunidades da área rural e que a cada ano trabalha com temáticas sobre questões do meio ambiente e o trato com os resíduos sólidos. Continuando sobre a questão desses projetos, também contamos com a parceria da Secretaria do Meio Ambiente nessa discussão sobre educação ambiental. Nisso, resulta na realização das feiras nas comunidades e de distribuições de mudas para esse contexto de arborização da cidade.

- 2) Existe algum documento/formulário para registro das atividades de Educação Ambiental realizadas no âmbito escolar?

EN01: Até onde eu conheço existe em algumas escolas, mas em relação à secretaria eu desconheço um documento específico.

EN02: A Seduc desenvolveu uma plataforma por nome Escola Presente, nela toda a equipe escolar registra suas atividades, incluindo as que envolvem educação ambiental que é trabalhada de forma transversal, interdisciplinar e muito bem contextualizada.

- 3) Todos os profissionais das escolas são acompanhados pelo mesmo documento/formulário?

EN01: As escolas que possuem um formato, um documento sim, a direção tem um registro para esse acompanhando por parte dos professores que realizam atividades envolvendo as temáticas ambientais.

ENT02: Sim, até porque os professores realizam o planejamento de acordo com o ano, com a série e propõe atividades relacionados com educação ambiental, propondo músicas, arte, pinturas e até dança, passeios ecológicos. Eles fazem trilha. Dessa forma há um registro enviado do órgão superior para as escolas.

4) Como se dá o acesso da secretaria a estes documentos?

EN01: Sempre que solicitado a secretaria tem acesso, mas na grande maioria das vezes é só solicitado documentos referente aos projetos que são encaminhados pela própria SEDUC.

EN02: É através da comunicação, as escolas são comunicadas ou são chamadas para apresentarem os trabalhos dentro de uma sequência didática, são convidados também para participar de concursos muitas vezes envolvendo produções envolvendo a temática educação ambiental. De modo geral, as escolas prestam conta de seus trabalhos quando chamado ou esses trabalhos estão inseridos na plataforma Escola Presente para análise da própria SEDUC.

5) Toda equipe da secretaria têm ciência de todos os projetos desenvolvidos com a temática da educação ambiental nas escolas?

EN01: Não, nem toda a secretaria, né... Apenas os setores responsáveis em relação aos projetos e aqueles que vão de alguma forma atual ou fazer algum trabalho no núcleo escolar em que aquele projeto tem alguma ligação.

EN02: Olha, toda a equipe não necessariamente, mas a parte pedagógica tem sim e o setor de Programas e Projetos tem ciência do que as escolas estão trabalhando, até porque apesar da autonomia das escolas, boa parte dos projetos são direcionados pela SEDUC. Exemplo disso, é o programa despertar, muito forte e significativo nas escolas do campo.

6) Na sua opinião, a elaboração de uma Política de Educação Ambiental para o município viria a possibilitar o desenvolvimento de mais ações no âmbito escolar? Defina uma nota para essa ação (0-não sei; 1-ruim; 2-bom; 3-muito bom; 4-ótimo).

EN01: Três! Muito bom, porque a relação ótima já teria alguns percalços que precisa ser trabalhado na própria comunidade e um seria muito ruim, então melhor seria muito bom! E a respeito sobre a elaboração da política ambiental para um município viria a possibilitar o desenvolvimento de mais ações numa escola, sim, A criação de uma política, um projeto de lei para elaborar essa temática, seria muito bom, porque algumas vegetações já se perderam alguns animais também ou pode dizer assim, meio que extintos, inclusive nós tentamos de qualquer sorte é manter o pé do Juazeiro, as as vegetações nativas. Mas com certeza se todas as escolas ou até a própria secretaria vigorar uma lei a respeito, o município através de um

projeto de lei se fortalece. Isso seria muito bom para o desenvolvimento das questões ambientais.

EN02: Ela viabiliza uma amplitude desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, pois se trabalhando educação infantil desde criança esse adulto vai ser totalmente diferente no que tange às questões ambientais, ele estará preparado para enfrentar esses problemas envolvendo essa temática. Assim é fundamental que se tenha um projeto, uma política e que se discute principalmente em nossa região que é muito rica nessa área de irrigação das frutas, no trabalho com os animais, ovelhas e cabras. Então nós somos aqui, inclusive Juazeiro, somos o terceiro maior em produção de alimentos, então Juazeiro tá no topo. inclusive com participações de outros parceiros como por exemplo do Senar, os sindicatos... Então é interessante a política, ela é muito relevante para prepararmos sujeitos conscientes com uma postura voltada para as questões ambientais. A nota é quatro.

- 7) A criação de um Projeto de Lei para tratar da Educação Ambiental possibilita que as escolas e toda a sua comunidade abordem linearmente a temática?

EN01: Com certeza, a criação de um projeto de lei para tratar da educação ambiental com certeza vai possibilitar abordagem sobre a temática ambiental, melhoramento da vegetação principalmente a vegetação ribeirinha onde a gente evitaria aí um relacionamento com o rio, inclusive não passaríamos por esse processo que algumas cidades têm passado aí em relação aos rios. Também a parte da Caatinga onde a gente vê muitas vegetação se perdendo, a gente trazendo vegetações de outros lugares. Então o projeto de lei que pudesse facilitar e orientar as pessoas e fazer valer realmente essa parte ambiental nas escolas seria de grande importância porque ela é o ponto inicial para se ter um conhecimento como melhorar e manter a sua vegetação nativa. Então, para mim é muito válido que tenha realmente esse projeto de lei e seja sempre discutido com a comunidade de cada escola.

EN02

- 8) Como você vê a viabilidade na implementação de uma Política de Educação Ambiental para fomentar os projetos e dar diretrizes aos trabalhos dos profissionais escolares?

EN01: Eu vejo que na verdade não se tem um fluxo muito grande desse tema nas escolas e quando tem geralmente apenas em algumas escolas que trabalham de forma efetiva e significativa. E são poucos que fazem esse trabalho. Pode avançar mais a todos os funcionários, a todos os pais, alunos e regiões próximo à escola para que todos tenham conhecimento como se deve trabalhar a parte ambiental que por sua vez deve ser feito para se manter um equilíbrio natural e também a questão do conhecimento na sua própria região. Tem muitas pessoas que conhecem a vegetação mas não sabe dizer se realmente aquela vegetação faz

parte da sua região. Conhecer para cuidar é um dos caminhos.

EN02: A implementação da política é fundamental que se passe por todos os processos, inclusive tanto pela câmara como pelo Conselho Municipal de Educação. Eu acho que isso é válido e um ganho para a Educação Municipal.

(0-não sei; 1-ruim; 2-bom; 3-muito bom; 4-ótimo).

- 9) Caso o Projeto de Lei de Educação Ambiental fosse viabilizado, quais os aspectos deveriam ser tratados na proposta, a fim de fortalecer a preservação da vegetação nativa da cidade?

EN01: Bem, recentemente foi feito um documento para falar e debater sobre o assunto, e alguns dos pontos retratados foram exatamente isso: a falta de conhecimento. O povo da cidade não sabia utilizar aspectos que poderiam causar grandes impactos na região, como a poluição, a industrialização e outras coisas que geralmente degradam o meio ambiente e a natureza. Portanto, o certo seria o fortalecimento dessas questões através de um projeto de lei, palestras, e também o envolvimento de alguns órgãos federais, como, por exemplo, o Exército Brasileiro, que possui conhecimento sobre a fauna e a flora da nossa região, a Caatinga semiárida. O Exército poderia ser envolvido nesse processo para fortalecer o conhecimento, o melhoramento e o cuidado com o meio ambiente, além de promover a educação das nossas crianças e adolescentes para saberem conviver com o meio ambiente, preservando-o e mantendo uma qualidade de vida para suas famílias.

EN02: Olha, no caso de implantação da lei da educação ambiental dentro dessa proposta, colabora para que os sujeitos passem a ter o conhecimento e o cuidado de toda a vegetação da cidade de Juazeiro, o cuidado com o rio, o cuidado com os resíduos né.... Porque cuidando também do rio, há uma colaboração de uma cidade mais limpa, mais agradável. O projeto de lei vai fortalecer o ensino da educação ambiental, Juazeiro vai passar a formar cidadãos desde o início da vida escolar até sua conclusão, nisso teremos sujeitos mais reflexivos e preparados para o enfrentamento em prol do meio ambiente e toda sua vida. Formaremos sujeitos autônomos para o enfrentamento, cuidado e preservação ambiental.

- 10) Liste os principais benefícios que uma Política Pública de Educação Ambiental traria para a formação de cidadãos mais conscientes?

EN01: O principal benefício seria, vamos começar por aí, a não degradação do meio ambiente. Outro ponto seria a boa convivência entre o homem e a natureza. Além disso, o melhoramento da vegetação e a produção de alimentos também são aspectos importantes, pois nossa região é muito rica na produção de alimentos, mas percebemos que, ao mesmo tempo em que se produz, também se destrói a mata nativa. De alguma forma, as pessoas acabam eliminando alguns animais da região e algumas plantas que não conseguimos mais ver na natureza. Outro ponto

importante seria a questão de restaurar ou reintroduzir a mata nativa, com plantas que quase não vemos mais. Vou dar um exemplo: a planta que chamamos de Juazeiro, que inclusive dá nome à nossa cidade, quase não é encontrada dentro da cidade. Antigamente, fazia parte da paisagem, e, quando criança, eu via muitas dessas plantas, mas hoje quase não existem, restando apenas em poucos lugares.

Um ponto importante que poderia ser ressaltado seria a questão do nosso rio. Se houver uma política de melhoramento e acompanhamento em relação a projetos educativos e leis que facilitem o aprendizado das crianças sobre como preservar, acredito que isso ajudaria muito o rio. A vegetação próxima com certeza também ajudaria. Outro ponto a ser tratado seria uma fiscalização mais intensa sobre a poluição, tanto no meio ambiente, na vegetação, quanto na água da nossa região. Por fim, a boa convivência entre o homem, as empresas, as indústrias, o meio ambiente e a água, que é extremamente importante na nossa região, deve ser considerada.

ENT02: Começar desde cedo trabalhando essas temáticas ambientais seria de grande ganho para o município. A política vem garantir esses ganhos. Então a política de educação ambiental fará com que esses estudantes tenham um conhecimento desde a educação infantil até os Jovens e Adultos, conhecimento de todo o cuidado de como preservar o meio ambiente. A política vai fazer com que os sujeitos reflitam, pensem e que tenham uma consciência para saber atuar em uma nova atitude e em uma nova postura em favor do meio ambiente.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA ESCOLAR

- 1) Você tem trabalhado ações que versam sobre a temática da Educação Ambiental de forma transversal?

ENT01: Sim, essas ações, como eu te disse, são feitas de forma transversal quando o conteúdo propõe, na medida em que o conteúdo dá essa possibilidade. É assim que nós trabalhamos através de projetos pedagógicos. Não são projetos que contemplam toda parte do núcleo comum ou da parte diversificada de forma que esses conteúdos são trabalhados. Como este de conhecimento, desenvolvendo habilidades como a questão da sustentabilidade, desenvolvimento de habilidades como a questão da separação do lixo orgânico ou inorgânico da escola, né? E a própria construção de um pensamento ambiental é a partir das ações importadas para a educação das crianças.

ENT02: O trabalho é feito dentro do currículo de ciências naturais. Temos até um. Você tem que falar sobre educação ambiental. É feito dentro do currículo de ciências naturais. Ano passado, a gente começou um projeto em parceria com SAAE, mas esse projeto foi preciso dar uma pausa e nós pretendemos retomar esse ano.

E03: As atividades de educação ambiental não são contínuas; muitas vezes são executadas através de projetos que são realizados de maneira transversal durante as disciplinas da grade curricular.

E04: Aqui na escola nós trabalhamos de uma forma transdisciplinar, de forma a despertar nas crianças e fortalecer a consciência da preservação e dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, a gente trabalha os impactos do consumo desenfreado na sociedade.

E05: Os nossos alunos nos ajudam a cuidar do nosso jardim, eles têm sido fiscalizadores de ações de limpeza, higiene ambiental, nos bairros que eles moram.

E06: Eu acho que no contexto da escola, eu não vejo muito essas ações ambientais, por exemplo: poderia fazer trabalhar essa educação ambiental de qualquer matéria, tanto matemática quando você tiraria os dados né, mas eu não vejo essa prática na escola que eu estou, eu não estou vendo eles trabalhar sobre sobre, essas práticas principalmente que nas escola, o pessoal do fundamental II eles são muito, fiéis ao livro, eles querem pegar o livro de ponta a ponta, sabe, seguindo aquela trajetória. Então, eu não vejo isso na escola que estou.

E07: Sim, através do Projeto Pachamama: Eu cuido, você cuida e juntos construímos um mundo melhor, em que o mesmo é dividido por temáticas mensais nas quais são realizadas a construção de sequências didáticas atendendo o tema e os campos de experiências da BNCC da educação infantil.

2) A SEDUC têm proposto que tipo de atividade relacionada a Educação Ambiental?

ENT01: Bom, a Seduc está promovendo encontros separados, mas a temática é educação ambiental e sustentabilidade. São encontros que, em vez de serem sobre esses temas, são sobre esses temas; são encontros cujo método pode ser a mesa redonda ou seminário aberto, né? Então, são temáticas que, na verdade, eu veria como isoladas. Hoje, nós estamos exatamente carentes de um projeto pedagógico que, com o tempo, integre todas essas ações e também com a possibilidade de educação ambiental sustentável para atividades escolares e também para atividades externas ou fora da escola.

ENT02: Tem sido proposto para nós o trabalho sobre educação ambiental. Vem um material, um projeto, falando sobre educação ambiental e resíduos sólidos. Além disso, dentro do currículo normal de aula, eles deixam livre para que a gente possa fazer algum tipo de projeto.

E03: A SEDUC oferece autonomia para que as escolas possam desenvolver suas atividades por intermédio de projetos pedagógicos, para que esses possam envolver a proposta de educação ambiental.

E04: O próprio DCRJ garante a transversalidade no currículo e da questão ambiental no nosso currículo, a rede tem o programa do PEA, que trabalha a temática do 1º ao 5º, que é o que a escola oferta.

E05: Sim, O PEA, o Programa de Educação Ambiental.

E06: A SEDUC tem um programa muito bom, o Despertar, é um trabalho de educação ambiental do Campo, e é muito boa para toda essa questão envolvendo o meio ambiente. É uma atividade educativa e ambiental que visa inserir os alunos no contexto que possa trazer proveito para o aluno no que tange às questões ambientais e seus desafios. Então, eu acredito que a Seduc tem programas assim, agora, a execução desses programas é que ficam complicados.

E07: A Seduc viabiliza os projetos como pachamama E o projeto de leitura: leitura é para gente de qualquer altura que em suas ações são voltadas para a educação ambiental.

3) As atividades de Educação Ambiental buscam o direcionamento sobre a realidade local?

ENT01: Veja, o município dispõe de alguns programas gerenciados pela Superintendência de Gestão de Projetos e Programas, e um deles é o programa Despertar. Nós verificamos que, assim, esse direcionamento é realizado, porque nós temos muitas atividades e conteúdos voltados para a realidade local. Por exemplo, o manejo com relação ao tipo de vegetação que dispõe das regiões agroecológicas que o município possui.

ENT 02: A gente trata sobre a importância do cuidado com o meio ambiente. A gente fala sobre a criação de hortas comunitárias, e também discute a questão do lixo. No entanto, é fora da realidade quando a gente fala em separar o lixo para evitar a poluição do meio ambiente na nossa comunidade. Eu acho que, de maneira geral, a gente não tem o costume de fazer essas ações no dia a dia em nossas casas.

E03: Ao realizar projetos na escola que envolvem a temática ambiental, nós buscamos envolver os alunos de acordo com a realidade que eles estão inseridos em seu cotidiano.

E04: É feito um estudo de toda a realidade do meio que os nossos alunos estão inseridos, do direcionamento da escola, localidade e é realizado um trabalho de acordo com a realidade dos estudantes.

E05: Sim, com certeza.

E06: Sim, esse Programa Despertar, eu acompanhei de perto, juntamente com a executora do programa aqui na região. Antes só tinha três escolas na época e ela conseguiu inserir 72 escolas, esse programa trabalha muito a realidade local do campo e seus dilemas ambientais. O programa trabalha com o que você tem dentro da escola, entendeu? Por exemplo: se eu tenho uma horta dentro da escola

eu vou trabalhar educação ambiental, se eu tenho um laboratório, eu vou trabalhar em cima daquele laboratório. Então, as atividades de Educação Ambiental visam realmente trabalhar a realidade local. Acompanhei um trabalho desse em uma escola e foi muito bom o trabalho realizado. Quem segue os direcionamentos, quem participam das formações, sem dúvida insere os alunos no contexto da realidade ambiental em que vivemos.

E07: Sim, tanto como um ambiente local como a consciência da Preservação do planeta Terra.

4) Existe alguma forma para o registro das atividades propostas de Educação Ambiental?

ENT01: Eu falo sobre se existe alguma forma para o registro das atividades propostas de educação ambiental. Nós temos a plataforma Educajuá, que possui uma parte específica para o registro do conteúdo da Educação Ambiental. No entanto, esse registro, como eu disse anteriormente, é feito de forma interdisciplinar através das diferentes áreas que compõem o currículo, tanto da base quanto da parte diversificada. Porém, existem algumas especificidades na rede, como, por exemplo, o conjunto das escolas de tempo integral, em torno de 9 escolas. Lá na plataforma Educajuá, existe a disciplina de Técnica Agrícola, onde você pode registrar as atividades voltadas para o conteúdo da educação ambiental e sustentabilidade.

ENT 02: Fotos, projetos escritos, mas só a nível de comunidade escolar mesmo .

E03: Só por meio de projetos, o município tem sua plataforma de registro de aula, mas na realidade de nossa escola não há um perfil específico para o registro de atividades voltadas para a educação ambiental ou algo semelhante.

E04: Existe sim, esse trabalho é desenvolvido ao longo do ano, eles tem o registro que é feito de forma transversal dentro da própria plataforma da educação, do nosso município, que é o Educajuá, e também ao final do ano é apresentado os resultados do trabalho, não só dos alunos, mas também da comunidade, porque é um trabalho conjunto entre a escola e a comunidade.

E05: Existe através dos planejamentos proposto aos professores e para a comunidade através das reuniões bimestrais.

E06: Sim, tem o registro. Não só através da escrita, mas também através de áudio, e também através de foto, de vídeo, tem sim, tem a feira que eles fazem, eles têm a culminância do projeto, tudo em cima da Educação Ambiental. Eles trabalham assim, eu participei o ano passado na escola que eu estava na Eliseu e eu achei muito bacana aquele Programa Despertar, porque ele realmente atrai não só em questão da escola, mas também tem prêmio baiano. Às vezes a escola ganha, os alunos ganham o prêmio também, eles recebem em Salvador onde tem

todo o registro das atividades que foram feitas e as melhores. Essas atividades, produzidas, criadas pelos próprios alunos envolvendo temáticas de contexto ambiental são avaliados e evidenciados com várias escolas da Bahia em Nível estadual.

E07: Sim, as professoras fotografam e filmam alguns destes momentos bem como temos amostra cultural.

5) Os professores têm dificuldades em trabalhar a Educação Ambiental interdisciplinarmente e transversalmente?

E03: Os professores não têm dificuldade, haja vista que existe todo um calendário de formação, e esse calendário de formação é contextualizado na medida em que eles têm a formação voltada para o entendimento do que é interdisciplinaridade, a ideia de transversalidade e a ideia de multidisciplinaridade, né? Então, você percebe também que através do documento curricular denominado DCRJ, todos os conhecimentos, desenvolvimento da habilidade, desenvolvimento de conhecimento específico, de objeto de conhecimento têm como objetivo a valorização, a instrumentalização e o fomento dessas três metodologias que você descreveu aí.

ENT02: Eu acredito que o tema da interdisciplinaridade ainda é mais fácil de ser entendido pelos professores do que a transversalidade. Então, assim, eu acho que ainda há uma dificuldade porque a gente precisa melhorar o conhecimento a respeito desses conceitos.

E03: Os professores ainda sentem dificuldades em trabalhar temáticas transversalmente durante a prática do dia a dia, por conta da necessidade de um maior aprofundamento acerca desses conceitos.

E04: Não, eu percebo que os professores da nossa escola, são bastante preocupados, realmente estudam, buscam, pesquisam, para que eles possam desenvolver da melhor forma a educação ambiental na nossa escola e na comunidade de forma geral.

E05: Não, não vejo essa dificuldade não.

E06: Eu não sei se o professor tem dificuldade, talvez o professor esteja acomodado, e tudo o que é novo para o professor, tudo aquilo que vem a ser de pesquisa, de qualquer coisa, eles não querem fazer, principalmente o Fundamental 2. Estou falando pela minha experiência, porque eles querem apenas pegar o livro e dar aula. O livro eles pegam o primeiro capítulo e vai até a metade, que às vezes a gente não usa todo o livro, mas já tem uma rotina. Então tudo que é novo, realmente para o professor trabalhar do Fundamental 2 é complicado. Mas assim, pode ser que consiga, no Eliseu eu tô falando que esse projeto está acontecendo no Fundamental 2. Então pode ser que outras escolas também façam isso, mas na questão atual, eles não querem muito, eles querem apenas seguir a rotina do livro.

E07: Não, logo que a sequências de idade que são construídas tanto pelas professoras no planejamento pedagógico, como pela a coordenação pedagógica em grupos de estudos atendendo os campos de experiência: Eu, o outro e nós, traço, som, cores e formas, corpo, gestos e movimentos, escuta, fala pensamento e imaginação, espaço, tempo, quantidade, relações e transformações.

6) Como você visualiza a necessidade da criação de um Projeto de Lei que direcione o seu trabalho para o contexto da Educação Ambiental?

ENT01: A ideia de criação de um projeto de lei é porque o formalismo dele formaliza, dá um objetivo, legaliza e propõe a formalização desse objeto denominado educação ambiental para a rede Municipal de Ensino. Então, se há necessidade de ter um projeto de lei, é porque ele atribui o papel, a atribuição do Coordenador. Qual o papel do professor, qual é o papel do diretor nessa modalidade de ensino que é educação ambiental, nessa perspectiva interdisciplinar.

ENT02: Isso já é um tema dentro do currículo das escolas. Eu acho que o projeto de lei ia ajudar no sentido de fazer ser obrigatório esse trabalho, visto que ele é de relevância para a sociedade e para o meio ambiente. Os alunos também iriam crescer com uma consciência diferente da que a gente percebe nos pais.

ENT03: Ao considerar a necessidade dessa temática cada vez mais presente no cotidiano escolar, acredito que por intermédio de uma lei, é possível estabelecer critérios mais precisos para a sua execução em sala de aula de maneira mais contínua.

E04: Entendemos que não é uma temática que esteja inserida em todas as unidades, e por meio do projeto de lei vai garantir de forma sistemática a temática da educação ambiental.

E05: Das pessoas aprenderem a cuidar melhor do ecossistema, as tragédias que a gente vê hoje são frutos da ação do homem, então vejo essa necessidade para que todos nós aprendamos a lidar melhor com o nosso ecossistema, respeitando cada espécie, respeitando o ambiente que a gente vive.

E06: Eu acho que só se tiver uma lei para que possa ficar amarrado, Isso né! Porque temos mais de 100 escolas e nem todas aderiram o Programa Despertar, talvez se for uma coisa obrigatório, de força de lei, a comunidade escolar tenha consciência desse trabalho envolvendo as questões ambientais, porque às vezes quando se fala da educação ambiental, educação no campo as pessoa fica só na zona rural, mas a gente também pode trabalhar na sede da cidade com essas temáticas e programas socioambientais. Então, se tiver lei para direcionar você iria observar as pessoas mais consciência por parte de todos daquilo que já deveria acontecer. Cuidar do meio ambiente é uma questão de

consciência ambiental, é o resgate do homem e natureza.

EN07: Necessário e urgente.

- 7) Os professores recebem formação continuada para discutir ações e projetos sobre a Educação Ambiental?

ENT01: Bem, como eu lhe disse, algumas escolas recebem essa formação através do programa Despertar. Eu não diria que ela é contextualizada no direito, de forma que ela é contínua. Mas algumas escolas recebem sim, apesar do programa Despertar.

ENT02: Não, não recebe, porque não é proposto pela rede. A gente já recebeu formação para o trabalho quando participamos do projeto chamado PEA, que é o projeto que fala sobre a questão dos resíduos. A gente recebeu uma formação bem superficial, mas bem pontual também, foi só naquele período.

ENT03: Algumas escolas da rede recebem formação com esse direcionamento, entretanto nossa escola não possui, pois não há nenhum projeto a nível de rede atualmente que envolve nossa escola.

E04: As formações acontecem direcionadas ao coordenador e o coordenador direciona as formações e a construção dos projetos junto com a sequência didática com os professores.

E05: Não, não recebem.

E06: Não tem essa formação para o professor, ele pega um livro e através do material que ele recebe, ele acaba desenvolvendo com as informações que vem da SEDUC, mas não tem uma formação específica para isso na rede, não que seja do meu conhecimento, porque até o ano passado eu vi esse projeto acontecendo, mas eu sei que vem todo o material de apoio, mas ele não tem a formação

E07: Há formações que estão de acordo tanto com as temáticas contidas na sequência didáticas mensais intituladas como cuidado o planeta é cuidar de mim e das minhas emoções, cuidado planeta é cuidar do outro, cuidado planeta é explorar e cuidar dos nossos espaços de convivência, cuidado planeta é brincar na e com a natureza, cuidado planeta é preservar os recursos naturais cuidado planeta é cuidar da fauna e da flora e cuidado planeta é conviver com a diversidade

- 8) Existe em sua escola algum trabalho direcionado para a criação de hortas dentro do ambiente escolar?

E01: Esse trabalho existe, mas só no âmbito das escolas de tempo integral que têm a disciplina de Educação Agroecológica.
ENT02: Na reforma da escola, já pedimos que houvesse um espaço específico para o trabalho com hortas comunitárias, mas ele ainda não foi feito até o momento.
ENT03: No momento não existe um trabalho com horta dentro da nossa unidade escolar.
E04: Infelizmente ainda não conseguimos consolidar o trabalho de criação de hortas, mas é algo que queremos e estamos nos organizando, para criar esse local e criar no aluno esse cuidado e chamar também a comunidade para o trabalho em conjunto.
E05: Não existe.
E06: Na escola que estou atualmente não tem essa prática, mas na qual eu estava antes, porque era do interior, tinham uma aula chamada técnica agrícola e aí nessa nessa aula era feito toda a parte de horta... Às vezes através da horta a comunidade desfrutavam, e dali eles tirava o dinheiro que era para o nono ano ter a formatura. Na que eu estou atualmente não tem, mas na Eliseu Santos existe essa proposta e aí eles plantam coentro, alface, cebolinha. Então nessa escola existe, o que não é realidade em muitas outras escolas.
EN07: No momento está no período de análise e de construção logo, que temos pouco espaço.

9) Como se dá a participação da comunidade em ações das escolas que têm o tema central de Educação Ambiental?

E01: Não é uma participação efetiva, é uma participação pontual. Por exemplo, essa participação é mais frequente quando ocorre, por exemplo, a feira de ciências.
ENT02: Essa eu vou deixar sem responder porque aqui não tem, então eu não sei como se dá, a comunidade vai entender.
ENT03: Quando é proposto algum projeto com a temática da educação ambiental, a comunidade sempre participa das atividades, assim como em todos os outros projetos.
E04: Os pais aqui da nossa escola, aqui da nossa região são pais bem presentes, eles tem nos auxiliado bastante, quando necessário, também no acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos alunos. Bem como em busca de parcerias com órgãos que podem estar nos auxiliando em algumas práticas, como exemplo o auxílio na criação das hortas.

E05: A participação ao meu ver é através é dessa da orientação, através de reprodução de ações que realmente defendam o meio ambiente, muitas pessoas veem o meio ambiente apenas na questão da flora, mas não é só isso, você cuidar do seu ambiente saudável também faz parte dessa política.

E06: A uma interação entre comunidade e escola, percebo que na escola que eu estava anteriormente tinha essa integração essa participação da escola e da Comunidade, muita das vezes os alunos levavam as atividades que se realizavam na sala e compartilhavam e pediam ajuda de seus familiares nessas prática. Então, percebe-se sim, que a comunidade acolhe as propostas envolvendo a educação ambiental que os alunos desempenham.

E07: As atividades programadas e para casa buscam o apoio do pai para realizar com suas crianças ações como: molhar o jardim ou as plantas que tiverem no quintal, leitura na árvore da praça o espaço próximo à residência, colher folhas e Flores caídas no caminho da escola ou em casa para trazê-las para a escola entre outras.

- 10) Cite os benefícios que a criação de uma Política Pública de Educação Ambiental traria para o desenvolvimento da temática de forma contínua no contexto escolar?

E01 - Professor: Bem, sobre os benefícios, eu não vi nenhum. Eu diria que a construção de uma política pública de atuação ambiental vai além de simples benefícios para a cidade. Percebe-se que o município hoje carece de ter esse objetivo definido, de ter uma legislação que estabeleça essa política pública e que envolva não só a Secretaria de Educação como protagonista, mas também outras instituições da rede municipal de ensino, como a Secretaria de Meio Ambiente e a Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA), que funciona no Mercado do Produtor. Trazer esse foco para um conjunto de ações de Educação Ambiental proporcionaria uniformidade e maior densidade às iniciativas educativas formais e também para desenvolver e estimular ações de educação ambiental informal, ou seja, ações voltadas para a comunidade. Isso inclui a manutenção dos equipamentos públicos, o estímulo ao consumo consciente, a promoção de uma alimentação alternativa que valorize a saúde e o desenvolvimento de uma consciência política para a preservação do planeta. Percebe-se que isso seria possível através da consolidação de uma política ambiental que obrigue, através da legislação, o ser humano, o aluno, a criança e a própria comunidade a cumprir com seus deveres e também reconhecer que têm direito a um ambiente mais limpo, claro e saudável.

ENT 02 Coordenadora Pedagógica: A formação de uma consciência ambiental permitiria que as pessoas recebessem mais informações sobre o tema e compreendessem sua relevância para nossas vidas e para o futuro. Além disso, acredito que as famílias também seriam impactadas positivamente, pois muitas vezes dentro do ambiente familiar há pessoas que não têm consciência ambiental. No entanto, ao ouvirem seus filhos, vendo-os estudar e aprendendo

com eles, essa conscientização também pode chegar às casas. Acredito que apenas com conscientização conseguiremos mudar aquilo que precisa ser mudado.

E03 - Professor: A criação de uma Política Pública de Educação Ambiental traria uma série de benefícios para o desenvolvimento contínuo da temática no contexto escolar. Primeiramente, ela estabeleceria diretrizes claras e consistentes para a integração da educação ambiental no currículo escolar, garantindo sua abordagem em diferentes disciplinas e níveis de ensino.

E04 - Coordenadora Escolar: Bom, a criação da política pública de educação ambiental, além de trazer a construção de um trabalho linear, onde todas as escolas da rede trabalhariam de forma sistemática, vai ajudar na construção do ser crítico, pensante, atuante, para que possam pensar na temática ambiental e fazer a mudança no contexto que a gente vive.

E05 - Gestora Escolar: O benefício de estar resguardado através dessa política, porque muitas das vezes nós tomamos ações baseada naquilo que nós acreditamos, mas é muito diferente quando se torna uma política pública, você ganha mais respaldo nesse trabalho.

E06: A política de educação ambiental inserida nas escolas irá contribuir para a consolidação de muitas atividades que algumas escolas já realizam, ela vai incentivar, direcionar a Rede Educacional a se envolver nas atividades com a temática ambiental. A política de educação ambiental proporciona uma integração e um envolvimento com as ações envolvendo a sustentabilidade, a preservação da nossa mata e as atividades educacionais voltadas para conscientização, provando assim, que é possível trabalhar se atentando para as boas práticas ambientais.

E07: A sua criação evidenciaria a formação de sujeitos capazes de compreender e agir no mundo, construindo novas posturas e atitudes, protegendo e cuidando do meio ambiente em que vivem.

APÊNDICE C - PRODUTO 01: RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial – PPGADT



ADSON CARDOSO DE FRANÇA

RELATÓRIO TÉCNICO-CONCLUSIVO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE JUAZEIRO – BA

Juazeiro-BA
2025



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial – PPGADT



RELATÓRIO TÉCNICO-CONCLUSIVO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE JUAZEIRO – BA

Relatório Técnico-Conclusivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) -Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

Linha de pesquisa II: Sociedade, Economia e Construção do conhecimento.

Orientadora: Anna Christina Freire Barbosa, Mestre em Sociologia e Doutora em Ciências Sociais.

Coorientador: Dr. Alexandre Boleira Lopo, Mestre em Ciências da Educação e Doutor em Ciências.

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. INTRODUÇÃO	7
3. ETAPAS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA	9
Etapa 1 – Diagnóstico Participativo: Entrevistas com Gestores da Rede Municipal de Ensino	9
Etapa 2 – Fundamentação Teórica e Primeira Versão da Proposta	11
Etapa 3 – Articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente	13
Etapa 4 – Diálogo com a Secretaria Municipal de Educação	16
Etapa 5 – Validação Acadêmica no Encontro Interdisciplinar do PPGADT	18
Etapa 6 – Reunião Técnica Conjunta entre Secretarias Municipais	20
Etapa 7 – Apresentação Formal no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia	22
Etapa 8 – Apresentação Formal e Encaminhamento Institucional	24
Etapa 9 – Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental	27
4. Considerações Finais	43
Referências	43

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório Técnico-Conclusivo registra o processo de elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O documento sistematiza as etapas metodológicas que culminaram na construção de uma proposta de política pública voltada para a integração transversal e contínua da Educação Ambiental na rede municipal de ensino, alinhada aos marcos legais nacionais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a Constituição Federal de 1988 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU, 2015).

O processo foi estruturado em oito etapas distintas, caracterizadas por uma abordagem participativa e intersetorial:

1. **Diagnóstico Participativo:** Realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores pedagógicos da rede municipal para mapear práticas, desafios e lacunas na Educação Ambiental, identificando a ausência de formação continuada e a fragmentação das iniciativas.
2. **Elaboração da Proposta Inicial:** Construção da primeira versão da proposta, integrando os dados do diagnóstico a referenciais teóricos da Educação Ambiental crítica, com ênfase em transversalidade, interdisciplinaridade e contextualização territorial.
3. **Diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente:** Reunião com a técnica Lusilena Pires de Jesus para alinhar os achados do diagnóstico às ações ambientais do município, propondo uma articulação intersetorial.
4. **Discussão com a Secretaria de Educação:** Encontro com a Diretora de Ensino, Carla, e a designação da técnica Lucila (SEDUC) para discutir a integração da Educação Ambiental ao currículo e estratégias de formação docente.
5. **Validação Acadêmica:** Apresentação dos resultados parciais no Congresso Interdisciplinar do PPGADT/UNEB, refinando a proposta com críticas acadêmicas.

6. **Consolidação Intersetorial:** Reunião conjunta com representantes das Secretarias de Meio Ambiente (Lusilena) e Educação (Maeve Melo e Lucila), definindo mecanismos de implementação e a criação de um Fórum Municipal de Educação Ambiental.
7. **Apresentação Formal:** Validação da proposta final pelos corpos técnicos das secretarias, com socialização dos eixos norteadores, objetivos, diretrizes e indicadores de impacto.
8. **Formação Inicial e Ajustes Finais:** Capacitação de professores de Ciências e coordenadores pedagógicos para discutir a implementação e coletar sugestões, consolidando núcleos escolares de Educação Ambiental.

O processo envolveu gestores escolares, técnicos das Secretarias de Educação e Meio Ambiente, além de especialistas acadêmicos, garantindo uma construção coletiva que reflete as demandas locais. Impulsionado por cobranças do Ministério Público e pelo apoio do PPGADT/UNEB, o trabalho contou com a orientação da Profa. Dra. Anna Christina Freire Barbosa e do Dr. Alexandre Boleira Lopo, integrando saberes acadêmicos e práticos.

2. INTRODUÇÃO

Na conjuntura internacional a Educação Ambiental destacou-se como pauta estratégica a partir da Conferência de Estocolmo (1972), da elaboração da Agenda 21 (1992) e, mais recentemente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU, 2015), que percebem e reconhecem a necessidade de integrar práticas socioambientais à educação e ao desenvolvimento da sustentabilidade.

Ademais, no Brasil, esse compromisso está expresso em marcos legais como a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que institui a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino.

Nesse contexto, é observado que a proposta da Política Municipal de Educação Ambiental da cidade de Juazeiro-BA se insere como desdobramento local de compromissos globais e nacionais, buscando materializar princípios e diretrizes em ações concretas e adaptadas à realidade territorial.

Com isso, o presente Relatório Técnico Conclusivo da proposta da Política Municipal de Educação Ambiental da cidade de Juazeiro-BA consolida um documento de caráter institucional e histórico, desenvolvido com a finalidade de registrar de forma sistematizada todo o processo de desenvolvimento participativo da política.

Diferentemente de um relatório descritivo ou de mera formalização, este documento cumpre a função de consolidar o caminho metodológico, as bases legais e os fundamentos que sustentaram a elaboração da proposta da política.

Sua importância se dá no fato de que não se trata apenas da apresentação de uma proposta de política pública, mas sim da memória documentada de um processo que envolveu vários atores e setores da administração pública, como, representantes da gestão escolar (diretores, vice-diretores e coordenadores), professores da educação infantil, do ensino fundamental I e II, técnicos das Secretarias de Educação, Meio Ambiente e Saúde, além de especialistas e colaboradores externos, contribuíram ativamente das etapas de entrevistas, discussão e formulação.

Cada contribuição foi organizada e valorizada na elaboração coletiva, garantindo que a proposta da política correspondesse às reais intenções do município da cidade de Juazeiro-BA.

O presente relatório também destaca que a elaboração da proposta de uma Política de Educação Ambiental se deu em resposta a fatores institucionais e sociais relevantes: as cobranças do Ministério Público, que tem cobrado o desenvolvimento de políticas ambientais significativas e impactantes na vida da sociedade; o interesse e apoio do Programa em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT, que vem contribuindo para o fortalecimento da integração entre educação e práticas sustentáveis no território.

Com isso, este documento não apenas consolida formalmente a etapa do desenvolvimento da proposta da Política Municipal de Educação Ambiental, mas reitera seu objetivo estratégico em formalizar o processo de construção participativa da proposta de Educação Ambiental para toda a rede de ensino da cidade de Juazeiro-BA.

Este documento busca tornar evidente as bases legais, os fundamentos pedagógicos e as etapas metodológicas que sustentaram a construção da proposta da política, que por sua vez, busca que a educação ambiental seja incorporada de forma transversal, contínua e participativa em toda a rede de ensino da cidade, assegurando uma cultura e pensamento crítico de responsabilidade socioambiental.

Sendo assim, este Relatório Técnico Conclusivo é, portanto, uma peça-chave para dar visibilidade ao processo, respaldar a política, além de servir como referência futura para gestores, educadores e órgãos de controle social.

3. ETAPAS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA

Etapa 1 – Diagnóstico Participativo: Entrevistas com Gestores e Coordenadores da Rede Municipal de Ensino

Objetivo

Mapear a realidade da Educação Ambiental nas escolas municipais de Juazeiro-BA, identificando práticas, desafios e lacunas.

Público-alvo

Gestores escolares, coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA.

Etapas Metodológicas:

- Disponibilização de material educativo/informativo sobre a pesquisa para os participantes
- Inclusão de perguntas de sondagem inicial para avaliar o conhecimento dos participantes
- Apresentação de informações imparciais sobre os benefícios da política de Educação Ambiental
- Utilização de pseudônimos para garantir a privacidade dos participantes

Descrição

A primeira etapa do processo de construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA consistiu na realização de um diagnóstico participativo junto aos profissionais da educação da rede municipal. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, coordenadores pedagógicos, com o objetivo de compreender como se dá, na prática cotidiana das escolas, o trabalho com a Educação Ambiental.

Participaram dessa etapa 2 gestoras escolares, 2 coordenadores pedagógicos, o diretor da escola de formação da Secretaria de Educação de Juazeiro-BA.

A partir desses encontros foi possível levantar alguns pontos que nortearam a construção da proposta inicial da Política Pública de Educação Ambiental, visto isso, foi necessário buscar sobre cada tema, teóricos que falam sobre o tema. Emergindo

assim as temáticas: O papel da SEDUC no desenvolvimento ações e projetos que as escolas desenvolvem voltadas para a temática da Educação Ambiental, foi possível que os entrevistados que participaram desse momento apontassem que os projetos realizados na rede ocorrem de maneira isolada, e não de forma contínua, conforme aponta a **Entrevistada 01**: “As ações e projetos, não são todas as escolas que trabalham essa parte da Educação Ambiental. Mas algumas sim, a exemplo disso, a Escola Rural de Massaroca.”.

Foi possível também instigar, após o encontro, reflexões acerca das perspectivas da Política de Educação Ambiental nas escolas municipais de Juazeiro-BA. O **Entrevistado 02** destaca que a SEDUC “oferece autonomia para que as escolas possam desenvolver suas atividades por intermédio de projetos pedagógicos”. Dessa forma, embora não existam projetos contínuos institucionalizados, evidencia-se a abertura para que cada unidade escolar elabore e implemente suas próprias iniciativas no campo da Educação Ambiental, considerando suas especificidades e demandas locais.

Os diálogos revelaram uma atuação fragmentada, com iniciativas isoladas e ausência de formação continuada específica para os docentes. Além disso, foram apontados como principais desafios: a falta de integração curricular, escassez de recursos materiais e pedagógicos. Esses achados serviram como base empírica para a formulação de uma política que respondesse às reais necessidades do território escolar.

Etapa 2 – Fundamentação Teórica e Primeira Versão da Proposta

Objetivo

Construir uma proposta preliminar de política pública com base nos dados do diagnóstico e em referenciais teóricos.

Etapas Metodológicas:

1. Análise e Sistematização dos Dados do Diagnóstico Participativo

- Organização e categorização das informações coletadas nas entrevistas da Etapa 1, identificando os principais temas emergentes, para as práticas de Educação Ambiental na rede de Juazeiro-BA, a falta de formação continuada e a ausência de integração curricular.
- Mapeamento dos desafios e potencialidades apontados pelos gestores e coordenadores.

2. Pesquisa e Seleção de Referenciais Teóricos

- Revisão bibliográfica de autores e obras que fundamentam a Educação Ambiental, tais como: Maciel et al., (2021); Chagas, Tamaio (2021); Farias; Neiman; Pereira (2020);
- Consulta aos marcos legais, com ênfase na Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental), Brasil (1999) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), (Brasil, 1998), para garantir alinhamento com as diretrizes nacionais.

3. Elaboração da Versão Inicial da Política

- Construção de um documento preliminar que integre os dados do diagnóstico com os referenciais teóricos, estruturando a proposta em torno dos princípios de transversalidade e interdisciplinaridade.
- Definição de objetivos, diretrizes e estratégias que respondam às necessidades identificadas, como a promoção de formação continuada para docentes.

4. Redação e Formatação do Documento

- Estruturação do texto da proposta preliminar, com seções, objetivos, diretrizes, plano de implementação.

5. Divulgação e Discussão Inicial

- Promoção de debates para coletar impressões iniciais e sugestões, garantindo a participação social na construção da política.

Descrição

A Etapa 2 marcou o momento de consolidação dos achados do diagnóstico participativo com uma base teórica, resultando na primeira versão da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA. A proposta foi elaborada com foco em superar os desafios identificados, como a fragmentação das práticas, propondo ações concretas para institucionalizar a Educação Ambiental na rede municipal. O documento preliminar foi pensado como um instrumento dinâmico, capaz de orientar práticas pedagógicas que consideram as especificidades da rede municipal de Juazeiro-BA.

Com base nos dados coletados no diagnóstico, iniciou-se a construção teórica da proposta, alinhada aos marcos legais nacionais, como na Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999) e aos referenciais da Educação Ambiental.

A proposta preliminar foi elaborada considerando os princípios da transversalidade, da interdisciplinaridade, levando em consideração a realidade local da rede municipal de Juazeiro-BA. Buscou-se, desde o início, garantir que a política fosse utilizada como instrumento normativo, na qual abordava suas diretrizes, mas também apontava as estratégias para assegurar os objetivos propostos.

Etapa 3 – Articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Objetivo

Apresentar os resultados do diagnóstico e alinhar a proposta com as ações da Secretaria de Meio Ambiente.

Público-alvo

Técnicos e gestores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Etapas Metodológicas

1. Agendamento e Preparação da Reunião

- Organização de uma reunião técnica com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com definição de pauta e materiais de apoio.

2. Apresentação e Discussão da Proposta

- Realização do encontro com a técnica da secretaria de meio ambiente, Lusilena Pires de Jesus e outros representantes da Secretaria, para exposição dos resultados do diagnóstico e da proposta inicial.

3. Coleta de Apontamentos e Sugestões

- Registro das contribuições e sugestões da Secretaria, com ênfase nas recomendações da técnica Lusilena para melhorias na proposta, considerando as diretrizes ambientais do município.

4. Ajustes na Proposta

- Revisão da versão preliminar da política com base nos apontamentos da Secretaria, incorporando sugestões que fortaleçam a integração entre educação e meio ambiente.

5. Planejamento de Novos Diálogos Intersetoriais

- Definição, em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente, de um novo momento de articulação com a Secretaria Municipal de Educação, visando a construção coletiva da política.

Descrição

A Etapa 3 consistiu na articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para alinhar a proposta preliminar da Política Municipal de Educação Ambiental às ações ambientais do município. Em uma reunião técnica, conduzida com a participação da técnica Lusilena Pires de Jesus, foram apresentados os resultados do diagnóstico participativo e os eixos centrais da proposta, como transversalidade e contextualização territorial.

O encontro destacou a importância de uma política integrada entre educação e meio ambiente, com a Secretaria reconhecendo a relevância da iniciativa. Lusilena contribuiu com apontamentos que orientaram ajustes na proposta, fortalecendo sua adequação às diretrizes ambientais locais. A reunião culminou na proposta de um novo diálogo intersetorial com a Secretaria de Educação, visando a construção coletiva e colaborativa da política, reforçando o compromisso com uma abordagem participativa e integrada.

Lusilena Pires de Jesus foi designada como representante institucional para tratar da temática da Educação Ambiental. Nesse encontro, foram apresentados os principais achados do diagnóstico e os eixos estruturantes da proposta.

Figura 2: Encontro com a técnica na Secretaria de Meio Ambiente



Fonte: Direto da Pesquisa (2025).

A conversa foi marcada pelo reconhecimento mútuo da necessidade de uma política integrada entre educação e meio ambiente. Por fim, foi proposta uma articulação entre a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Educação, para que os próximos passos fossem planejados. A Secretária demonstrou apoio à iniciativa e propôs a realização de um novo momento de diálogo com a Secretaria Municipal de Educação.

Etapa 4 – Diálogo com a Secretaria Municipal de Educação

Objetivo

Discutir a viabilidade da proposta e integrá-la ao currículo escolar com apoio técnico da Secretaria de Educação.

Público-alvo

Diretoria de Ensino e técnicos da Secretaria Municipal de Educação.

Participantes

Diretora de Ensino dos Anos Iniciais (Carla), técnica Lucila (SEDUC), equipe técnica da Secretaria de Educação, técnica Lusilena Pires de Jesus (Secretaria de Meio Ambiente) e doutorando Adson Cardoso de França.

Descrição

Foi realizado um encontro na Secretaria Municipal de Educação, com a participação da Diretora de Ensino dos Anos Iniciais, Carla, sua equipe técnica e a técnica Lusilena Pires de Jesus, representante da Secretaria de Meio Ambiente. O objetivo foi apresentar a proposta preliminar da Política Municipal de Educação Ambiental, discutir sua viabilidade para integração transversal ao currículo escolar e explorar estratégias de formação docente e apoio pedagógico. A reunião conjunta reforçou a articulação intersetorial entre as secretarias, promovendo um diálogo alinhado às demandas educacionais e ambientais do município. A técnica Lucila (SEDUC) foi designada como articuladora institucional para acompanhar e aprimorar a proposta em colaboração com o doutorando, garantindo a adequação às práticas pedagógicas e à realidade da rede municipal.

Nesta ocasião, discutiu-se a viabilidade de incorporar a Educação Ambiental de forma transversal ao currículo escolar, bem como as possibilidades de formação docente e apoio pedagógico.

Figura 3: Encontro com a Técnica da Secretaria de meio ambiente e Diretoria de ensino da Secretaria de Educação



Fonte: Direto da pesquisa (2025).

A reunião consolidou diretrizes para a integração curricular da Educação Ambiental, e o interesse de ambas as secretarias, para o andamento e a consolidação da proposta da Política de Educação Ambiental. A designação da técnica Lucila reforçou o compromisso da SEDUC com a construção participativa da política, promovendo avanços na articulação intersetorial e na adequação da proposta às necessidades da rede municipal.

Etapa 5 – Validação Acadêmica no Encontro Interdisciplinar do PPGADT

Objetivo

Socializar e validar academicamente os resultados parciais da proposta no âmbito do PPGADT/UNEB.

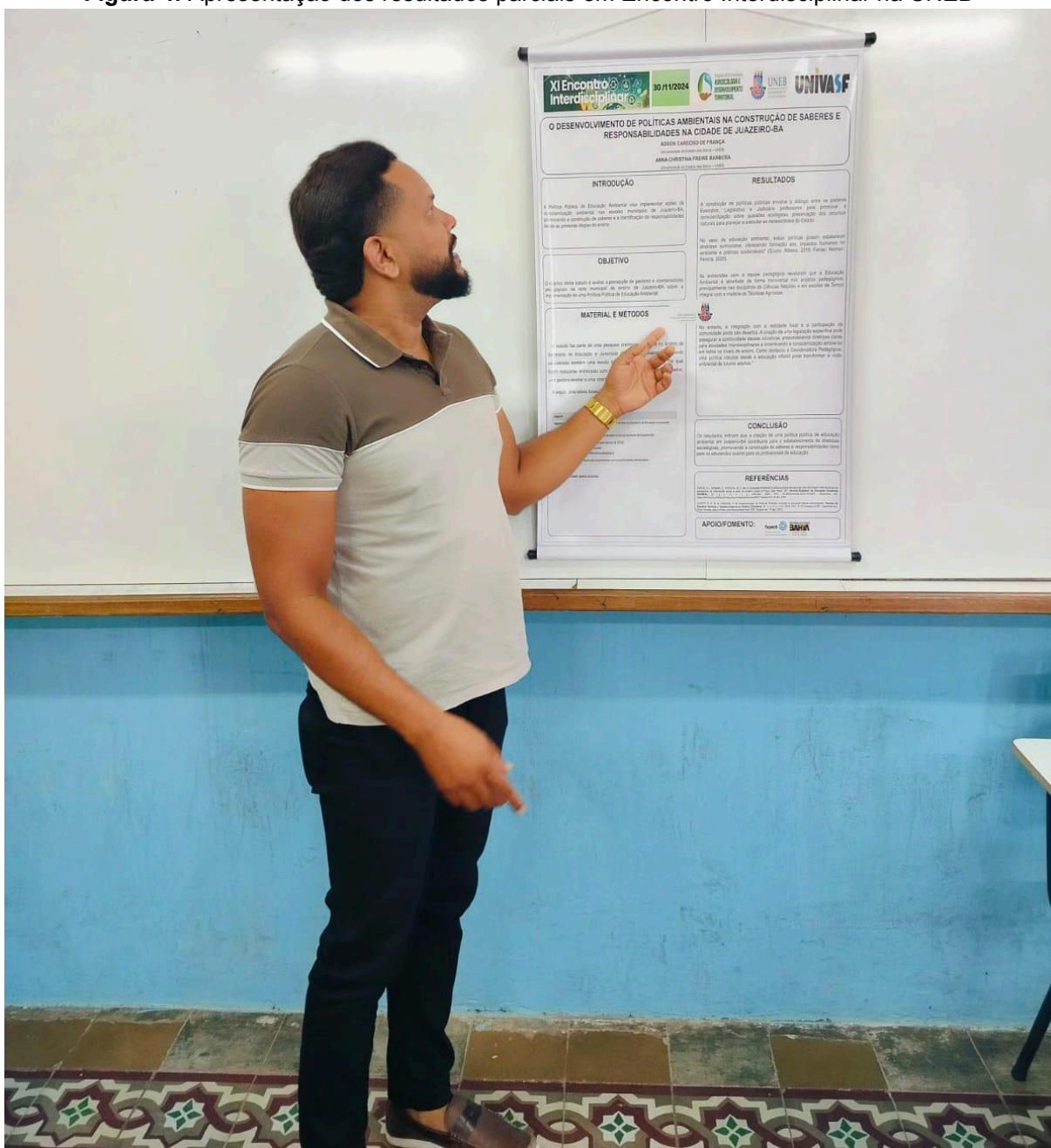
Público-alvo

Comunidade acadêmica (pesquisadores, docentes e estudantes do PPGADT/UNEB).

Descrição

Como parte do processo de validação acadêmica e socialização dos resultados parciais, a proposta foi apresentada no Congresso Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNEB). O evento proporcionou um espaço para apresentação dos resultados parciais da Proposta de Política de Educação Ambiental, com sugestões de aprimoramento vindas de pesquisadores, docentes e estudantes de diversas áreas.

Figura 4: Apresentação dos resultados parciais em Encontro Interdisciplinar na UNEB



Fonte: Direto da pesquisa (2024).

A apresentação contou com a orientação da Profa. Dra. Anna Christina Freire Barbosa e coorientação do Dr. Alexandre Boleira Lopo, cujos aportes teóricos e metodológicos foram fundamentais para o refinamento da proposta. Esse momento reforçou o caráter interdisciplinar da política em construção.

Etapa 6 – Reunião Técnica Conjunta entre Secretarias Municipais

Objetivo

Alinhar a proposta com as secretarias municipais, definindo mecanismos de implementação e monitoramento.

Público-alvo

Técnicos e gestores das Secretarias de Meio Ambiente e Educação.

Descrição

Diante da necessidade de consolidação institucional, foi realizada uma reunião técnica conjunta entre representantes da Secretaria de Meio Ambiente (Lusilena) e da Secretaria de Educação (Maeve Melo e Lucila – SEDUC). Nesse encontro, discutiu-se a versão atualizada da proposta, com foco nos mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação.

Figura 6: Ação com Secretaria de Meio ambiente e Secretaria de Educação



Fonte: Direto da Pesquisa (2025).

Ficou acordado que a política deveria prever a criação de um Fórum Municipal de Educação Ambiental, com participação de escolas. As secretarias reafirmaram seu compromisso com o encaminhamento formal da proposta.

Figura 7: Apresentação da proposta para a Secretária de Educação



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Etapa 7 – Apresentação Formal no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia

Objetivo

Apresentar os resultados consolidados do processo participativo de construção da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA em âmbito nacional, com base no Resumo Expandido Técnico-Científico submetido e aprovado no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), sob o Eixo Temático 14: Políticas Públicas e Agroecologia, visando validação científica, ampliação de visibilidade e coleta de contribuições para o refinamento final da proposta.

Público-alvo

Participantes do 13º CBA, incluindo pesquisadores, professores, extensionistas, representantes de movimentos sociais agroecológicos, técnicos de órgãos públicos, estudantes de pós-graduação e lideranças comunitárias do semiárido.

Descrição

A apresentação no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizada em 25 de outubro de 2025 na sala do Eixo 14 – Políticas Públicas e Agroecologia, marcou o primeiro momento de validação nacional da proposta da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA.

Figura 8: Apresentação oral no 13º CBA – Eixo 14



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O estudo analisa as ações da SEDUC em Juazeiro-BA para promover a educação ambiental nas escolas municipais, com foco em entrevistas com técnicos e equipes pedagógicas. Os objetivos incluem identificar práticas e propor uma política pública de educação ambiental. Os dados coletados revelam que a SEDUC fomenta ações por meio de parcerias com instituições que fazem trabalhos ambientais, mas nem todas as escolas possuem projetos contínuos.

Etapa 8 – Apresentação Formal e Encaminhamento Institucional

Objetivo

Apresentar a estrutura final da proposta da política e realizar sua revisão conjunta com os técnicos das secretarias envolvidas e professores da rede, assegurando a conformidade com as diretrizes institucionais e pedagógicas.

Público-Alvo

Técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quatro professores de Ciências da rede municipal de ensino e a professora doutora da UNEB e orientadora da pesquisa, Anna Christina Freire Barbosa.

Descrição

A etapa consistiu na apresentação e revisão da estrutura da política pública construída ao longo do processo participativo. O encontro ocorreu em dois turnos, na Escola de Formação Continuada de Educadores Parlim (EFEP), em Juazeiro – BA. Conforme destacado na Figura 9:

Figura 9: Apresentação da Estrutura da Política.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Durante a atividade, os técnicos da SEDUC e da Secretaria de Meio Ambiente analisaram todo o corpo do texto, verificando sua conformidade com as concepções e diretrizes institucionais. Foram realizados ajustes, acréscimos e

reformulações com base nas contribuições dos participantes, buscando aprimorar a coerência e a aplicabilidade da proposta.

A presença da professora doutora Anna Christina Freire Barbosa (UNEB) contribuiu com orientações acadêmicas e metodológicas para o aperfeiçoamento do documento, consolidando esta etapa como um momento de validação técnica e institucional da política.

Encerramento

Como resultado, obteve-se uma versão revisada e validada da política, refletindo o alinhamento entre as dimensões pedagógicas e ambientais do município. Essa etapa representou o fechamento da fase de construção colaborativa, possibilitando o encaminhamento institucional da proposta e o início do planejamento para a capacitação de professores e coordenadores, voltada à implementação efetiva da política nas escolas da rede municipal.

Etapa 9 – Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental

Objetivo

Socializar amplamente a versão consolidada da proposta, validá-la coletivamente por meio de Grupos de Trabalho, estruturar o plano de ação inicial para 2026–2028 e formalizar o compromisso intersetorial entre SEDUC e SEMA por meio da assinatura pública de Termo de Compromisso.

Data e local

O Encontro para análise do documento: Política Municipal de Educação Ambiental foi realizado no dia 4 de dezembro no Auditório ACM, da Universidade do Estado da Bahia, conforme detalhado na Figura 7:

Figura 7: Card de Divulgação do Encontro.



Fonte: SEDUC - Juazeiro-BA (2025)

Público-alvo

Professores de Ciências, Gestores e Coordenadores Pedagógicos e pessoas da comunidade interessadas, técnicos da SEDUC e SEMA, e representantes de alunos da Escola Municipal Iracema Pereira da Paixão e Sociedade Civil.

Participação

Durante o evento, 97 pessoas registraram presença, sendo que os servidores da rede educacional de Juazeiro-BA, realizaram o *check in*, na plataforma do EducaJuá, sendo 40 servidores da educação, os técnicos das demais secretária e comunidade em geral, registraram a frequência por meio de assinatura física, totalizando 27 presentes, além de 30 alunos da Escola Municipal Iracema Pereira da Paixão, conforme apresentado na figura 7 e 8, respectivamente:

Figura 8: Frequência online dos Servidores da Educação

2	ENCONTRO PARA ANÁLISE DO DOCUMENTO: POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	AUDITÓRIO ACM - UNEB	04/12/2025	52	40
---	--	----------------------	------------	----	----

Fonte: SEDUC - Juazeiro-BA (2025)

Figura 9: Frequência física

Descrição

Como último ato do processo de construção, foi realizada um encontro para apresentação da Política Pública de Educação Ambiental com: Professores de Ciências, Gestores e Coordenadores Pedagógicos e pessoas da comunidade interessadas.

O objetivo foi socializar os princípios da política, discutir os primeiros passos de implementação nas escolas e coletar sugestões práticas para ajustes finos no texto. Esse momento reforçou o compromisso com uma política viva, em constante diálogo com a prática escolar, e abriu caminho para a criação de núcleos escolares de Educação Ambiental, que atuarão como multiplicadores locais.

O Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental representou o ponto alto do processo participativo, configurando-se como o momento de maior amplitude de escuta e validação coletiva da proposta. O evento foi amplamente divulgado pela Prefeitura de Juazeiro, que publicou a seguinte manchete em seu portal oficial:

“Juazeiro avança na construção de sua Política Municipal de Educação Ambiental”

(Fonte:

<https://www.juazeiro.ba.gov.br/juazeiro-avanca-na-construcao-de-sua-politica-municipal-de-educacao-ambiental/>, acesso em 07 dez. 2025).

Estrutura do evento

1º Momento – Abertura solene e apresentação da proposta

O Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental foi aberto com apresentação cultural (música ao vivo) e composição da mesa de honra, coordenada pelo doutorando Adson Cardoso de França, que destacou a importância histórica do momento para a educação e o meio ambiente do município.

Composição da Mesa

- Secretário Municipal de Meio Ambiente - Cláudio Fernandes (representando a SEMA)
- Superintendente Pedagógica da SEDUC - Nilmara Mércia (representando a Secretária de Educação)
- Representante do Conselho Municipal de Educação
- Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNEB)
- Profa. Dra. Anna Christina Freire Barbosa – Orientadora do doutorando (PPGADT/UNEB)
- Doutorando Adson Cardoso de França.

Cada autoridade fez uso da palavra, reforçando o apoio institucional e a relevância da política para o município. Conforme apresentado na Figura 10:

Figura 10: Mesa de honra com autoridades e doutorando Adson Cardoso de França



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Inicialmente foi realizado um momento Cultural com apresentação musical com os alunos da Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, conforme apresentado na Figura 11:

Figura 11: Apresentação Musical na abertura do Evento



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em seguida, o doutorando Adson Cardoso de França apresentou detalhadamente a trajetória do processo para a consolidação da proposta, os fundamentos legais, os principais eixos da proposta consolidada e o plano de ação previsto. Conforme ilustrado na Figura 12:

Figura 12: Doutorando apresentando o histórico das etapas e a proposta final da Política Municipal de Educação Ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Durante apresentação da proposta também é possível destacar a presença do público apresentando interação no que era apresentado, forme apresentado na Figura 13:

Figura 13: Vista geral do auditório durante a apresentação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

2º Momento – Trabalho em Grupos Temáticos (GTs)

Após a apresentação, os participantes foram divididos em quatro Grupos de Trabalho para leitura, análise e proposições concretas sobre o texto da política:

- GT 1 – Professores da rede municipal
- GT 2 – Coordenadores pedagógicos
- GT 3 - Gestores escolares
- GT 4 – Técnicos da SEMA e representantes da sociedade civil organizada
- GT 5 – Técnicos da SEDUC
- GT 6 - Grupo Estudantil para apresentação da cartilha

Os professores, principais atores da prática pedagógica cotidiana, concentraram-se na análise dos artigos referentes à transversalidade curricular, à formação continuada e às ações práticas dentro da sala de aula. Conforme apresentado na Figura 14:

Figura 14: GT 1: professores da rede municipal em círculo discutindo a proposta.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No grupo de coordenadores pedagógicos, debateram estratégias de gestão escolar, criação de núcleos de Educação Ambiental nas unidades, cronogramas de formação e mecanismos de monitoramento interno. Conforme apresentado na Figura 15:

Figura 15: GT 2: coordenadores pedagógicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da sociedade civil organizada discutiram a articulação intersetorial, o papel dos conselhos municipais e a participação comunitária na política. Conforme apontado na Figura 16:

Figura 16: GT 3: técnicos da SEMA e sociedade civil



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os técnicos da Secretaria Municipal de Educação analisaram detalhadamente a integração da política ao Plano Municipal de Educação, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos programas de formação continuada já existentes na rede. Sendo ilustrado na Figura 17:

Figura 17: GT 4: equipe técnica da SEDUC



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Cada grupo preencheu ficha padronizada de proposições, acatadas e imediatamente incorporadas à versão final da Política Municipal de Educação Ambiental. Nas Figuras 18, 19, 20, 21, 22, é possível ver as contribuições apontadas por cada grupo:

Figura 18: Proposição da Equipe Gestora.

FICHA DE PROPOSIÇÕES – 04/12/2025

Grupo de Trabalho GT 1:

Propositores: Gestores

Mediador(a)/Relator(a) do GT: Amanda Pricilla Batista Santos

Apoio:

PROPOSIÇÕES DO GT 1
<ul style="list-style-type: none"> ● Considerando o texto base, realizar neste espaço, as contribuições do Grupo - ajustes no texto base: supressões, edições e/ou acréscimos. ● Acréscimo: <p>I – implementar e assegurar condições para o adequado e pleno funcionamento do Conselho Escolar, na pauta de discussão e andamento da Educação Ambiental, com o apoio da Secretaria de Educação através de uma diretoria de Educação Ambiental;</p> <p>Os gestores também relataram algumas similaridades entre os artigos VI, VII e VIII, mas não conseguiram chegar num consenso sobre suprimir algum ou unificá-los.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 19: Proposição da Equipe de Coordenadores Pedagógicos.**Grupo de Trabalho GT – 1 Coordenadores****Propositores:** Juliana Maia Ferreira

Cláudia Nina Ramos

Rozilda Barbalho Gonzaga

Maíra dos Santos Silva

Socorro do Livramento Bezerra da Silva

Nice Neide Campinho da Silva

Fernando Nunes

Mediador GT: Carla Regine Reges Silva FrançaUiliane Soares dos Santos**Encontro para análise do documento: Política Municipal de Educação Ambiental****Proposições do GT 1:**

- Inserção de formação continuada para coordenadores escolares com a temática ambiental;
- Disponibilizar o Calendário Ambiental para ajustes no PPP, com inserção para o ano de 2026.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 20: Proposição da Equipe de Professores.**PROPOSIÇÕES DO GT 1**

Inserir no Capítulo III Seção III Art. 6º, Inciso II:

Em colaboração com o representante da equipe docente, com participação interdisciplinar.

Adicionar no Capítulo II, Seção I, Artigo 2º Inciso III:

Ambiente, **saúde coletiva** e sustentabilidade.

Capítulo III – Gestão escolar e Coordenação Pedagógica

Acrescentar:

As escolas deverão elaborar anualmente uma Plano de Ação em Educação Ambiental, contendo metas, responsáveis, cronograma e integração entre disciplinas, adequados à realidade da escola.

|

Sugestão inserir no documento, onde for possível:

Salientar a importância das tomadas de decisões serem baseadas em evidências científicas e contexto sócio-histórico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 21: Proposição da Equipe Técnica SEDUC

Grupo de Trabalho GT Equipe Técnica SEDUC:

Propositores: Ednalda Luna de Sousa, Marla dos Santos Rocha, Matheus Vinicius, Sonia Guimarães, Valéria de Souza Santos

Mediador(a)/Relator(a) do GT: Geisa Gabrielle Santos (Formação SEDUC).

Apoio: Matheus Vinicius (SEDUC)

PROPOSIÇÕES DO GT Equipe Técnica SEDUC
<p>Art. 5º - Garantia do uso efetivo da temática da Educação Ambiental dentro no contexto das escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, observando o seu currículo de ensino;</p> <p>Sugestão de Alteração</p> <p>Art. 5º - Garantia do uso efetivo da temática da Educação Ambiental dentro do contexto das escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, observando o seu currículo de ensino;</p> <p>Art. 5º - Planejamento de formações continuadas na rede educacional de ensino para trabalhar as temáticas Mudanças Climáticas como forma de trabalho transversal, considerando as resoluções aplicadas pela Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 e a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas</p> <p>Art. 5º - Realização de eventos culturais/educacionais abertos à comunidade escolar a fim de apresentar projetos desenvolvidos pelos alunos, de forma inter e transdisciplinar, que envolvam a sustentabilidade, ao menos 1 vez no ano.</p> <p>Reorganização da numeração dos incisos do Art. 6.</p> <p>Art. 6º - IV – (VERIFICAR)os resultados dessas avaliações deverão ser apresentadas em Fórum Municipal de Educação Ambiental, bienalmente, garantindo a participação...</p> <p>Art. 6 - V - promover quadrienal a Conferência Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA, em parceria com a Secretaria de meio ambiente...</p> <p>Art. 10- A</p> <p>Iniciar com o Art. 10., para posteriormente abrir uma seção 10A</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 22: Proposição da Equipe SEMA e Sociedade Civil**FICHA DE PROPOSIÇÕES – 04/12/2025****Grupo de Trabalho GT:** Equipes Técnicas da SEDUC e SEMA**Propositores:** José Ivo dos Santos, Ademir Fernandes Silva (CDC/PMJ), Tânia Cristina da Silva(MPC), Alexandra Maria da Silva(SEMA), Roseane Pereira Campos Marques (SEMA), Franklin Vieira Costa (SEMA), Maria Alexandrina dos Santos Araújo Macedo (SEMA).**Mediador(a)/Relator(a) do GT:** Geisa Gabrielle Santos (Formação SEDUC).**Apoio:** Matheus Vinícius (SEDUC)

PROPOSIÇÕES DO GD - Equipe Técnica SEMA E Sociedade Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Capítulo VI DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE <u>Sessão II – DAS AÇÕES ESPECÍFICAS</u> <p>Art. 16º Inciso I Incluir também e outras Entidades da Sociedade Civil Garantir espaços de diálogo com a sociedade civil no monitoramento das ações e efetivação da política municipal.</p> <p>Art. 17º Contratar as Cooperativas para a coleta seletiva, buscar parcerias com a associação (...) As atividades deverão (substituição) da palavra, ao invés de poderão</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Grupo Estudantil para análise da cartilha - Alunos da Escola Municipal Iracema Pereira da Paixão

Enquanto os GTs trabalhavam, os representantes estudantil, alunos da Escola Municipal Iracema Pereira da Paixão participaram de atividade especial: receberam do doutorando exemplares da Cartilha de Educação Ambiental (elaborada no âmbito da pesquisa) e assistiram à explicação lúdica sobre os principais temas da política. Conforme apresentada nas figuras 23 e 24:

Figura 23: Alunos tiram dúvidas sobre a cartilha de educação ambiental.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 23: Alunos durante a apresentação



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

3º Momento – Plenária final, sistematização e assinatura do Termo de Compromisso

As contribuições dos GTs foram apresentadas em plenária, debatidas e aprovadas por consenso.



Como ato culminante, foi assinado o Termo de Compromisso Intersectorial SEDUC–SEMA para implementação, monitoramento e avaliação contínua da Política Municipal de Educação Ambiental, com as assinaturas do Secretário Cláudio Fernandes (SEMA), da Superintendente Pedagógica, Nilmara Mércia (representando a SEDUC). Conforme apresentado na Figura 24, já a Figura 25, apresenta o termo de Compromisso assinado:

Figura 24: Assinatura do termo de Compromisso



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 25: Termo de Compromisso

TERMO DE COMPROMISSO INSTITUCIONAL

Nós, **Secretária Municipal de Educação de Juazeiro – BA** e **Secretário Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro – BA**, reunidos no dia **04 de dezembro de 2025**, no **Auditório ACM da UNEB**, por ocasião do Encontro de Apresentação e Análise da Proposta de Política Pública Municipal de Educação Ambiental, declaramos nosso compromisso institucional em:

1. **Reconhecer a relevância** do processo participativo que subsidiou a elaboração da proposta de Política Pública de Educação Ambiental;
2. **Apoiar**, no âmbito das respectivas secretarias, as ações necessárias para a **continuidade, aprimoramento e encaminhamento** da proposta, visando sua efetiva implementação no município;
3. **Favorecer o diálogo intersecretorial** entre Educação e Meio Ambiente, garantindo que as contribuições de gestores, professores, técnicos, conselhos e demais setores presentes sejam considerados nas próximas etapas.

Este termo reflete a **intenção conjunta** de fortalecer a Educação Ambiental em Juazeiro – BA, respeitando as competências legais de cada Secretaria e os trâmites administrativos necessários.

Juazeiro – BA, 04 de dezembro de 2025.

pt Nilmaera Alcina de Souza Santos

Secretária Municipal de Educação

Claudio Leonardo Leal de Souza

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Conclusão da Etapa 9

O Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental realizado no dia 06 de dezembro de 2025 consolidou a legitimidade social, pedagógica e institucional da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA. Com participação massiva, contribuições qualificadas e compromisso público assinado entre SEDUC e SEMA, a proposta encontra-se pronta para tramitação nos conselhos municipais (Conselho Municipal de Educação e Conselho de Meio Ambiente) e posterior envio ao prefeito para sanção como lei municipal.

Essa etapa representou o fechamento democrático e participativo de todo o processo, transformando a política em um instrumento coletivo, vivo e comprometido com a formação de uma geração socioambientalmente.

Considerações Finais

O processo de elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA configurou-se como um exercício democrático, participativo e interinstitucional, alinhado aos compromissos globais, nacionais e locais com a sustentabilidade e a justiça socioambiental. A construção coletiva, o diálogo entre saberes e a articulação entre educação e meio ambiente foram pilares fundamentais que garantiram a pertinência e a viabilidade da proposta.

Este Relatório Técnico-Conclusivo, além de registrar metodologicamente todas as etapas percorridas, serve como memória institucional e referência para futuras políticas públicas no município. Espera-se que a política, uma vez institucionalizada, contribua efetivamente para a formação de uma cultura de responsabilidade ambiental nas escolas e na comunidade juazeirense.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Temas Transversais**. Brasília (BRASIL): MEC, p. 436, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 2 set. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Temas Transversais**. Brasília (BRASIL): MEC, p. 436, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 2 set. 2024

CHAGAS, G. C.; TAMAIO, I. A Educação Ambiental no contexto da escassez hídrica: o racionamento no Distrito Federal entre 2017 e 2018. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 2, p. 409-427, 2021.

FARIAS, A L.; NEIMAN, Z. ; PEREIRA, M. C. dos S. Educação Ambiental e política pública educacional: uma abordagem interdisciplinar na perspectiva da intervenção social a partir do projeto Ocupe a Praça (São Paulo, SP). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 209–244, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.9827. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9827>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MACIEL, C. E.; SIQUEIRA, J. F. R.; SILVA, D. S.; ZANON, A. M. Políticas públicas em educação ambiental: o caso do Programa Nacional Escolas Sustentáveis. ***Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais***, v. 10, n. 2, p. 1-23, 2021.

APÊNDICE D - PRODUTO 02: CARTILHA CONHECENDO A POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE JUAZEIRO-BA

CONHECENDO A PROPOSTA DE
**POLÍTICA PÚBLICA
DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**
DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO, BAHIA



fapesb
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia



Apresentação dos Participantes

Autor

Adson Cardoso de França
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNEB).

Orientadora

Profa. Dra. Anna Christina Freire Barbosa
Doutora em Ciências Sociais pela UFRN

Coorientador

Prof. Dr. Alexandre Boleira Lopo
Doutor em Ciências pela UFRN.

Instituição

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT



**JUAZEIRO – BA,
2025**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

F837c França, Adson Cardoso de

Conhecendo a proposta de política pública de educação ambiental do município de Juazeiro-BA / Adson Cardoso de França. Juazeiro-BA, 2025.
22 fls.: il.

Orientador (a): Prof.^a. Dr.^a. Anna Christina Freire Barbosa.
Coorientador (a): Prof. Dr. Alexandre Boleira Lopo.
Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências sociais.
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT,
Campus III. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

ISBN: 978-65-01-80988-5

1. Educação ambiental. 2. Política pública. 3. Cartilha didática. 4. Consciência ambiental.
5. Consciência ecológica. I. Barbosa, Anna Christina Freire. II. Lopo, Alexandre Boleira.
III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais.
IV. Título.

CDD: 363.70071



Apresentação

Seu objetivo é traduzir, de forma pedagógica e acessível, a Política Pública de Educação Ambiental do Município de Juazeiro-BA, aproximando gestores, professores, estudantes e comunidade do conteúdo da legislação.

O município de Juazeiro, localizado no norte do estado da Bahia, é um dos mais importantes do semiárido nordestino, reconhecido por sua relevância territorial, cultural e socioeconômica. Sua rede municipal de ensino é composta por mais de 150 escolas e atende a mais de 37 mil estudantes, distribuídos entre a sede e a extensa zona rural. Esse cenário evidencia a diversidade e os desafios enfrentados pela educação pública municipal.

A cartilha aqui apresentada busca contribuir como um material de apoio pedagógico para professores, gestores, estudantes e comunidade em geral, visando fomentar reflexões, práticas e ações que ajudem a construir um futuro mais equilibrado e sustentável para Juazeiro e região.

**JUAZEIRO – BA,
2025**





Por que uma Política de Educação Ambiental?



A Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro foi criada para despertar a consciência ecológica, promover atitudes sustentáveis e fortalecer o compromisso de todos com o cuidado com o planeta. Ela integra escolas, professores, estudantes e a comunidade em torno do mesmo objetivo: cuidar da nossa casa comum, o meio ambiente.

Princípios da Política

- Ética ambiental: respeito à vida e à natureza.
- Participação social: envolver a comunidade nas decisões.
- Transversalidade: meio ambiente presente em todas as disciplinas.
- Sustentabilidade: pensar no hoje sem prejudicar o amanhã.



O que é Educação Ambiental?

A Educação Ambiental é um processo permanente de construção de valores, conhecimentos, atitudes e práticas voltadas para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida.

Ela vai além da transmissão de conteúdos: busca formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de agir de forma responsável na sociedade.

No contexto de Juazeiro, a Educação Ambiental deve considerar as especificidades do semiárido, como a convivência com a seca, a valorização da caatinga, a gestão sustentável da água e a preservação da agricultura familiar.





Marcos Legais da Educação Ambiental

A Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA dialoga com diferentes legislações nacionais e diretrizes internacionais, assegurando sua legitimidade e alinhamento a compromissos educacionais e socioambientais. Os principais marcos legais que fundamentam esta política são:

Constituição Federal de 1988 – Art. 225: estabelece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a responsabilidade do Poder Público e da coletividade em defendê-lo e preservá-lo.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996: garante a inclusão de temas relevantes como a Educação Ambiental no currículo escolar.

Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei nº 9.795/1999: institui a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma articulada, contínua e transversal.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997): apresentam os temas transversais como eixo de integração curricular, destacando a Educação Ambiental como essencial para a formação cidadã.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017): reforça a importância da sustentabilidade, das práticas interdisciplinares e do compromisso socioambiental como competências gerais da educação básica.



**JUAZEIRO – BA,
2025**





Objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental

- > Promover a conscientização socioambiental em toda a comunidade escolar.
- > Integrar a Educação Ambiental de forma transversal no currículo escolar.
- > Incentivar práticas sustentáveis nas escolas e nas comunidades.
- > Fortalecer a formação cidadã, preparando estudantes para atuarem como agentes transformadores.
- > Valorizar os recursos naturais do semiárido, especialmente a caatinga e o rio São Francisco.





Diretrizes e Princípios Norteadores

A Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro se orienta por alguns princípios básicos:

Participação Social – Envolver estudantes, professores, famílias e comunidades.

Valorização da Cultura Local – Reconhecer os saberes tradicionais e a identidade cultural da região.

Sustentabilidade – Promover práticas que conciliem desenvolvimento e preservação ambiental.

Diretrizes da Política

Oferecer formação continuada aos professores.

- Promover projetos e eventos anuais sobre sustentabilidade.
- Incentivar inovação e tecnologia aliadas à preservação ambiental.

Política de Educação Ambiental

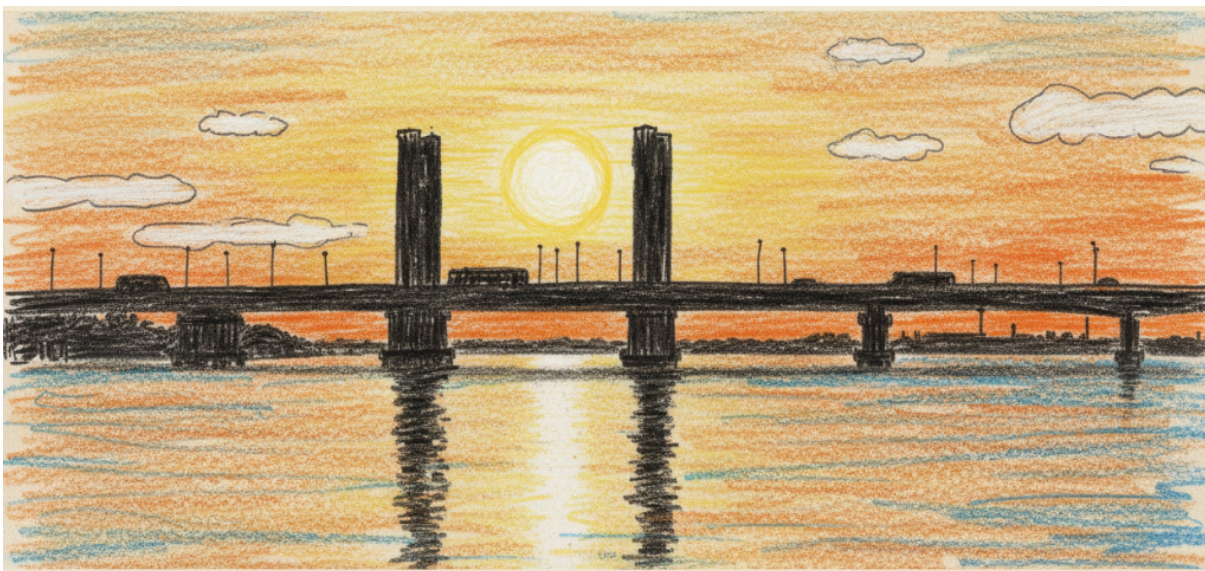




Atores Envolvidos



- Gestão Escolar: garante o funcionamento dos projetos e divulga os resultados.
- Coordenação Pedagógica: apoia o planejamento e a integração da Educação Ambiental no currículo.
- Professores: aplicam atividades, orientam os alunos e desenvolvem práticas interdisciplinares.
- Secretaria de Educação (SEDUC): coordena e monitora toda a política.
- Secretaria de Meio Ambiente (SEMA): apoia com ações práticas, palestras, oficinas e projetos ambientais.



Eixos de Ação

- **Educação e Sustentabilidade:** formar cidadãos conscientes.
- **Tecnologia e Inovação:** usar ferramentas tecnológicas em projetos ambientais.
- **Metodologias Ativas:** incentivar o pensamento crítico e o protagonismo dos alunos.
- **Interdisciplinaridade:** integrar a temática ambiental em todas as áreas do conhecimento.
- **Preservação Ambiental:** estimular reciclagem, plantio de mudas e coleta seletiva.

Política de Educação Ambiental





Ações e Estratégias Pedagógicas

- Criação de hortas escolares e comunitárias.
- Projetos de reciclagem e reaproveitamento de materiais.
- Campanhas de uso consciente da água e energia.
- Oficinas de arte com materiais reciclados.
- Estudo do meio em áreas de preservação e no rio São Francisco.
- Formação continuada de professores sobre práticas sustentáveis.
- Envolvimento da comunidade em mutirões de limpeza e reflorestamento.



Política de Educação Ambiental



13



Parcerias, Comunidade, Avaliações e Resultados

Parcerias e Comunidade

- Parcerias com universidades e instituições ambientais.
- Envolvimento das famílias e da comunidade escolar.
- Criação de feiras, oficinas e exposições de projetos ambientais.

Avaliação e Resultados

- Acompanhamento das ações pela gestão escolar e coordenação pedagógica.
- Exposição dos trabalhos dos alunos no final de cada ano letivo.
- Reconhecimento e certificação de boas práticas ambientais.





Como a política funciona nas escolas

Cada escola de Juazeiro é convidada a desenvolver projetos, oficinas e feiras ambientais, integrando professores, alunos e famílias. As atividades estimulam o aprendizado prático e o cuidado com o meio ambiente de forma divertida e educativa.

Exemplos de atividades:

Horta escolar

Coleta seletiva

Campanha de uso consciente da água.

Quem participa

Professores — ensinam e inspiram boas práticas.

Gestores e coordenadores — planejam e acompanham as ações.

Alunos — protagonistas das atividades ambientais.

Secretarias (Educação e Meio Ambiente) — organizam e fortalecem os projetos.

Famílias e comunidade — participam e apoiam as ações.

Ações e projetos que transformam

Semana do Meio Ambiente

Dia da Árvore

Feira Verde

Projeto Reciclar é Transformar

Plantio de Mudas Nativas



15



O Papel da Comunidade Escolar

A Educação Ambiental é uma construção coletiva. Cada sujeito da comunidade escolar tem um papel:

Professores: trabalhar a temática de forma interdisciplinar.

Estudantes: desenvolver projetos e práticas que impactem sua realidade.

Gestão e Coordenação Escolar: incentivar e apoiar as iniciativas ambientais.

Famílias e comunidade: participar ativamente das ações e projetos.



16



Sustentabilidade e Futuro de Juazeiro

A sustentabilidade é o caminho para garantir que Juazeiro continue crescendo sem comprometer os recursos naturais das futuras gerações.

Com a implantação da Política Municipal de Educação Ambiental, espera-se que:

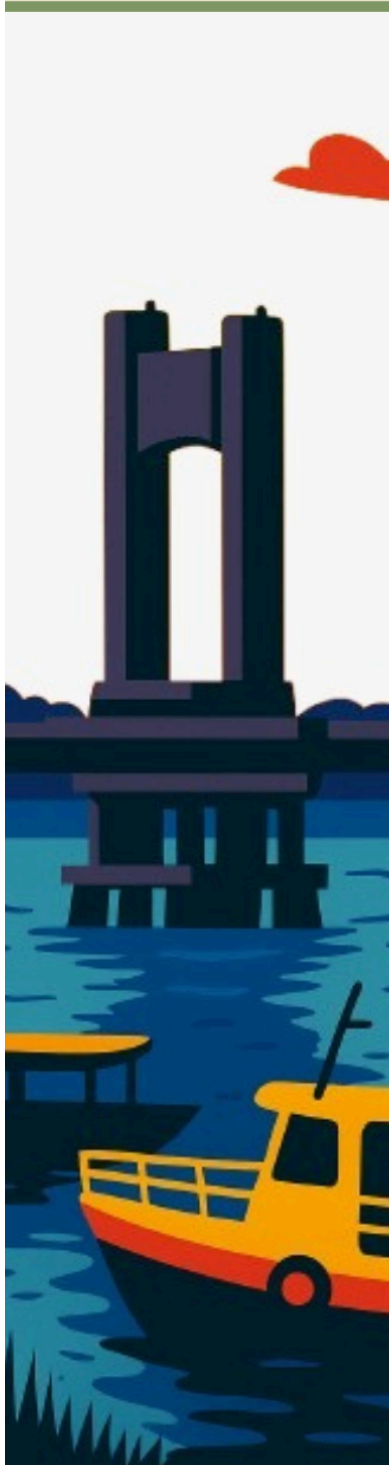
- As escolas se tornem espaços de práticas sustentáveis.
- A comunidade valorize cada vez mais o meio ambiente.
- Novas gerações estejam preparadas para os desafios socioambientais do semiárido.



17



O Papel da Secretaria de Educação (SEDUC)



A Secretaria Municipal de Educação e Juventude (SEDUC) de Juazeiro assumiu protagonismo na integração da Educação Ambiental ao contexto escolar,

Entre suas ações, podemos destacar:

- Inserção da Educação Ambiental como tema transversal no Documento Curricular Referencial de Juazeiro (DCRJ).
- Planejamento e execução de formações continuadas para professores e gestores, com foco em práticas pedagógicas sustentáveis e metodologias ativas.
- Orientação às unidades escolares para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental vinculados ao Projeto Político-Pedagógico (PPP).
- Apoio à criação de feiras, mostras e eventos culturais abertos à comunidade escolar, promovendo a socialização das produções estudantis.
- Disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos alinhados às diretrizes municipais e nacionais, garantindo que o processo formativo seja inclusivo e atualizado.

18



O Papel da Secretaria de Meio Ambiente



A Secretaria de Meio Ambiente de Juazeiro desempenhou um papel estratégico na consolidação da Política Municipal de Educação Ambiental. Sua atuação esteve voltada para integrar práticas pedagógicas com ações concretas de preservação, fiscalização e sensibilização ambiental no território municipal.

Entre as principais contribuições, destacam-se:

O incentivo à realização de ações socioeducativas nas escolas e comunidades, voltadas para coleta seletiva, reciclagem e preservação da biodiversidade local.

A articulação de parcerias com órgãos ambientais, universidades e instituições de pesquisa, fortalecendo o diálogo entre educação e ciência.

O apoio técnico na elaboração de materiais pedagógicos, planos de ação e oficinas, garantindo que as escolas disponham de recursos adequados para implementar projetos ambientais.



Resumo do Processo de Desenvolvimento da Política

A construção da Política Pública de Educação Ambiental do Município de Juazeiro-BA foi resultado de um processo colaborativo e intersetorial, estruturado em diferentes etapas:

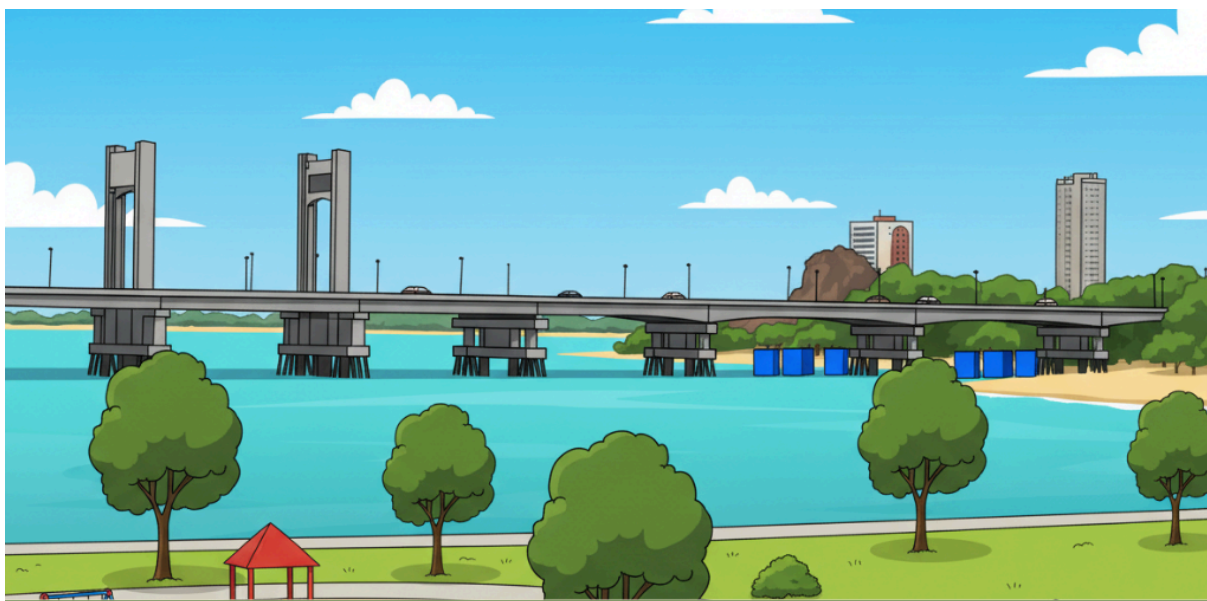
Diagnóstico inicial – levantamento das práticas pedagógicas existentes nas escolas, análise da realidade socioambiental e mapeamento das demandas locais.

Articulação institucional – envolvimento da Secretaria de Educação, da Secretaria de Meio Ambiente, de universidades e de órgãos parceiros, assegurando respaldo técnico e pedagógico.

Validação coletiva – realização de encontros, reuniões e oficinas participativas com gestores, professores, técnicos e comunidade escolar para alinhar objetivos e estratégias.

Consolidação do documento – organização dos capítulos, seções e diretrizes que compõem a política, estruturando de forma pedagógica e acessível a legislação municipal.

Formação e implementação – inserção da temática ambiental nos projetos pedagógicos escolares, com ações práticas, eventos e acompanhamento técnico-pedagógico contínuo.



Considerações Finais

A Política Pública de Educação Ambiental de Juazeiro-BA reafirma o compromisso coletivo com a construção de uma cidade mais justa, crítica e sustentável.

Este material é um convite à reflexão e à ação: que cada escola, cada educador, cada estudante e cada cidadão se sintam parte deste processo e contribuam para transformar a realidade local em benefício das presentes e futuras gerações.



JUAZEIRO – BA,
2025





Agradecimentos - Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA

A consolidação deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à sensibilidade da gestão pública municipal, que reconheceu a importância de se construir uma política pública de Educação Ambiental voltada para a realidade de Juazeiro-BA.

Dirigimos nosso sincero agradecimento ao Prefeito de Juazeiro, Andrei Gonçalves, pelo incentivo e pela confiança depositada neste processo, e à Secretária Municipal de Educação, Profa. Maéve Melo, cuja articulação foi fundamental para integrar a rede escolar a este projeto.

Estendemos também nosso reconhecimento ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro, pelo apoio institucional, e à dedicação das técnicas que atuaram diretamente na articulação das ações intersetoriais: Lusilena Pires de Jesus, da Secretaria de Meio Ambiente, e Lucila Lima, da Secretaria de Educação.

A contribuição de cada um foi essencial para que esta proposta se transformasse em um instrumento concreto de fortalecimento da educação ambiental, beneficiando toda a comunidade escolar e a sociedade juazeirense.

**JUAZEIRO – BA,
2025**





Créditos Finais

Realização

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT

Autor: Adson Cardoso de França

Orientadora: Profa. Dra. Anna Christina Freire Barbosa

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Boleira Lopo



JUAZEIRO – BA,
2025





Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.



JUAZEIRO – BA,
2025



APÊNDICE E - ENCONTRO INTERSETORIAL DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS E SOCIEDADE CIVIL PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Evento:

Fórum de Educação Ambiental

Local: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Data: 04 de dezembro de 2025

Tema: Desenvolvimento de Propostas para a Política Municipal de Educação Ambiental em Juazeiro-BA

Objetivo:

Desenvolver propostas para a Política Municipal de Educação Ambiental em Juazeiro-BA, com foco na transversalidade da educação ambiental nos projetos educativos. Este fórum de troca de experiências visa identificar os principais pontos que devem compor a política, garantindo que ela seja abrangente e aplicável nas diversas realidades das escolas municipais.

Atividades:

- Conferências e mesas redondas com representantes técnicos da SEDUC e especialistas em educação ambiental
- Discussão sobre a importância da educação ambiental transversal nas escolas
- Elaboração de propostas para integrar a educação ambiental nas políticas municipais de ensino

Público-alvo:

- Representantes técnicos da Secretaria de Educação (SEDUC) da Secretaria de Meio Ambiente de Juazeiro-BA
- Especialistas em Educação Ambiental

Carga horária e certificado:

- Participantes: 8 horas
- Palestrantes: 2 horas
- Comissão organizadora: 20 horas

Card de Divulgação

O Encontro para análise do documento: Política Municipal de Educação Ambiental foi realizado no dia 4 de dezembro no Auditório ACM, da Universidade do Estado da Bahia, conforme detalhado na Figura 7:

Figura 7: Card de Divulgação do Encontro.



Fonte: SEDUC - Juazeiro-BA (2025)

Gestão do Evento:

- Plataforma do EducaJuá, sistema próprio da Secretaria de Educação de Juazeiro-BA.

Organização:

Doutorando do curso de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual da Bahia:

- Adson Cardoso de França

Em parceria com a Secretaria de Educação e Juventude (SEDUC) de Juazeiro-BA, sob orientação de docente do curso de Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial:

- Anna Christina Freire Barbosa

Justificativa:

O fórum visa discutir e desenvolver propostas para a Política Municipal de Educação Ambiental em Juazeiro-BA. A necessidade de integrar a educação ambiental de maneira transversal nas atividades escolares é crucial para promover o desenvolvimento sustentável e a consciência ambiental. Este evento servirá como uma plataforma para a troca de experiências e conhecimentos entre técnicos e especialistas em educação ambiental.

Metodologia:

O evento foi realizado presencialmente na Secretaria de Educação e Juventude (SEDUC) de Juazeiro-BA e será dividido em quatro encontros, conforme o cronograma abaixo:

Cronograma:

1º Momento – Abertura solene e apresentação da proposta

O Encontro intersetorial de órgãos municipais e Sociedade civil para apresentação e análise crítica da proposta de política municipal de educação ambiental foi aberto com apresentação cultural (música ao vivo) e composição da mesa de honra, coordenada pelo doutorando Adson Cardoso de França, que

destacou a importância histórica do momento para a educação e o meio ambiente do município.

2ª Momento - Trabalho em Grupos Temáticos (GTs)

Após a apresentação, os participantes foram divididos em quatro Grupos de Trabalho para leitura, análise e proposições concretas sobre o texto da política:

- GT 1 – Professores da rede municipal
- GT 2 – Coordenadores pedagógicos
- GT 3 - Gestores escolares
- GT 4 – Técnicos da SEMA e representantes da sociedade civil organizada
- GT 5 – Técnicos da SEDUC
- GT 6 - Grupo Estudantil para apresentação da cartilha

3º Momento – Plenária final, sistematização e assinatura do Termo de Compromisso

As contribuições dos GTs foram apresentadas em plenária, debatidas e aprovadas por consenso.

Como ato culminante, foi assinado o Termo de Compromisso Intersetorial SEDUC–SEMA para implementação, monitoramento e avaliação contínua da Política Municipal de Educação Ambiental, com as assinaturas do Secretário Cláudio Fernandes (SEMA), da Superintendente Pedagógica, Nilmara Mércia (representando a SEDUC). Conforme apresentado na Figura 24, já a Figura 25, apresenta o termo de Compromisso assinado:

Figura 24: Assinatura do termo de Compromisso



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Abordagem Metodológica:

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e dialética, combinando pesquisa de campo com revisão de literatura. A metodologia seguirá etapas estratégicas para a construção da Política Pública de Educação Ambiental, promovendo o engajamento de diversos atores e estimulando o diálogo.

Medidas de Redução de Riscos:

- Disponibilização de material educativo/informativo sobre a pesquisa para os participantes
- Inclusão de perguntas de sondagem inicial para avaliar o conhecimento dos participantes

- Apresentação de informações imparciais sobre os benefícios da política de Educação Ambiental
- Utilização de pseudônimos para garantir a privacidade dos participantes

APÊNDICE F - PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTREGUE A SEDUC E SEMA

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA

CONSIDERANDO a necessidade da implementação e regulamentação da Educação Ambiental como tema integrador e transversal nas unidades de ensino, no âmbito da Secretaria de Educação, para o provimento de ações pedagógicas;

CONSIDERANDO a necessidade do desenvolvimento de novas proposições sobre a Educação Ambiental no contexto escolar, assegurando a prestação do serviço público com transparência das ações e ampliação da participação social;

CONSIDERANDO as boas práticas relacionadas à complementação da matriz curricular de ensino, bem como as políticas voltadas à promoção da Educação Ambiental;

CONSIDERANDO que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, estabelece a Educação Ambiental como tema contemporâneo transversal, assegurando sua abordagem integrada às áreas do conhecimento, às competências gerais e à formação integral dos estudantes, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da cidadania;

CONSIDERANDO a necessidade do estabelecimento dos princípios da Educação Ambiental e a definição das diretrizes e instrumentos para a sua execução.

CONSIDERANDO que a presente Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA se fundamenta na Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental), no Decreto nº 4.281/2002, que a regulamenta, e no Decreto Estadual nº 11.235/2008, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia, reafirmando o compromisso do Município com os princípios da sustentabilidade, da cidadania ambiental e da gestão democrática das ações educativas.

PREÂMBULO

Esta Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA está fundamentada na Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, no Decreto nº 4.281/2002, que a regulamenta, e no Decreto Estadual nº 11.235/2008, que estabelece a Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia. O Município de Juazeiro, em consonância com essas normas, reafirma seu compromisso com a promoção de uma educação ambiental contínua, permanente, interdisciplinar e participativa, articulada com os princípios da sustentabilidade e da cidadania socioambiental.

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 1 - A Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA para efeitos desta Lei adota as seguintes definições:

- Educação Ambiental - Entende-se por Educação Ambiental um processo contínuo, integrador e transversal e permanente, que enfatiza a relação do homem com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente;
- Sustentabilidade - Conjunto de ações que busca o equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais existentes e a sua exploração pela sociedade, objetivando permitir que a geração atual se desenvolva e, de tal forma, garantir às futuras gerações a oportunidade de também dispor dos mesmos recursos que garantam sua sobrevivência;
- Tema Transversal - Os Temas Transversais buscam uma contextualização do que é ensinado nas salas de aula, trazendo temas de impactos sociais que sejam de interesse dos estudantes e de relevância para seu pleno desenvolvimento como cidadão.
- Cidadania ecológica - É a capacidade e o compromisso dos indivíduos e grupos sociais de agir de forma consciente, ética e responsável em relação ao meio

ambiente, entendendo que suas atitudes têm impacto direto no equilíbrio ecológico e na qualidade de vida coletiva.

CAPÍTULO II
SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 2 - São objetivos que constituem a Educação Ambiental nas escolas do município de Juazeiro-BA:

I - o estímulo das unidades escolares a equipe discente na conscientização de práticas que envolvem as questões ambientais;

II - a transversalidade das temáticas ambientais na matriz curricular de ensino;

III - a garantia do acesso de informações atuais aos alunos que envolva meio ambiente, **saúde coletiva** e sustentabilidade;

IV - o desenvolvimento de habilidades necessárias para identificar e resolver os problemas ambientais perante a sociedade;

V - a participação da comunidade escolar em tarefas que tem a finalidade de resolver os problemas ambientais presentes na cidade;

VI - a promoção e compreensão para atitudes necessárias visando a melhoria e a proteção da qualidade ambiental;

VII - a consciência para a sensibilização em relação ao meio ambiente e suas questões;

VIII - a aquisição de diversidade de experiências e compreensões fundamentais sobre o meio ambiente e seus problemas;

IX - o comprometimento de valores e o interesse pela participação na melhoria e proteção do meio ambiente.

Art. 3 - A Política Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA reger-se-á pelos princípios e objetivos estabelecidos na Lei nº 9.795/1999, especialmente:

- I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando as inter-relações entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural;
- III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV – a vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais;
- V – a continuidade e a permanência do processo educativo;
- VI – a integração entre ciência, tecnologia, cultura e valores locais;
- VII – o fortalecimento da cidadania e da responsabilidade social e ambiental.

Art. 4 - Os objetivos que constituem a Educação Ambiental como tema transversal no currículo de ensino devem sempre estar correlacionados com as diferentes realidades sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas da cidade de Juazeiro-BA.

CAPÍTULO III
DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA
SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5 - A Política de Educação Ambiental da Cidade de Juazeiro-BA, a ser implementada no âmbito da Secretaria de Educação, passa a ser regida por este decreto.

Art. 6 – As diretrizes desta Política Municipal poderão observar os princípios, objetivos e instrumentos definidos na Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) no Decreto Estadual nº 11.235/2008 (Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia) e na BNCC, garantindo a coerência entre as políticas nacional, estadual e municipal.

Art. 7 - A Política de Educação Ambiental visa implementar nas escolas da rede municipal de ensino, o desenvolvimento de atividades relacionadas à Educação Ambiental na busca por princípios éticos, ecológicos e socioambientais.

Art. 8 - A Política de Educação Ambiental da Cidade de Juazeiro-BA observará as seguintes diretrizes:

I - Garantia do uso efetivo da temática da Educação Ambiental dentro do contexto das escolas da rede municipal de ensino de Juazeiro-BA, observando o seu currículo de ensino;

II - Planejamento de formações continuadas na rede educacional de ensino para trabalhar as temáticas Mudanças Climáticas como forma de trabalho transversal, considerando as resoluções aplicadas pela Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 e a **27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas;**

III - Assegurar a Secretaria de Educação como órgão competente em elaborar, implementar, fomentar e monitorar as políticas de educação ambiental nas escolas da rede municipal;

IV - Inovação: realizar práticas integradoras e pedagógicas envolvendo a temática transversal da Educação Ambiental ao menos 1 vez por unidade a partir de cada início de ano;

V - Realização de eventos culturais/educacionais abertos à comunidade escolar a fim de apresentar projetos desenvolvidos pelos alunos **de forma inter e transdisciplinar**, que envolvam a sustentabilidade, ao menos 1 vez por ano;

Parágrafo único – A Educação Ambiental deve estar presente no cotidiano escolar, manifestando-se nas atitudes, na rotina e nas diferentes disciplinas, de forma contínua e integrada ao fazer pedagógico.

CAPÍTULO III
SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 9 - É de atribuição da Secretaria Municipal de Educação:

I – garantir que as ações pedagógicas no âmbito da Educação ambiental estejam contempladas nos Projetos Políticos Pedagógicos de todas as unidades de ensino da Secretaria de Educação de Juazeiro/BA;

II – planejar, organizar, integrar e monitorar em colaboração com **o representante da equipe docente**, as ações pedagógicas realizadas pelas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Juazeiro/BA;

III – Assegurar a implementação desta Política em todos os níveis de ensino da rede municipal.

IV – monitorar e avaliar continuamente a Política Municipal de Educação Ambiental, por meio de relatórios conjuntos elaborados pela SEDUC e SEMA, com base em indicadores de sustentabilidade, formação docente, inovação tecnológica e práticas pedagógicas;

V – **apresentar** os resultados dessas avaliações em Fórum Municipal de Educação Ambiental, **bienalmente**, garantindo a participação de gestores, docentes, estudantes e representantes da sociedade civil organizada;

VI – promover **bienalmente** a Conferência Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro/BA, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, cuja a finalidade é a de avaliar as ações implementadas, propor novas diretrizes e fortalecer o controle social sobre a execução desta Política Municipal;

VII – buscar parcerias com universidades da região e/ou com órgãos competentes que trabalhem temas socioambientais em seu contexto;

VIII - **assegurar a criação e a instituição da Diretoria de Educação Ambiental**, destinada a planejar, coordenar, assessorar e acompanhar as ações referentes à

Educação Ambiental no sistema municipal de ensino, garantindo sua implementação em todas as unidades escolares da Rede Municipal de Juazeiro/BA.

CAPÍTULO III
SEÇÃO III
DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10 - Compete à Diretoria de Educação Ambiental:

I – promover a integração da temática socioambiental ao currículo e às práticas pedagógicas, assegurando sua presença contínua nos Projetos Político-Pedagógicos – PPP das unidades de ensino, de forma transversal, interdisciplinar e contextualizada, considerando as especificidades territoriais, culturais e ambientais de cada escola, estimulando o protagonismo docente e discente no planejamento e execução das ações;

II – apoiar o desenvolvimento de programas, projetos, campanhas educativas e ações formativas ambientais nas escolas;

III – produzir materiais pedagógicos, orientações metodológicas e relatórios técnicos para apoio ao trabalho docente e à gestão escolar;

IV – articular parcerias com instituições públicas, privadas, acadêmicas e sociais para fortalecimento da política municipal de Educação Ambiental;

V – acompanhar, monitorar e avaliar os resultados pedagógicos das ações socioambientais desenvolvidas no âmbito escolar.

VI – promover ações de formação inicial e continuada para professores, gestores e demais profissionais da educação, visando à ampliação dos conhecimentos, metodologias e práticas em Educação Ambiental, com ênfase em abordagens críticas, investigativas e integradas ao território;

VII – fomentar a realização de projetos investigativos, feiras, mostras científicas e atividades de extensão escolar que estimulem a produção de conhecimento

ambiental pelos estudantes, fortalecendo o pensamento crítico, a cultura de sustentabilidade e a resolução de problemas socioambientais locais;

VIII – desenvolver e manter atualizado um sistema de monitoramento, registro e disseminação de dados, indicadores e evidências pedagógicas sobre Educação Ambiental no município, assegurando transparência, gestão de resultados e aprimoramento contínuo das ações;

IX – promover campanhas permanentes de sensibilização ambiental junto à comunidade escolar e à população em geral, incentivando a participação social, o cuidado com o bem comum e o compromisso com ações coletivas de preservação e sustentabilidade;

X – garantir a articulação com outras diretorias, secretarias municipais, órgãos de meio ambiente, comitês de bacias hidrográficas, universidades e entidades da sociedade civil, visando ampliar o alcance, a efetividade e o impacto das iniciativas de Educação Ambiental.

XI - **desenvolver ações pedagógicas, formativas e projetos educativos que tratem do racismo ambiental de forma clara e contextualizada, identificando e discutindo desigualdades socioambientais que afetam especialmente populações negras, periféricas, indígenas, quilombolas e outros grupos vulnerabilizados, promovendo práticas de justiça socioambiental no ambiente escolar;**

XII – disponibilizar o Calendário Ambiental Municipal às unidades escolares para subsidiar a revisão e atualização dos PPPs para o ano letivo, assegurando que as ações pedagógicas ambientais estejam integradas ao planejamento anual e ao currículo escolar.

XIII – **assegurar que as decisões relacionadas ao planejamento, execução e avaliação das ações e projetos ambientais sejam fundamentadas em evidências científicas e analisadas à luz do contexto socio-histórico de cada comunidade escolar, garantindo que as práticas adotadas sejam coerentes, consistentes, inclusivas e socialmente significativas.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A estrutura organizacional, os cargos, os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento da Diretoria de Educação Ambiental serão definidos em ato normativo específico expedido pela SEDUC.

CAPÍTULO III
SEÇÃO IV
DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 11 - Responsabilidades da Gestão Escolar:

I – implementar e assegurar condições para o adequado e pleno funcionamento do Conselho Escolar, na pauta de discussão e andamento da Educação Ambiental;

II – divulgar à Comunidade Escolar os resultados proporcionados pela Educação Ambiental, através da exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes ao decorrer do ano letivo;

III – garantir que a Educação Ambiental esteja inserida no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, de forma interdisciplinar, contínua e articulada com as demais áreas do conhecimento;

IV - inserir a temática da Educação Ambiental no planejamento escolar, articulando-a às atividades pedagógicas, projetos e datas comemorativas já existentes no calendário escolar;

V – mobilizar professores, estudantes, funcionários e famílias em campanhas de conscientização e ações práticas, como limpeza e cuidado dos espaços escolares, hortas, coleta seletiva e reutilização de materiais;

VI- promover momentos de estudo e formação interna para a equipe escolar, priorizando temáticas ambientais locais, como: uso racional da água, manejo de resíduos, arborização e saúde ambiental dentre outros temas socioambientais;

VII – fortalecer o protagonismo estudantil nas campanhas e eventos de Educação Ambiental;

VIII – sensibilizar docentes, estudantes e funcionários para as boas práticas de sustentabilidade no cotidiano, como economia de energia e água, reaproveitamento de materiais e preservação dos espaços comuns.

IX - Implementar e promover condições favoráveis ao pleno funcionamento do Conselho Escolar, garantindo a presença da Educação Ambiental em sua pauta de discussão e monitoramento, com o apoio institucional da Secretaria Municipal de Educação, via Diretoria de Educação Ambiental.

CAPÍTULO III

SEÇÃO V

DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 12 - Responsabilidades da Coordenação Pedagógica:

I – organizar, em conjunto com a equipe docente, o planejamento curricular, assegurando a integração da Educação Ambiental de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar;

II – assessorar os professores no alinhamento dos objetivos desta política de educação ambiental em consonância ao PPP da unidade escolar;

III – incentivar e articular ações de formação continuada voltadas às práticas pedagógicas ambientais, em parceria com a Gestão Escolar e a Secretaria Municipal de Educação;

IV – oferecer suporte pedagógico aos professores no planejamento e na execução de atividades de Educação Ambiental, auxiliando na elaboração de planos de aula, na escolha de recursos didáticos e na definição de estratégias de ensino;

V – estimular a integração da Educação Ambiental com os demais componentes curriculares, promovendo o trabalho interdisciplinar e contextualizado;

VI – fomentar a organização de eventos, feiras e mostras pedagógicas que valorizem os projetos e aprendizagens dos estudantes em Educação Ambiental, incentivando o envolvimento da comunidade escolar e local;

CAPÍTULO III
SEÇÃO VI
DA EQUIPE DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 13 - É de responsabilidade da equipe docente da Rede Municipal de Ensino de Juazeiro-BA no desenvolvimento da Educação Ambiental:

I – planejar e desenvolver atividades pedagógicas que integrem a Educação Ambiental aos conteúdos curriculares de forma **interdisciplinar**, contínua e contextualizada, considerando a realidade local e o contexto sociocultural dos estudantes;

II - elaborar materiais e planos de aula em conformidade com as orientações pedagógicas da unidade escolar e com a Documento Curricular Referencial de Juazeiro (DCRJ) assegurando a integração dos conteúdos à Educação Ambiental de forma contextualizada e interdisciplinar;

III - promover o protagonismo estudantil por investigações e ações que estimulem atitudes responsáveis, éticas, críticas e solidárias em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade;

IV - orientar a aprendizagem do estudante frente a temáticas ambientais, incluindo conservação da natureza, reutilização, preservação de recursos naturais e saneamento do ambiente escolar **e da comunidade local**;

V - utilizar metodologias ativas e recursos acessíveis para tornar o aprendizado significativo, incentivando o trabalho em equipe e a resolução de problemas reais do entorno escolar;

VI - participar do processo de planejamento coletivo da escola e das formações, eventos e ações promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, relacionadas à implementação da Educação Ambiental;

VII - participar do planejamento coletivo da escola, contribuindo com ideias e práticas voltadas à sustentabilidade, à preservação ambiental e à cidadania ecológica;

VIII – participar da implementação do calendário ambiental, conforme documento orientador elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo sua articulação com o planejamento pedagógico da escola;

IX – propor e desenvolver ações de Educação Ambiental viáveis e contextualizadas, que possam ser efetivamente executadas no cotidiano escolar, promovendo a participação da comunidade educativa.

X - participar de projetos, eventos e feiras que abordem temáticas ambientais, contribuindo para a autoformação e fortalecimento da educação ambiental no espaço escolar e na comunidade.

XI – participar das formações continuadas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se com o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e com a atualização permanente sobre temas ambientais;

XII – envolver a comunidade escolar e as famílias em ações educativas, projetos e eventos que promovam o cuidado com o meio ambiente, o uso consciente dos recursos naturais e a valorização da vida em todas as suas formas;

Parágrafo Único – As equipes gestoras **poderão** assegurar tempo e espaço destinados ao planejamento coletivo, à formação continuada e à socialização das experiências de Educação Ambiental, de modo a garantir a continuidade, a qualidade e a efetividade das ações pedagógicas.

CAPÍTULO III

SEÇÃO VII

DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art.14 - Fica instituído o Órgão Gestor Municipal de Educação Ambiental, composto por representantes da Secretaria de Educação (SEDUC) e da Secretaria de Meio

Ambiente (SEMA), responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação da execução desta Política Municipal de Educação Ambiental.

I - O Órgão Gestor terá caráter permanente e deliberativo, com reuniões ordinárias semestrais e extraordinárias sempre que necessário.

II - Compete ao Órgão Gestor propor diretrizes, acompanhar projetos, avaliar resultados e articular parcerias com instituições públicas e privadas que atuem na área ambiental e educacional.

Art. 15 - Fica criada a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA (CIMEA-JUA), com caráter consultivo e participativo, destinada a integrar os diversos setores da sociedade civil, das escolas e do poder público na implementação e fortalecimento da Educação Ambiental no município.

I - A CIMEA-JUA atuará de forma articulada com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA/BA).

II - A composição, funcionamento e atribuições da CIMEA serão definidos em regimento próprio, elaborado no prazo de até 180 dias após a publicação desta Política.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA A PRÁTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

SEÇÃO I

DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 16 - Disseminar ações que envolvam os princípios da Educação Ambiental relacionadas às práticas de inovação tecnológica:

I - assegurar a formação de professores pela Secretaria de Educação nos diversos aspectos relacionados à Educação Ambiental com foco na aprendizagem de ferramentas tecnológicas;

II - promover as ações e projetos relacionados que envolva tecnologia na perspectiva da Educação Ambiental com foco na sustentabilidade;

III - estabelecer um ciclo de formação continuada no calendário escolar para os professores da Rede Municipal de Ensino no decorrer de cada ano letivo;

IV - as práticas pedagógicas com uso de tecnologias **poderão** estar alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente aos que tratam de educação de qualidade, ação climática e consumo responsável.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO II

DAS ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA EDUCACIONAL

Art. 17- As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Juazeiro-BA, sob a responsabilidade da equipe gestora e docentes, poderão promover a Educação Ambiental por meio de práticas pedagógicas contextualizadas, integradas ao currículo e alinhadas às orientações da Secretaria Municipal de Educação.

I - desenvolver atividades interdisciplinares que utilizem materiais reutilizáveis e sustentáveis, articuladas a todas as áreas do conhecimento como previstas no Documento Curricular Referencial de Juazeiro-BA (DCRJ) e em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contemplando as especificidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental, de modo a integrar a Educação Ambiental ao cotidiano escolar;

II - mobilizar as unidades escolares e suas respectivas comunidades no desenvolvimento de ações conjuntas para trabalhar a temática ambiental;

III - desenvolver, nas unidades de ensino, as sequências didáticas propostas pela

Secretaria Municipal de Educação, abordando a importância da sustentabilidade e o cuidado com os recursos naturais, visando à sua preservação e uso consciente.

CAPÍTULO V
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PRÁTICAS
INTERDISCIPLINARES

SEÇÃO I
DAS METODOLOGIAS EDUCACIONAIS

Art. 18 - Assegurar práticas interdisciplinares das questões ecológicas e socioambientais com as áreas do conhecimento presentes no Documento Curricular Referencial de Juazeiro (DCRJ) proposta curricular do município de Juazeiro-BA:

I - Fomentar a utilização de metodologias que visem o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos da Rede Municipal de Ensino;

II – Garantir a utilização de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem, articulando **as áreas do conhecimento e componentes curriculares**, de forma a integrar práticas socioambientais ao longo de todo o ano letivo.

III - Fomentar no mínimo duas formações continuadas sobre as metodologias ativas de ensino correlacionada a Educação Ambiental no decorrer do ano letivo;

IV - Estimular que a equipe escolar das unidades de ensino desenvolvam ações com base em metodologias educacionais que trabalhem uma cultura sustentável de proteção ao meio ambiente;

V - Proporcionar atividades interdisciplinares nas unidades de ensino que envolvam temas relacionados às mudanças climáticas em um contexto global;

CAPÍTULO V
SEÇÃO II
DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS METODOLOGIAS
EDUCACIONAIS

Art. 19 - Assegurar o desenvolvimento das metodologias ativas nas práticas da Educação Ambiental como temática interdisciplinar do ensino.

I - Promover discussões positivas em sala de aula que possibilite aos alunos o senso crítico sobre os princípios da Educação Ambiental;

II - Garantir que os estudantes tenham acesso a experiências e pesquisas de campo que promovam o **desenvolvimento de competências e habilidades, incluindo aspectos socioemocionais** e a construção de conhecimentos, favorecendo o pensamento crítico sobre as questões socioambientais e fortalecendo a identidade e o sentimento de pertencimento à escola e à comunidade local.

III - Viabilizar o desenvolvimento de atividades com foco em temáticas relacionadas à Agricultura Sustentável, Água Potável e Saneamento, Energia Limpa, Consumo e Produção Responsável, Cidades e Comunidades Sustentáveis, bem como ao estudo e à valorização do bioma Caatinga e das práticas de convivência com o Semiárido.

CAPÍTULO VI
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA PRESERVAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

DAS PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 20 - Assegurar a participação efetiva e educativa da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) em parceria com a Secretaria de Educação para as práticas de preservação ambiental nos espaços públicos da cidade de Juazeiro-BA.

I - Conscientizar os educandos sobre a importância da coleta seletiva e preservação ambiental;

II - Promover a interação e o envolvimento dos estudantes com a prática sustentável;

III - Realizar frequentemente um trabalho interventivo nas unidades escolares da rede municipal de Juazeiro para trabalhar a temática de preservação do meio ambiente;

IV - Contribuir para a formação escolar de cidadãos conscientes e comprometidos com o meio ambiente;

V – Propor rotinas interativas nas unidades escolares de Juazeiro-BA, **com vistas à consolidação de** práticas de preservação ambiental e de cuidado com a natureza.

VI – Estimular o plantio de mudas nativas como estratégia de recuperação de áreas degradadas, **promovendo estudos de caso na comunidade escolar e em seu entorno.**

VII - Promover ações socioeducativas de preservação da biodiversidade na cidade de Juazeiro-BA.

VIII – Promover ações educativas voltadas à preservação da fauna e flora, à prevenção da captura e eliminação indevida de animais, e ao combate aos maus-tratos contra animais utilizados para trabalho ou transporte, incentivando práticas de manejo responsável e respeito à vida animal.

Parágrafo único – Fica a cargo da Secretaria de Educação e Meio Ambiente a responsabilidade de oferecer os insumos necessários para a implementação das ações previstas no referido artigo.

CAPÍTULO VI

SEÇÃO II

DA ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 21 - Prover ações socioeducativas para o descarte correto de resíduos sólidos nos locais específicos

I- Garantir nos espaços escolares de Juazeiro-BA a instalação de lixeiras de coleta seletiva.

II- Promover palestras educativas para a comunidade escolar sobre a importância da redução no desperdício de água dentro das unidades de ensino de Juazeiro-BA;

III - Incentivar a reciclagem e o reaproveitamento de materiais dentro das unidades escolares de Juazeiro-BA;

IV - Assegurar o desenvolvimento de palestras e discussões periódicas sobre a sustentabilidade nos âmbito de ensino da rede municipal;

V - Promover a participação da comunidade escolar comunidade externa em ações de cidadania sobre a necessidade do cumprimento das leis ambientais da cidade de Juazeiro-BA.

CAPÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I

DAS COMPETÊNCIAS GERAIS

Art. 22 - Compete à Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e outras entidades da sociedade civil a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas pertinentes ao meio ambiente, com as seguintes atribuições:

I - Garantir espaços de diálogo com a sociedade civil no monitoramento das ações e efetivação desta política municipal.

II - Promover a conscientização ambiental nas áreas rural e urbana;

III - Realizar oficinas educativas socioambientais em espaços formais e não formais;

IV - Utilizar o zoneamento ambiental como ferramenta de planejamento e gestão ambiental, considerando o espaço, recursos naturais, a fauna e a flora, visando a proteção e conservação dos recursos naturais na perspectiva do desenvolvimento sustentável no território;

V - Desenvolver atividades de licenciamento e monitoramento ambiental;

VI - Realizar fiscalização em ambientes urbanos e rurais de empreendimentos, desmatamentos, queimadas e descarte de resíduos em locais irregulares;

VII - Efetuar a captura de abelhas em logradouros públicos;

VIII - Realizar vistoria e autorização de supressão vegetal, seja para implementação de empreendimentos ou plantio irregular ou prejudicial à população;

IX - Atender denúncias de maus-tratos a animais e proceder à apreensão de animais de médio e grande porte soltos em áreas públicas.

X - A Secretaria de Meio Ambiente deverá manter cooperação técnica contínua com a SEDUC e com instituições de ensino superior, assegurando a implementação de ações formativas, pesquisas aplicadas e intercâmbio de boas práticas de Educação Ambiental, conforme orientações da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA/BA).

CAPÍTULO VII
SEÇÃO II
DAS AÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 23 - As atividades e ações socioambientais promovidas pelas Secretaria de Meio Ambiente poderão contemplar, dentre outras:

I - Redução o uso de sacolas plásticas e demais objetos descartáveis;

II - Apoiar unidades escolares em práticas agrícolas;

III - Promoção a articulação entre os saberes, a conexão entre as áreas do conhecimento e as questões ambientais;

IV - Fiscalização atividades potencialmente poluidoras no município;

V - Proteger rios, riachos e lagoas nas áreas adjacentes do rio São Francisco;

VI - Incentivar a Gestão de Educação Ambiental, principalmente nas escolas municipais;

VII - Reduzir os impactos ambientais promovidos pelo descarte inadequado de resíduos sólidos;

VIII - Buscar parcerias com a Associação dos Catadores de Reciclagem, considerando a educação ambiental não formal;

IX - Incentivar a Criação e manutenção de hortas escolares e comunitárias, com fins educativos e de promoção da alimentação saudável;

X – Campanhas educativas sobre reciclagem, uso racional da água, economia de energia, arborização e preservação de recursos naturais;

XI – Mutirões ecológicos e comunitários voltados à limpeza de rios, praças, áreas públicas e espaços escolares;

XII – Feiras ambientais, exposições e mostras escolares sobre práticas sustentáveis e temas ambientais locais;

XIII – Oficinas, palestras e rodas de conversa sobre sustentabilidade, consumo consciente, compostagem, biodiversidade e mudanças climáticas;

XIV – Trilhas ecológicas educativas e visitas guiadas a áreas de preservação, unidades de conservação e parques municipais;

XV – Projeto “Escola Adotando o Rio”, com ações de monitoramento, limpeza e preservação dos corpos d’água e nascentes;

XVI – Semana Municipal do Meio Ambiente, com programação articulada entre SEMA, SEDUC e comunidade;

XVII – Concursos de redação, poesia, fotografia e artes visuais sobre temas ambientais;

XVIII – **Formação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJMA)** nas escolas, estimulando o protagonismo juvenil e a cidadania ecológica.

XIX - Promover ações educativas e de conscientização voltadas aos carroceiros, visando à proteção, ao bem-estar e ao tratamento ético dos animais utilizados na tração, incentivando práticas sustentáveis e responsáveis.

XX - Contratar cooperativas habilitadas para a execução da coleta seletiva, bem como estabelecer parcerias e termo de cooperação com associações e demais organizações da sociedade civil, visando fortalecer a gestão integrada dos resíduos sólidos e ampliar o alcance das ações socioambientais no município.

CAPÍTULO VII

SEÇÃO III

DA COLABORAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 24 - A Secretaria de Meio Ambiente deverá colaborar com a Secretaria de Educação e Juventude na implementação de ações educativas voltadas à preservação ambiental, incluindo:

I - Realização de palestras, oficinas e projetos socioambientais nas unidades escolares;

II - Apoio na capacitação de professores e gestores escolares para a integração da educação ambiental no currículo;

III - Promoção de atividades práticas, como plantio de mudas nativas e coleta seletiva, em parceria com as escolas;

IV - Participação em eventos culturais e educacionais que destaquem a sustentabilidade e a preservação ambiental.

Art. 25 - O Município de Juazeiro-BA poderá firmar convênios, acordos e parcerias com instituições públicas, privadas, universidades e organizações da sociedade civil para a execução de projetos, pesquisas e programas de Educação Ambiental.

Parágrafo único – A execução desta Política será financiada com recursos orçamentários próprios do Município, bem como de fontes estaduais, federais e de cooperação internacional, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - Esta Política entra em vigor após sua aprovação pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal, devendo ser revisada a cada quatro anos, com base nos resultados das avaliações elaboradas pela SEDUC, SEMA e CIMEA-JUA, em consonância com as atualizações das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental.

Art. 27 - Os casos omissos serão submetidos à Secretaria de Educação (SEDUC) e Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) de Juazeiro-BA

Art. 28 - Fica instituída a Conferência Municipal de Educação Ambiental de Juazeiro-BA, a ser realizada anualmente, sob coordenação conjunta da SEDUC e da SEMA, com a finalidade de:

I – avaliar a execução desta Política;

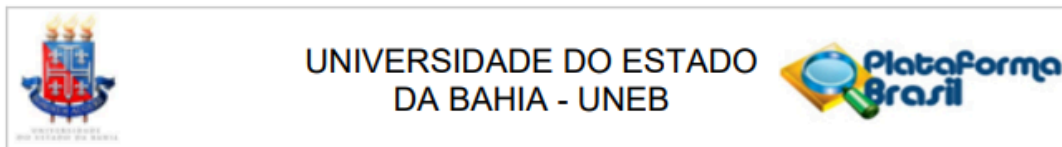
II – propor diretrizes e metas para o aprimoramento das ações de Educação Ambiental;

III – promover o controle social e a participação popular na gestão das políticas socioambientais do município.

Art. 29 – Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Educação, o Programa “Secretário Presente nas Escolas”, destinado a promover a conscientização ambiental por meio de encontros formativos, campanhas educativas e visitas periódicas às unidades escolares.

Parágrafo único. O programa visa fortalecer o vínculo entre gestão pública e comunidade escolar, estimulando práticas de sustentabilidade, cidadania ambiental e responsabilidade socioambiental.

ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA AS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA

Pesquisador: ADSON CARDOSO DE FRANCA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76185023.0.0000.0057

Instituição Proponente: Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, Campus III - Juazeiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.739.915

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a ser realizada através de entrevista semiestruturada, com profissionais envolvidos em duas escolas do município de Juazeiro - BA. Ela dialoga com a interface Educação Ambiental e Política Pública, visando o planejamento de uma política municipal.

Objetivo da Pesquisa:

Oferecer a política municipal de Educação Ambiental como forma de subsidiar as ações da Secretaria de Educação e Juventude (SEDUC) no desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a temática.

Objetivo Secundário:

Identificar as estratégias necessárias para a construção de uma Política Pública de Educação Ambiental na Rede de Ensino de Juazeiro-BA.

Analisar as implicações que a Política de Educação Ambiental proporciona para a realidade socioambiental da cidade.

Propor através das formações continuadas e encontros de planejamento os resultados das implicações proporcionadas pela Política de Educação Ambiental.

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 6.739.915

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O pesquisador reconhece que sua pesquisa traz riscos aos participantes, ao afirmar: „Risco de constrangimento do participante que não conhece sobre a temática, para isso serão levadas em consideração algumas medidas, tais como: Disponibilização de material educativo ou informativo sobre o tema da pesquisa para os participantes revisarem antes de participar, assim como a inclusão de perguntas de sondagem inicial para avaliar o nível de conhecimento dos participantes e ajustar a abordagem conforme necessário durante as interações. Risco do participante ser contra a implementação de uma Política de Educação Ambiental, para isso será apresentada informações imparciais e objetivas sobre os benefícios da implementação da política de Educação Ambiental, de modo a permitir que os participantes expressem suas preocupações e pontos de vista de forma respeitosa e aberta durante as interações.„

Comentário: Em conformidade.

Benefícios

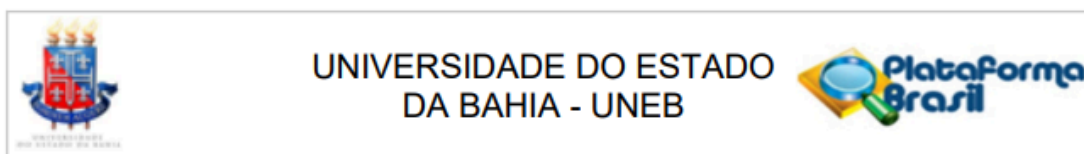
Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente, propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade. Neste sentido, dentre os benefícios da pesquisa, o pesquisador destaca: „[...] otimização nos serviços públicos, de maneira que a sociedade pode estar diretamente envolvida na construção e execução dos temas propostos, principalmente por meio dos conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios..„ Comentário: O pesquisador informa o benefício direto dentro da eticidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Além disso, sempre na perspectiva de orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa é importante com potencial para a construção de uma política pública municipal, voltada para a Educação Ambiental, a partir de dados coletados dos gestores, coordenadores e professores de duas escolas municipais de Juazeiro - Bahia.

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.739.915

Critério de inclusão: O pesquisador informa: ζ Buscas realizadas nos Periódicos da Capes e na Plataforma da Scielo, para a fundamentação foram levadas em consideração aqueles trabalhos publicados entre 2019 e 2023. Serão incluídos nas pesquisas de campo a equipe pedagógica escolar. Pesquisas que relacionam atividades construídas pelas Secretarias de Educação. ζ .

Apresentado dentro da normalidade.

Crítérios de exclusão: em conformidade.

O orçamento: em conformidade

O cronograma: em conformidade

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 ζ Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade;
- 2 ζ Termo de confidencialidade: Em conformidade.
- 3 ζ A autorização institucional da proponente: em conformidade;
- 4 ζ A autorização das instituições coparticipantes: em conformidade
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 ζ Modelo do TCLE: em conformidade.
- 7 ζ Modelo do Assentimento: dispensado
- 8 ζ Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: em conformidade.
- 9 ζ Termo de concessão: Dispensado;
- 10 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Dispensado;

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra se aprovado para a execução uma vez que

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 6.739.915

atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

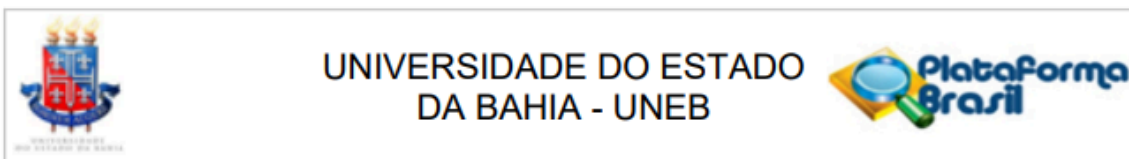
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS_DO_PROJETO_2251619.pdf	19/02/2024 09:17:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	19/02/2024 09:16:55	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
Declaração de concordância	concordanciaAssinado.pdf	30/11/2023 10:31:06	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	29/11/2023 11:41:33	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	28/11/2023 13:10:36	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	compromisso.pdf	28/11/2023 12:51:27	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
Outros	coparticipante.pdf	28/11/2023 12:48:05	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
Outros	proponente.pdf	28/11/2023 12:46:59	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	28/11/2023 12:04:34	ADSON CARDOSO DE FRANCA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb. **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br



Continuação do Parecer: 6.739.915

Não

SALVADOR, 02 de Abril de 2024

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos - site www.cep.uneb.br **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br/www.cep.uneb.br

ANEXO B - DOCUMENTO DA CAPES PARA VALIDAÇÃO DE EVENTO ORGANIZADO

8 – Evento Organizado

Definição: produto da atividade de divulgação e/ou propagação do conhecimento técnico-científico pelo Programa de Pós-Graduação para público acadêmico ou geral por meio de atividades formalmente concebidas.

Exemplos: congresso, seminário, festival, olimpíada, competição, feira ou convenção realizada pelo Programa de Pós-Graduação.

Definir se a produção é resultado do trabalho realizado pelo programa de pós-graduação ou se é resultado do trabalho individual do docente, o qual seria realizado independentemente do mesmo se docente de um programa ou não:

Docentes Organizadores:

Nome: _____ CPF: _____ () Permanente; () Colaborador

Discentes Organizadores:

Nome: _____ CPF: _____ () Mest Acad; () Mest Prof; () Doutorado

Demais Organizadores:

Nome: _____ CPF: _____ Organização: _____

Recursos e vínculos do evento

Data início: ___/___/___ Data término: ___/___/___

Total investido: R\$ _____

Fonte do Financiamento: _____

A produção necessita estar no repositório? Sim

Documentos Anexados (em PDF)

() Anais

() Programação

() Outros documentos considerados pertinentes

Definir se a produção é resultado do trabalho realizado pelo programa de pós-graduação ou se é resultado do trabalho individual do docente, o qual seria realizado independentemente do mesmo se docente de um programa ou não:

Docentes Organizadores:

Nome: _____ CPF: _____ () Permanente; () Colaborador

Discentes Organizadores:

Nome: _____ CPF: _____ () Mest Acad; () Mest Prof; () Doutorado

Demais Organizadores:

Nome: _____ CPF: _____ Organização: _____

Recursos e vínculos do evento

Data início: ___/___/___ Data término: ___/___/___

Total investido: R\$ _____

Fonte do Financiamento: _____

A produção necessita estar no repositório? Sim

Documentos Anexados (em PDF)

() Anais

() Programação

() Outros documentos considerados pertinentes